Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 5

Demonstração do Resultado 7

Demonstração do Fluxo de Caixa 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 11

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 12

DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008 13

Demonstração do Valor Adicionado 14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 16

Balanço Patrimonial Passivo 18

Demonstração do Resultado 21

Demonstração do Fluxo de Caixa 23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010 25

DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009 26

DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008 27

Demonstração do Valor Adicionado 28

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho 30

Notas Explicativas 64

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 169

Proposta de Orçamento de Capital 173

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes 174

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 176

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 177

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes 178

Motivos de Reapresentação 179

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	652.742.192
Preferenciais	0
Total	652.742.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	12/08/2010	Dividendo	15/10/2010	Ordinária		0,43830
Reunião do Conselho de Administração	05/11/2010	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,33704
Proposta	04/02/2011	Dividendo		Ordinária		0,24247

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	9.687.063	8.729.163	7.696.195
1.01	Ativo Circulante	1.496.412	1.581.504	825.390
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	796.117	1.093.839	318.620
1.01.02	Aplicações Financeiras	69.665	31.491	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	69.665	31.491	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	69.665	31.491	0
1.01.03	Contas a Receber	452.690	367.023	397.489
1.01.03.01	Clientes	446.165	354.676	371.041
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.525	12.347	26.448
1.01.03.02.01	Dividendos a receber de controladas	6.525	12.347	9.000
1.01.03.02.02	Alienação de ativo	0	0	17.448
1.01.04	Estoques	43.041	39.419	57.749
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.633	15.255	17.069
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.633	15.255	17.069
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	72.266	34.477	34.463
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	23.856	0	0
1.01.08.01.01	Ativo mantido para venda	23.856	0	0
1.01.08.03	Outros	48.410	34.477	34.463
1.02	Ativo Não Circulante	8.190.651	7.147.659	6.870.805
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	573.147	659.456	599.228
1.02.01.03	Contas a Receber	86.886	86.886	68.469
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	86.886	86.886	68.469
1.02.01.06	Tributos Diferidos	288.413	279.873	280.378
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	288.413	279.873	280.378
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.765	35.654	6.300
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	6.765	35.654	6.300
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	191.083	257.043	244.081
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais	28.473	27.861	22.613
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	131.315	193.482	189.043

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.01.09.05	Outros	31.295	35.700	32.425
1.02.02	Investimentos	2.282.763	1.945.050	1.535.799
1.02.02.01	Participações Societárias	2.282.763	1.945.050	1.535.799
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.991.020	1.669.992	1.278.830
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	291.743	275.058	256.969
1.02.03	Imobilizado	5.315.270	4.524.915	4.715.938
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.238.884	4.412.449	4.659.038
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	5.249.107	4.422.844	4.668.793
1.02.03.01.02	Obrigações estimadas	-10.223	-10.395	-9.755
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	76.386	112.466	56.900
1.02.04	Intangível	19.471	18.238	19.840
1.02.04.01	Intangíveis	19.471	18.238	19.840

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	9.687.063	8.729.163	7.696.195
2.01	Passivo Circulante	1.885.026	1.072.768	1.404.703
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	54.084	40.708	36.559
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	54.084	40.708	36.559
2.01.02	Fornecedores	174.086	171.019	149.029
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	174.086	171.019	149.029
2.01.03	Obrigações Fiscais	431.088	381.416	370.548
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	420.038	374.237	354.721
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	394.178	352.376	337.167
2.01.03.01.02	Outros	25.860	21.861	17.554
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	10.461	6.823	15.567
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	10.461	6.823	15.567
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	589	356	260
2.01.03.03.01	ISS a pagar	589	356	260
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	944.755	185.294	562.630
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.577	67.954	512.519
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	29.461	49.070	479.288
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	20.116	18.884	33.231
2.01.04.02	Debêntures	895.178	117.340	50.111
2.01.05	Outras Obrigações	270.293	281.751	275.797
2.01.05.02	Outros	270.293	281.751	275.797
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	189.509	169.509	154.497
2.01.05.02.04	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	11.995	43.061	55.037
2.01.05.02.05	Concessões a pagar	2.499	1.857	1.873
2.01.05.02.06	Benefícios pós-emprego	25.939	25.478	21.642
2.01.05.02.07	Outros	40.351	41.846	42.748
2.01.06	Provisões	10.720	12.580	10.140
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.720	12.580	10.140
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.000	4.000	4.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	6.720	8.580	6.140
2.02	Passivo Não Circulante	2.729.353	3.207.347	2.391.305
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	979.381	1.853.989	1.036.347
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	213.417	276.776	403.363
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	19.953	49.243	97.996
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	193.464	227.533	305.367
2.02.01.02	Debêntures	765.964	1.577.213	632.984
2.02.02	Outras Obrigações	1.174.116	807.181	775.230
2.02.02.02	Outros	1.174.116	807.181	775.230
2.02.02.02.03	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	40.622	0	0
2.02.02.02.04	Concessões a pagar	718.526	307.432	285.782
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	409.452	491.657	478.503
2.02.02.02.06	Outras obrigações	5.516	8.092	10.945
2.02.03	Tributos Diferidos	434.845	449.327	479.079
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	434.845	449.327	479.079
2.02.04	Provisões	141.011	96.850	100.649
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	141.011	96.850	100.649
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.260	27.568	44.510
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.579	12.056	17.399
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	99.172	57.226	38.740
2.03	Patrimônio Líquido	5.072.684	4.449.048	3.900.187
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.827.033	1.146.518	541.687
2.03.04.01	Reserva Legal	422.556	361.974	305.254
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.246.207	702.631	236.433
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	158.270	81.913	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	708.190	765.069	821.039

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.141.168	2.823.294	2.799.842
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.142.568	-1.166.863	-982.767
3.03	Resultado Bruto	1.998.600	1.656.431	1.817.075
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-52.467	-25.937	-26.415
3.04.01	Despesas com Vendas	-13.390	-12.565	-11.467
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-141.723	-132.054	-145.517
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	132.248	15.052	79.839
3.04.04.01	Reversão de provisões operacionais	80.674	1.802	813
3.04.04.02	Ganho em ação judicial	45.803	8.392	2.595
3.04.04.03	Recuperação de PIS e Cofins	0	0	76.431
3.04.04.04	Outras receitas operacionais	5.771	4.858	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.708	0	-937
3.04.05.01	Outras despesas operacionais	-4.708	0	-937
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-24.894	103.630	51.667
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	-22.483	106.340	54.698
3.04.06.02	Amortização de ágio	-2.411	-2.710	-3.031
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.946.133	1.630.494	1.790.660
3.06	Resultado Financeiro	-236.626	-135.830	-235.358
3.06.01	Receitas Financeiras	101.149	69.768	110.095
3.06.02	Despesas Financeiras	-337.775	-205.598	-345.453
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.709.507	1.494.664	1.555.302
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-497.858	-403.797	-440.149
3.08.01	Corrente	-504.818	-433.043	-440.362
3.08.02	Diferido	6.960	29.246	213
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.211.649	1.090.867	1.115.153
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.211.649	1.090.867	1.115.153
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,85624	1,67121	1,70841

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,85624	1,67121	1,70841

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.505.896	1.216.165	1.423.220
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.568.142	1.253.161	1.382.516
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.211.649	1.090.867	1.115.153
6.01.01.02	Depreciação e amortização	314.194	304.675	208.375
6.01.01.03	Resultado de participação societária	22.483	-106.340	-51.667
6.01.01.04	Variação monetária e cambial, líquida	45.518	-82.542	127.142
6.01.01.05	Recuperação de PIS e Cofins	0	0	-76.431
6.01.01.06	Juros líquidos	51.604	64.051	80.672
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquida	-71.734	11.972	-21.940
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-6.960	-29.246	-213
6.01.01.09	Outros	1.388	-276	1.425
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-62.246	-36.996	40.704
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-78.912	16.365	-25.161
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais	-42.375	2.226	25.363
6.01.02.03	Estoques	-3.621	18.330	-8.273
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados/judiciais	73.961	-18.124	34.374
6.01.02.05	Fornecedores	-7	21.990	-86.490
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	15.892	-18.149	140.450
6.01.02.07	Obrigações estimadas	13.365	3.024	6.667
6.01.02.08	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-4.676	-9.524	-8.767
6.01.02.09	Benefícios pós-emprego	-30.802	-40.250	-31.390
6.01.02.10	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	5.972	-11.976	9.992
6.01.02.11	Outros	-11.043	-908	-16.061
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.256.631	-423.067	-891.440
6.02.01	Aumento em investimentos, líquido do caixa e equivalentes obtidos na aquisição	-1.182.485	-313.040	-885.312
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-78.961	-110.496	-69.923
6.02.03	Aplicação no intangível	-5.904	-3.603	-607
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	10.719	4.072	64.402
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-546.987	-17.879	-784.915

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.03.01	Empréstimos, financiamentos e debêntures	0	1.297.768	400.000
6.03.02	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-141.617	-789.897	-103.476
6.03.03	Disponibilidades recebidas na incorporação de controlada	100.322	0	28.344
6.03.04	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-536.024	-495.141	-1.109.783
6.03.05	Pagamento de concessões a pagar	-1.883	-1.864	0
6.03.06	Partes relacionadas	32.215	-28.745	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-297.722	775.219	-253.135
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.093.839	318.620	571.755
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	796.117	1.093.839	318.620

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	76.357	-664.370	0	-588.013
5.04.06	Dividendos	0	0	158.270	-158.270	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-220.000	0	-220.000
5.04.08	Dividendos Intercalares	0	0	0	-286.100	0	-286.100
5.04.09	Dividendos Adicionais de 2009 aprovados em AGO	0	0	-81.913	0	0	-81.913
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.211.649	0	1.211.649
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.211.649	0	1.211.649
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	604.158	-547.279	-56.879	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	604.158	-604.158	0	0
5.06.04	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	0	0	0	56.879	-56.879	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	633.327	0	0	3.170.788
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-91.640	0	821.039	729.399
5.02.01	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-91.640	821.039	729.399
5.02.02	Transferência para reservas	0	0	-91.640	91.640	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	541.687	0	821.039	3.900.187
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	81.913	-623.919	0	-542.006
5.04.06	Dividendos	0	0	81.913	-81.913	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-194.000	0	-194.000
5.04.08	Dividendo intercalares	0	0	0	-348.006	0	-348.006
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.090.867	0	1.090.867
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.090.867	0	1.090.867
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	522.918	-466.948	-55.970	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	522.918	-522.918	0	0
5.06.04	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	0	0	0	55.970	-55.970	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	279.392	0	0	2.816.853
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-4.919	0	0	-4.919
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	274.473	0	0	2.811.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-756.299	0	-756.299
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-580.299	0	-580.299
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-176.000	0	-176.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.115.153	0	1.115.153
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.115.153	0	1.115.153
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	358.854	-358.854	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	358.854	-358.854	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	633.327	0	0	3.170.788

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	3.534.525	3.134.019	3.166.003
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.487.659	3.119.941	3.087.914
7.01.02	Outras Receitas	46.866	14.078	78.089
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-563.425	-725.153	-656.559
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-255.437	-362.644	-307.969
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-136.905	-118.873	-119.195
7.02.04	Outros	-171.083	-243.636	-229.395
7.02.04.01	Encargos do uso da rede elétrica e conexão	-217.860	-217.027	-205.160
7.02.04.02	Outros	46.777	-26.609	-24.235
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.971.100	2.408.866	2.509.444
7.04	Retenções	-314.194	-304.675	-208.375
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-314.194	-304.675	-208.375
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.656.906	2.104.191	2.301.069
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	76.255	173.398	161.762
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-24.894	103.630	51.667
7.06.02	Receitas Financeiras	101.149	69.768	110.095
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.733.161	2.277.589	2.462.831
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.733.161	2.277.589	2.462.831
7.08.01	Pessoal	176.390	155.715	146.066
7.08.01.01	Remuneração Direta	116.755	96.696	94.389
7.08.01.02	Benefícios	33.164	35.014	30.731
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.738	7.076	6.041
7.08.01.04	Outros	18.733	16.929	14.905
7.08.01.04.01	Participação nos lucros e resultados	18.733	16.929	14.905
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	865.779	710.608	732.308
7.08.02.01	Federais	811.708	669.098	663.026
7.08.02.02	Estaduais	52.939	40.496	68.462
7.08.02.03	Municipais	1.132	1.014	820
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	256.713	182.519	310.431

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03.01	Juros	237.157	162.979	292.106
7.08.03.02	Aluguéis	9.496	10.236	11.586
7.08.03.03	Outras	10.060	9.304	6.739
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.207.946	1.090.117	1.059.395
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	220.000	194.000	176.000
7.08.04.02	Dividendos	444.370	429.919	580.299
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	543.576	466.198	303.096
7.08.05	Outros	226.333	138.630	214.631
7.08.05.01	Encargos setoriais	156.332	114.382	116.088
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	66.298	23.498	42.785
7.08.05.03	Reserva legal	60.582	56.720	55.758
7.08.05.04	Ajuste a valor justo do ativo	-56.879	-55.970	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1	Ativo Total	12.850.288	10.934.389	9.717.390
1.01	Ativo Circulante	1.906.733	1.872.885	943.749
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.082.580	1.254.640	420.005
1.01.02	Aplicações Financeiras	81.553	33.511	1.414
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	81.553	33.511	1.414
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	81.553	33.511	1.414
1.01.03	Contas a Receber	531.106	435.292	405.027
1.01.03.01	Clientes	531.106	435.292	387.579
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	0	17.448
1.01.03.02.01	Alienação de ativo	0	0	17.448
1.01.04	Estoques	46.032	44.652	58.788
1.01.06	Tributos a Recuperar	91.818	72.920	27.035
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	91.818	72.920	27.035
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	73.644	31.870	31.480
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	23.057	0	0
1.01.08.01.01	Ativo mantido para venda	23.057	0	0
1.01.08.03	Outros	50.587	31.870	31.480
1.02	Ativo Não Circulante	10.943.555	9.061.504	8.773.641
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	872.025	806.242	764.665
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	51.244	63.738	25.162
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	51.244	63.738	25.162
1.02.01.03	Contas a Receber	86.886	86.886	68.469
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	86.886	86.886	68.469
1.02.01.06	Tributos Diferidos	328.240	311.330	307.567
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	328.240	311.330	307.567
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	405.655	344.288	363.467
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais	219.880	74.482	106.682
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	133.464	217.309	207.933
1.02.01.09.05	Outros	52.311	52.497	48.852

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
1.02.03	Imobilizado	9.976.009	8.137.229	7.882.261
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.719.897	7.773.655	6.736.334
1.02.03.01.01	Imobilizado em serviço	7.730.245	7.784.175	6.746.214
1.02.03.01.02	Obrigações especiais	-10.348	-10.520	-9.880
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.256.112	363.574	1.145.927
1.02.04	Intangível	95.521	118.033	126.715
1.02.04.01	Intangíveis	95.521	118.033	126.715

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2	Passivo Total	12.850.288	10.934.389	9.717.390
2.01	Passivo Circulante	2.259.838	1.406.428	1.912.434
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	54.881	41.233	37.759
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	54.881	41.233	37.759
2.01.02	Fornecedores	268.851	246.117	212.367
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	268.851	246.117	212.367
2.01.03	Obrigações Fiscais	457.937	411.616	404.108
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	424.481	381.076	370.174
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	398.032	355.732	342.249
2.01.03.01.02	Outros	26.449	25.344	27.925
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	32.225	30.090	33.456
2.01.03.02.01	ICMS a pagar	32.225	30.090	33.456
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.231	450	478
2.01.03.03.01	ISS a pagar	1.231	450	478
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.094.431	347.753	732.504
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	189.414	221.346	671.913
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	169.298	202.462	638.682
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	20.116	18.884	33.231
2.01.04.02	Debêntures	905.017	126.407	60.591
2.01.05	Outras Obrigações	372.872	347.032	515.434
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	221.306
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	221.306
2.01.05.02	Outros	372.872	347.032	294.128
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	189.509	169.509	154.497
2.01.05.02.04	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	14.991	48.112	60.270
2.01.05.02.05	Concessões a pagar	42.297	37.419	2.343
2.01.05.02.06	Benefícios pós-emprego	25.939	25.478	21.642
2.01.05.02.07	Outros	100.136	66.514	55.376
2.01.06	Provisões	10.866	12.677	10.262

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.866	12.677	10.262
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.000	4.000	4.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	6.866	8.677	6.262
2.02	Passivo Não Circulante	5.517.766	5.078.913	3.904.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.349.489	3.066.889	2.246.069
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.567.145	1.465.106	1.580.325
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.373.681	1.237.573	1.274.958
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	193.464	227.533	305.367
2.02.01.02	Debêntures	782.344	1.601.783	665.744
2.02.02	Outras Obrigações	1.579.170	1.424.668	1.055.343
2.02.02.02	Outros	1.579.170	1.424.668	1.055.343
2.02.02.02.03	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	41.260	0	0
2.02.02.02.04	Concessões a pagar	1.092.650	920.055	556.683
2.02.02.02.05	Benefícios pós-emprego	409.452	491.657	478.503
2.02.02.02.06	Outras obrigações	35.808	12.956	20.157
2.02.03	Tributos Diferidos	445.691	459.938	480.679
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	445.691	459.938	480.679
2.02.04	Provisões	143.416	127.418	122.678
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	143.416	127.418	122.678
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	32.260	27.568	44.510
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	9.579	12.056	17.399
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	101.577	87.794	60.769
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.072.684	4.449.048	3.900.187
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.827.033	1.146.518	541.687
2.03.04.01	Reserva Legal	422.556	361.974	305.254
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.246.207	702.631	236.433
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	158.270	81.913	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010	Penúltimo Exercício 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 31/12/2008
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	708.190	765.069	821.039

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.100.381	3.496.677	3.400.250
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.888.072	-1.567.320	-1.388.263
3.03	Resultado Bruto	2.212.309	1.929.357	2.011.987
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.157	-152.361	-101.791
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.363	-14.831	-14.527
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-159.935	-143.711	-162.319
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	112.322	13.077	79.026
3.04.04.01	Reversão de provisões operacionais	66.519	0	0
3.04.04.02	Ganho em ação judicial	45.803	8.392	2.595
3.04.04.03	Recuperação de PIS e Cofins	0	0	76.431
3.04.04.04	Outras receitas operacionais	0	4.685	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-181	-6.896	-3.971
3.04.05.01	Constituição de provisões operacionais	0	-6.896	-3.094
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-181	0	-877
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.150.152	1.776.996	1.910.196
3.06	Resultado Financeiro	-428.842	-239.789	-320.676
3.06.01	Receitas Financeiras	130.627	86.883	123.136
3.06.02	Despesas Financeiras	-559.469	-326.672	-443.812
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.721.310	1.537.207	1.589.520
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-509.661	-446.340	-474.367
3.08.01	Corrente	-532.184	-469.250	-479.284
3.08.02	Diferido	22.523	22.910	4.917
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.211.649	1.090.867	1.115.153
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.211.649	1.090.867	1.115.153
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.211.649	1.090.867	1.115.153
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,85624	1,67121	1,70841
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
3.99.02.01	ON	1,85624	1,67121	1,70841

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.680.481	1.376.099	1.637.659
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.807.592	1.531.537	1.585.649
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.211.649	1.090.867	1.115.153
6.01.01.02	Depreciação e amortização	461.325	424.714	266.383
6.01.01.03	Variação monetária e cambial, líquida	98.753	-82.364	154.662
6.01.01.04	Recuperação de PIS e Cofins	0	0	-76.431
6.01.01.05	Juros líquidos	110.918	101.924	147.461
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisões operacionais, líquida	-57.704	22.100	-18.112
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-22.523	-22.910	-4.917
6.01.01.08	Outros	5.174	-2.794	1.450
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-127.111	-155.438	52.010
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-97.660	-47.713	-30.581
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais	-82.723	-5.731	26.511
6.01.02.03	Estoques	-1.351	14.136	-8.705
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados / judiciais	57.825	-53.626	59.219
6.01.02.05	Fornecedores	-49.844	14.951	-63.125
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	51.073	-25.855	99.452
6.01.02.07	Obrigações estimadas	12.784	2.345	4.742
6.01.02.08	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-4.393	-10.538	-7.235
6.01.02.09	Benefícios pós-emprego	-30.802	-40.250	-31.390
6.01.02.10	Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	8.140	-12.158	11.302
6.01.02.11	Outros	9.840	9.001	-8.180
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.094.891	-258.515	-1.298.482
6.02.01	Aumento em investimentos, líquido do caixa e equivalentes obtidos na aquisição	-791.889	-2.971	-831.451
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-296.350	-250.923	-401.700
6.02.03	Aplicação no intangível	-6.652	-4.621	-65.331
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-757.650	-282.949	-713.263
6.03.01	Empréstimos, financiamentos e debêntures	276.751	1.403.084	583.531
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-477.849	-946.796	-187.011

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
6.03.03	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-536.024	-495.141	-1.109.783
6.03.04	Pagamento de concessões a pagar	-36.602	-14.639	0
6.03.05	Partes relacionadas	0	-221.306	0
6.03.06	Cauções e depósitos vinculados	16.074	-8.151	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-172.060	834.635	-374.086
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.254.640	420.005	794.091
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.082.580	1.254.640	420.005

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048	0	4.449.048
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048	0	4.449.048
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	76.357	-664.370	0	-588.013	0	-588.013
5.04.06	Dividendos	0	0	158.270	-158.270	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-220.000	0	-220.000	0	-220.000
5.04.08	Dividendos intercalares	0	0	0	-286.100	0	-286.100	0	-286.100
5.04.09	Dividendos Adicionais de 2009 aprovados em AGO	0	0	-81.913	0	0	-81.913	0	-81.913
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.211.649	0	1.211.649	0	1.211.649
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.211.649	0	1.211.649	0	1.211.649
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	604.158	-547.279	-56.879	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	604.158	-604.158	0	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	0	0	0	56.879	-56.879	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.827.033	0	708.190	5.072.684	0	5.072.684

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	633.327	0	0	3.170.788	0	3.170.788
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-91.640	0	821.039	729.399	0	729.399
5.02.01	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-91.640	821.039	729.399	0	729.399
5.02.02	Transferência para reservas	0	0	-91.640	91.640	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	541.687	0	821.039	3.900.187	0	3.900.187
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	81.913	-623.919	0	-542.006	0	-542.006
5.04.06	Dividendos	0	0	81.913	-81.913	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-194.000	0	-194.000	0	-194.000
5.04.08	Dividendos Intercalares	0	0	0	-348.006	0	-348.006	0	-348.006
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.090.867	0	1.090.867	0	1.090.867
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.090.867	0	1.090.867	0	1.090.867
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	522.918	-466.948	-55.970	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	522.918	-522.918	0	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado	0	0	0	55.970	-55.970	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.146.518	0	765.069	4.449.048	0	4.449.048

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2008 à 31/12/2008

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	279.392	0	0	2.816.853	0	2.816.853
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-4.919	0	0	-4.919	0	-4.919
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	274.473	0	0	2.811.934	0	2.811.934
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-756.299	0	-756.299	0	-756.299
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-580.299	0	-580.299	0	-580.299
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-176.000	0	-176.000	0	-176.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.115.153	0	1.115.153	0	1.115.153
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.115.153	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	358.854	-358.854	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	358.854	-358.854	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	633.327	0	0	3.170.788	0	3.170.788

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.01	Receitas	4.936.968	4.394.518	4.051.975
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.586.133	3.886.319	3.793.323
7.01.02	Outras Receitas	45.622	13.307	78.149
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	305.213	494.892	180.503
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.434.776	-1.450.495	-1.151.164
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-751.474	-563.380	-603.809
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-168.911	-142.522	-133.950
7.02.04	Outros	-514.391	-744.593	-413.405
7.02.04.01	Encargos do uso da rede elétrica e conexão	-269.087	-263.029	-235.556
7.02.04.02	Gastos na construção de usinas	-270.519	-448.792	-144.477
7.02.04.03	Outros	25.215	-32.772	-33.372
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.502.192	2.944.023	2.900.811
7.04	Retenções	-461.325	-424.714	-266.383
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-461.325	-424.714	-266.383
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.040.867	2.519.309	2.634.428
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	130.627	86.883	123.136
7.06.02	Receitas Financeiras	130.627	86.883	123.136
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.171.494	2.606.192	2.757.564
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.171.494	2.606.192	2.757.564
7.08.01	Pessoal	178.569	158.270	149.933
7.08.01.01	Remuneração Direta	118.684	98.761	97.682
7.08.01.02	Benefícios	33.278	35.213	30.889
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.874	7.286	6.380
7.08.01.04	Outros	18.733	17.010	14.982
7.08.01.04.01	Participação nos lucros e resultados	18.733	17.010	14.982
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.014.964	844.942	871.005
7.08.02.01	Federais	919.778	776.303	766.468
7.08.02.02	Estaduais	93.693	67.522	103.674
7.08.02.03	Municipais	1.493	1.117	863

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Penúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009	Antepenúltimo Exercício 01/01/2008 à 31/12/2008
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	401.570	316.880	404.466
7.08.03.01	Juros	342.182	242.107	343.427
7.08.03.02	Aluguéis	11.982	11.686	11.961
7.08.03.03	Outras	47.406	63.087	49.078
7.08.03.03.01	Encargos financeiros capitalizados	34.694	46.099	36.026
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	12.712	16.988	13.052
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.207.946	1.090.117	1.059.395
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	220.000	194.000	176.000
7.08.04.02	Dividendos	444.370	429.919	580.299
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	543.576	466.198	303.096
7.08.05	Outros	368.445	195.983	272.765
7.08.05.01	Encargos setoriais	184.853	134.243	133.636
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	179.889	60.990	83.371
7.08.05.03	Reserva legal	60.582	56.720	55.758
7.08.05.04	Ajuste a valor justo do ativo	-56.879	-55.970	0

Tractebel Energia
GDF SUEZ



Relatório da Administração Demonstrações Contábeis do Exercício Social findo em 31.12.2010

Diretoria Financeira e de Relações com Investidores

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19
NIRE Nº 42 3 0002438-4

Endereço: Rua Antônio Dib Mussi, 366 – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88015-110

TBLE3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

ISE Índice de Sustentabilidade Empresarial

IGC

ITAG

2010

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia", "Tractebel" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010. As informações estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Mensagem da Administração

O ano de 2010 representou para a Tractebel Energia mais um período de expansão, com um aumento de 11,1% no lucro líquido, totalizando R$ 1,212 bilhão, e testemunhou nossa busca contínua do aprimoramento da gestão nas três esferas da sustentabilidade – econômico-financeira, social e ambiental –, a fim de ampliar a permanente geração de valor a todos os públicos com quem nos relacionamos, os chamados *stakeholders*.

No aspecto operacional, batemos nosso recorde de geração instantânea de energia, produzindo 7.074 MW, ou seja, um fator de capacidade de 93,8%. Também em 2010, alcançamos uma disponibilidade de 98,3%, descontadas as paradas programadas, reflexo da eficiência dos programas de manutenção do nosso parque gerador.

No total do ano, foram 42.986 GWh (4.907 MW médios) produzidos nas 21 usinas em operação que compõem o nosso parque gerador, que por sua vez teve sua capacidade instalada ampliada para 6.472 MW, com a entrada em operação da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética (33 MW de potência total), movida a bagaço de cana-de-açúcar, e da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca (20 MW).

Além delas, incorporamos ao nosso portfólio a participação na Usina Hidrelétrica Estreito – um dos maiores projetos de geração em construção no Brasil, com seus 1.087 MW – por meio da aquisição, da nossa controladora GDF SUEZ, da totalidade das ações ordinárias de emissão da SUEZ Energia Renovável S.A., detentora de 40,07% do Consórcio Estreito Energia, responsável pela implementação do projeto. A Usina está em fase final de construção e as primeiras turbinas entrarão em operação ainda em 2011. Assim, ao final, serão 436 MW adicionados à capacidade instalada total da Companhia, representando uma ampliação de cerca de 7% em nossa capacidade instalada. Após a aquisição, obtivemos financiamento suplementar de R$ 308,5 milhões, que contribuirá para aumentar a rentabilidade de Estreito.

Com o objetivo de tornar ainda mais transparente o processo de transferência e incorporação de ativos entre a Tractebel Energia e nossa controladora, anunciamos em outubro um novo modelo que, dentre outras medidas, prevê a formação de um Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas.

O Comitê, não permanente, será formado por três ou cinco membros do Conselho de Administração, sendo a maioria, em qualquer dos casos, composta por conselheiros independentes e complementado por diretores da Tractebel Energia. Ele tem como objetivo negociar em nome da Companhia junto à controladora os termos de cada transação, inclusive o preço a ser pago pelos ativos, visando garantir um valor que reflita adequadamente a repartição dos riscos envolvidos e do valor agregado pelo projeto. As deliberações do Comitê serão encaminhadas à apreciação do Conselho de Administração, devendo ser ratificadas posteriormente em Assembleia Geral de Acionistas.

Esse passo nos leva, portanto, a um modelo aprimorado de governança que contribuirá para o crescimento sustentável da Tractebel Energia, com maior independência e transparência nas negociações, refletindo assim os melhores níveis de governança corporativa.

O processo de aquisição da participação de 50,1% que nossa controladora detém na empresa Energia Sustentável do Brasil, responsável pelo desenvolvimento da Usina Hidrelétrica Jirau, localizada no norte do país, com potência total prevista de 3.450 MW, já se dará com base nesse modelo aprimorado.

O crescimento em todas as esferas da Companhia vem acompanhado do aperfeiçoamento progressivo da nossa gestão socioambiental. Estreito, por exemplo, é um projeto considerado modelo de responsabilidade socioambiental. Em 2010, concluímos a implantação do nosso Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho, que envolveu a adequação dos nossos processos e políticas ao longo de dois anos, e que foi certificado de acordo com a norma OHSAS 18001. Com isso, buscamos promover a melhoria contínua do desempenho de saúde e segurança ocupacional e desenvolver iniciativas em aspectos relevantes, que proporcionem a evolução da qualidade de vida dos nossos empregados.

A Tractebel Energia busca atuar também como multiplicadora das melhores práticas e disseminar a cultura e o valor da sustentabilidade a todos os seus públicos. Lançamos em 2010 a Política de Gestão Sustentável, que suporta e complementa nossas diversas políticas existentes em todas as áreas do negócio e estende aos nossos *stakeholders* os valores e princípios. Além disso, os fornecedores da Companhia são avaliados quanto à sua gestão socioambiental e os contratos exigem a adequação às diretrizes estabelecidas em nosso Código de Ética e Política de Meio Ambiente, com o objetivo de garantir sua observância em toda a cadeia de valor.

O contínuo aprimoramento de nossa gestão financeira e operacional, que teve como exemplos no ano a alocação competente das energias asseguradas, a ampliação de nosso parque gerador, uma estratégia bem-sucedida de comercialização – com destaque para a venda de um volume considerável de energia para entrega nos próximos anos e a conquista de novos clientes –, a elevação de nossos *ratings* corporativos, além de diversos outros bons resultados que serão apresentados neste Relatório, são fruto do trabalho de mais de 1.000 profissionais qualificados, com experiência, empreendedorismo e competência, que colocam nossos valores em prática e dão corpo à nossa estratégia e objetivos. Nossos empregados são os responsáveis por transformar nosso planejamento em prática e eficiência, nossos princípios e valores em cultura e iniciativa, e mais do que isso, nossa energia em valor e desenvolvimento para todos os nossos *stakeholders*.

Ficamos satisfeitos com o reconhecimento, pelo mercado, da evolução de nossa governança e de nossos resultados comerciais, operacionais e financeiros, fazendo com que as ações da Tractebel Energia fossem um dos destaques do setor elétrico, apresentando valorização de 27,5% no acumulado de 2010, desconsiderando-se os proventos, e encerrassem o ano com cotação unitária de R$ 27,45 – conferindo à Companhia um valor de mercado de R$ 17,9 bilhões.

Acreditamos que esse é o caminho para a continuidade do negócio que proporcione geração de valor econômico, sendo social e ambientalmente perene. Agradecemos a nossos clientes, acionistas, empregados, fornecedores e sociedade o empenho, a dedicação e a confiança em mais um ano de sucesso.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

1_Perfil Institucional

A Tractebel Energia atua na geração e comercialização de energia elétrica, por meio da implantação e operação de usinas, sendo a maior empresa privada do Brasil.

A Companhia tem sede em Florianópolis, Santa Catarina, e está presente no setor elétrico desde 1998. Em 31 de dezembro de 2010, seu capital social totalizava R$ 2.445,8 milhões e era composto por 652.742.192 ações ordinárias negociadas regularmente no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob o código TBLE3. Além disso, a Tractebel possui um programa de ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível I, negociados no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

Seu controle acionário é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações, que responde por 68,71% do capital social da Tractebel e é subsidiária do grupo franco-belga GDF SUEZ, um dos líderes mundiais em energia, água e gestão de resíduos.



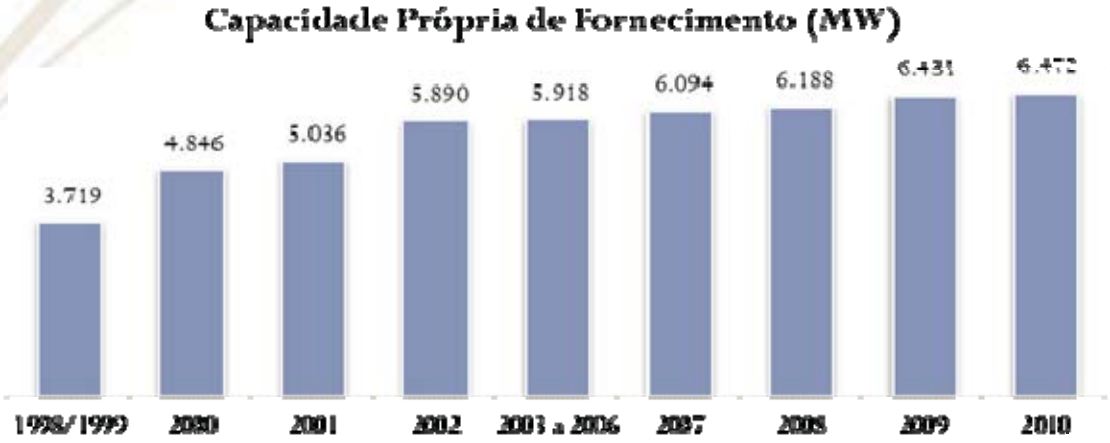
1.1_Parque Gerador

Seu parque gerador tem capacidade instalada própria total de 6.472,0 MW e é composto por 21 usinas, sendo 18 integralmente controladas pela Tractebel, das quais seis são hidrelétricas, seis termelétricas e seis complementares – uma a biomassa, duas eólicas e três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). As usinas hidrelétricas Itá e Machadinho, e a Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, movida a biomassa, são exploradas por meio de consórcios com outras empresas, e, considerando-se que são usinas operadas pela Tractebel Energia, a capacidade instalada total operada pela Companhia equivale a 7.543,0 MW.

2_Expansão do Parque Gerador

Em 2010, duas novas usinas entraram em operação: a PCH Areia Branca (MG), com capacidade instalada de 19,8 MW, e a Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética (SP), que gera energia a partir do bagaço de cana de açúcar e conta com uma capacidade instalada de 33,0 MW.

Além disso, as usinas hidrelétricas Estreito e Jirau estão em construção e deverão agregar 2.164,1 MW à capacidade instalada própria da Companhia, ou 4.537,0 MW à capacidade por ela operada. A diferença é decorrente da existência de outros sócios no Consórcio Estreito Energia (Ceste) e na empresa de propósito específico Energia Sustentável do Brasil (ESBR), que desenvolvem os projetos. Estreito tem entrada em operação prevista para 2011 e Jirau para 2012. Nesta, a parcela da GDF SUEZ Energy Latin America (50,1% da ESBR) deve ser transferida à Tractebel Energia, porém não antes do final de 2011. Este processo de transferência será realizado com o envolvimento do novo Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas, de acordo com o modelo de transferência criado para conferir maior transparência à negociação e transação.



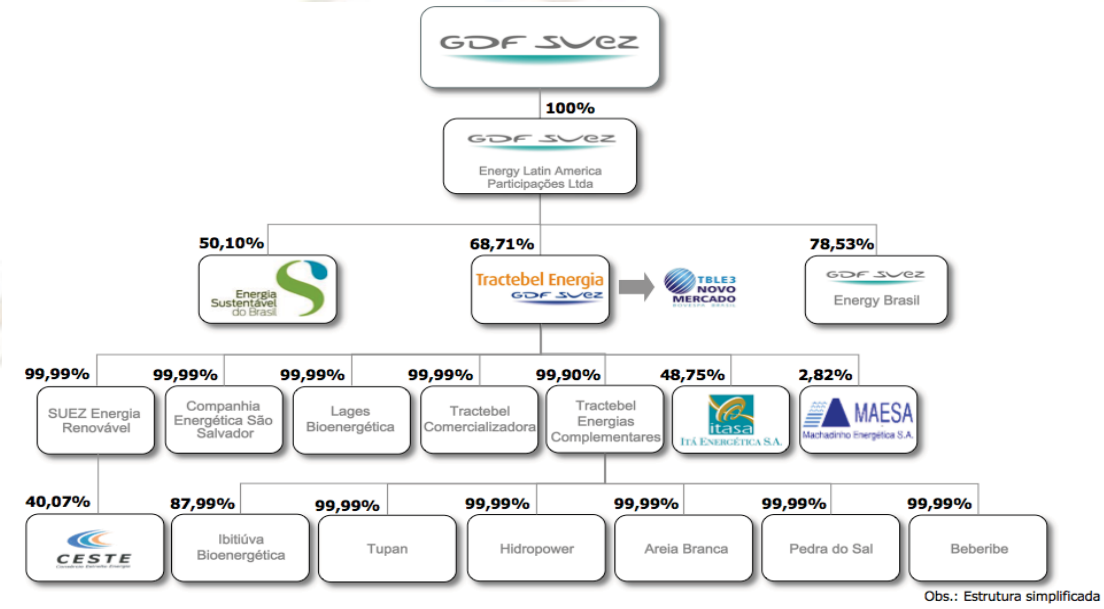
2.1_Estrutura Societária

A Tractebel Energia detém o controle direto ou indireto das seguintes empresas: Companhia Energética São Salvador, Lages Bioenergética Ltda., SUEZ Energia Renovável, Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. e Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Essa última é responsável pela intermediação e operação de compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

Em 19 de outubro de 2010, a Tractebel Energia S.A. adquiriu a totalidade (99,99%) das ações ordinárias de emissão da SUEZ Energia Renovável S.A. (SER), responsável pela implementação da Usina Hidrelétrica Estreito, detidas pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.

A Companhia possui também participação de 2,82% na Machadinho Energética S.A. (Maesa), de 19,28% no consórcio de exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho, de 39,50% no Consórcio Itá, de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), por meio da participação detida pela SUEZ Energia Renovável, e de 87,99% na Ibitiúva Bioenergética, por meio da participação detida pela Tractebel Energias Complementares.

Organograma Societário
Em 31.12.2010



Adicionalmente, com participação de 48,75%, a Tractebel possui o controle compartilhado da Itá Energética S.A. (Itasa), empresa que detém por meio de consórcio, junto com a própria Tractebel, a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Itá e que possui 60,50% do Consórcio Itá, responsável pela construção do empreendimento. Somada à participação direta de 39,50% que tem no Consórcio, a Companhia detém aproximadamente 70% da Usina. O controle compartilhado da Itasa é regido por acordo de acionistas, enquanto que as deliberações de interesse comum do Consórcio Itá são tomadas por um comitê gestor composto por quatro membros, sendo dois representantes da Tractebel.

3_Ambiente Macroeconômico

Em 2010, a economia brasileira, assim como a de outros países emergentes, apresentou um cenário de retomada do crescimento, após a crise financeira mundial enfrentada ao longo de 2008 e 2009, alcançando patamares recordes em diferentes indicadores. A expansão do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, deve ficar próxima de 7,5%, segundo a pesquisa Focus, divulgada pelo Banco Central (BC) em janeiro de 2011. Se confirmado, esse aumento será o maior desde 1986.

Com o aquecimento da economia, foi registrada geração de empregos recorde de, aproximadamente, 2,5 milhões, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), e o desemprego, de acordo com o IBGE, ficou em 6,7%, menor nível dos últimos oito anos. O aumento dos postos de emprego também se refletiu na ampliação de 16,4% no número de consumidores que buscaram crédito em 2010, segundo levantamento realizado pela Serasa Experian.

Nesse cenário, a consequente expansão do consumo veio acompanhada de um ciclo de altas da taxa de juros Selic no primeiro semestre, com o objetivo de conter a inflação. A taxa se manteve estável no segundo semestre, encerrando 2010 em 10,75% ao ano. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por sua vez, atingiu 5,91% em 2010, 1,60 p.p. acima da taxa de 2009, de 4,31%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), puxada pelo aumento dos preços dos alimentos, ocorrido devido aos fortes períodos de chuva enfrentados em 2010 que impactaram a produção do setor. O resultado está acima do centro da meta de inflação do governo, de 4,5%, mas permanece dentro da faixa de tolerância de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

A recuperação da economia brasileira e do mercado de capitais também intensificou a entrada de dólares no país e a moeda norte-americana fechou o ano com desvalorização acumulada de 4,42%, cotada a R$ 1,666, alcançando pela primeira vez um patamar abaixo de R$ 1,70 desde a implantação do câmbio flutuante, em 1999. O Ibovespa, índice da BM&FBOVESPA, fechou em alta no último pregão do ano, aos 69.304,81 pontos, registrando alta de apenas 1,04% no acumulado de 2010, influenciada pelas cotações das empresas exportadoras de commodities, que apresentaram alta volatilidade ao longo do período.

Já a balança comercial apresentou superávit de US$ 20,3 bilhões, redução de 19,8% em comparação com o ano anterior, de acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Por outro lado, houve entrada recorde de investimento estrangeiro direto (IED) no Brasil de US$ 48,5 bilhões, conforme divulgado pelo Banco Central.

Para os próximos anos, a perspectiva é de crescimento, com a circulação de mão-de-obra em expansão devido a projetos nacionais como o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), o “Minha Casa, Minha Vida”, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o que deve contribuir para a ampliação do mercado consumidor e, consequentemente, da produção e da economia como um todo.

4_Consumo de Energia Elétrica

Ao longo de 2010, o consumo mensal de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) foi de 56.777 MW médios, uma expansão de 8,3% em relação aos 52.223 MW médios consumidos em 2009. Essa foi a maior carga já demandada do SIN na história do país.

Essa expansão é explicada principalmente pela retomada do crescimento da indústria após a crise de 2008/2009 e a melhoria da renda da população, aliadas à ocorrência de temperaturas elevadas, acima da média histórica, durante os primeiros meses do ano.

Segundo informações da EPE, de janeiro a novembro de 2010, o consumo de energia elétrica voltada para uso residencial e comercial apresentou crescimentos positivos de 6,5% e 6,2%, respectivamente, enquanto que o consumo industrial apresentou a maior taxa de expansão: 11,0%.

5_Desempenho Operacional

5.1_ Disponibilidade

Em 2010, as usinas operadas pela Tractebel alcançaram o patamar de 98,3% de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, sendo 99,5% na geração hidrelétrica, 92,5% na termelétrica e 93,9% considerando-se as usinas complementares, ou seja, PCHs, eólicas e as térmicas movidas a biomassa. Consideradas todas as paradas, a disponibilidade global no ano foi de 94,3%, sendo 95,9% para as hidrelétricas, 87,3% para as termelétricas e 85,2% para as complementares.

5.2_Produção

A Tractebel quebrou em 2010 o recorde de geração instantânea das usinas que opera, precisamente às 12h00min do dia 8 de outubro, com 7.073,6 MW, equivalente a um fator de capacidade de 93,8%.

A produção total de energia elétrica alcançou 42.986 GWh (4.907 MW médios) em 2010, sendo 37.047 GWh (4.229 MW médios) provenientes das hidrelétricas, 5.421 GWh (619 MW médios) das termelétricas e 518 GWh (59 MW médios) das usinas complementares. Em relação a 2009, houve um aumento significativo de geração total, de 35,3%, constituindo-se em novo recorde, o que pode ser atribuído em grande parte a um período favorável de chuvas, em todas as regiões do Brasil. O incremento de geração nas usinas hidrelétricas foi de 35,9%; nas termelétricas, de 29,8%; e nas complementares, de 55,1%, aumento este parcialmente explicado pela entrada em operação da PCH Areia Branca e da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética. A geração total da Tractebel no ano superou em 23,8% o antigo recorde, obtido em 2008.

Cabe ressaltar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Da mesma forma, a redução daquele tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro. Essa característica deve-se à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as outras variáveis.

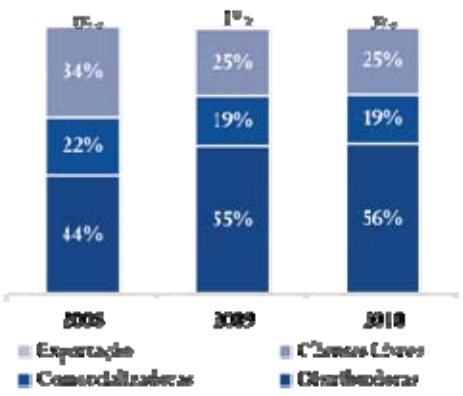
5.3_Clientes

A carteira de clientes da Tractebel é diversificada, abrangendo vendas às distribuidoras por meio de leilões de energia organizados pelo Governo, e também comercializadoras e clientes livres (majoritariamente grandes consumidores industriais), estes atendidos por meio de contratos flexíveis no tocante ao volume e à duração. Adicionalmente, no segmento de clientes livres, a Companhia adota a estratégia de diversificação de vendas entre os diferentes setores da economia.

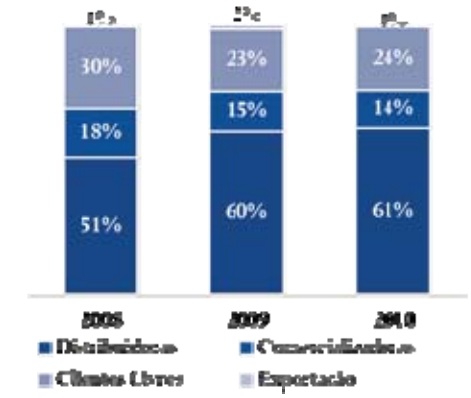
Mantendo um relacionamento estreito com seus clientes, a Companhia consegue detectar suas necessidades e, assim, desenvolver produtos e serviços individualizados que contribuem para a sua fidelização.

A participação dos clientes livres nas vendas físicas manteve-se estável em 25,0% ao final de 2010. Já a participação desses clientes na receita bruta relativa às vendas contratadas sofreu acréscimo de 0,3 p.p. ao registrar 23,6% em 2010.

Participação de Clientes nas Vendas Físicas

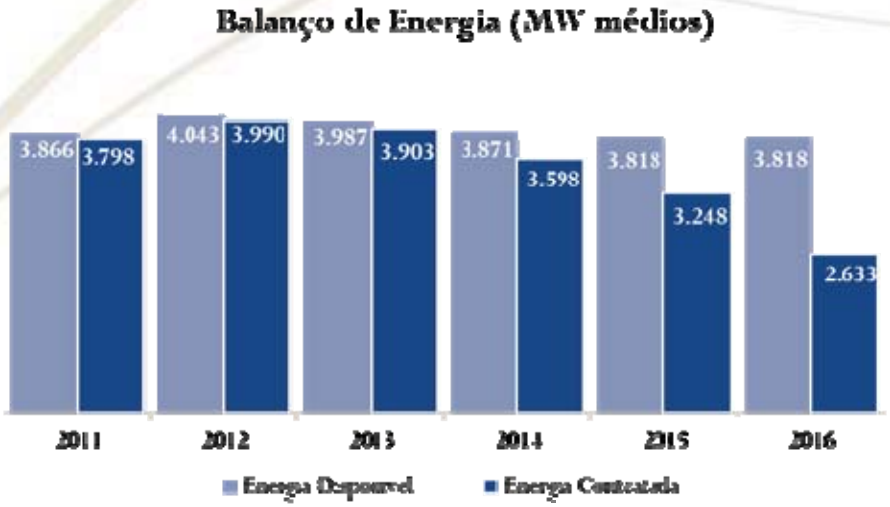


Participação de Clientes nas Vendas Contratadas que Compõem a Renda Operacional Bruta



5.4_ Balanço de Energia

A Companhia tem como estratégia de comercialização a venda gradativa da energia disponível para determinado ano de forma a amortecer o risco de ficar exposto ao preço spot (Preço de Liquidação das Diferenças - PLD) daquele ano. As vendas são feitas dentro das "janelas" de oportunidade que se apresentam quando o mercado se mostra com maior propensão a comprar. De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2010, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2013, inclusive.



6_ Adoção dos novos procedimentos contábeis e Desempenho Econômico-Financeiro

6.1_ Adoção dos novos procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e das práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS)

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 ("balanço de abertura"), todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações, os quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais - IFRS. Desta forma, determinados saldos relativos ao exercício de 2009, anteriormente divulgados, foram ajustados de modo a refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados.

Os ajustes resultantes da adoção desses pronunciamentos que afetaram os resultados da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 foram os seguintes:

(valores em R$ milhões)	2010	2009
Lucro líquido antes da adoção das novas práticas	**1.219,6**	**1.134,4**
Ajustes:		
- Depreciação sobre o ajuste a valor justo do ativo imobilizado	(86,2)	(84,8)
- Constituição de ganho e reversão de perda atuarial sobre obrigações com benefício pós-emprego	75,3	24,0
- Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima	3,7	20,7
- Outros ajustes	(0,8)	(3,4)
	(8,0)	(43,5)
Lucro líquido após a adoção das novas práticas	**1.211,6**	**1.090,9**

As considerações sobre os ajustes acima apresentados são as seguintes:

Depreciação sobre o ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento à orientação prevista nos pronunciamentos CPC 27 e na interpretação ICPC 10, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ao seu valor justo. Este procedimento foi fortemente incentivado pela ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28) e representa a adoção das melhores práticas de governança corporativa na elaboração de demonstrações contábeis. O ajuste a valor justo do ativo, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, de R$ 821,0 milhões em 1º de janeiro de 2009, teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". A adoção deste procedimento resultará no aumento da depreciação da Companhia durante a vida útil dos ativos ajustados ao seu valor justo. O referido ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, não afetará a base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem a base de distribuição de dividendos.

Constituição de ganho e reversão de perda atuarial sobre as obrigações com benefício pós-emprego

Conforme as práticas contábeis anteriores, previstas na Instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor") não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia, mas divulgadas em Nota Explicativa, e as perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo registradas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova prática contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), a Companhia reconheceu no seu balanço de abertura as perdas atuarias até então não registradas no passivo, tendo como contrapartida a conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido, no valor de R$ 103,4 milhões. A Companhia optou por manter a abordagem do corredor em seu resultado para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção. Este procedimento resultou na reversão da perda atuarial de R$ 24,0 milhões em 2009 e no reconhecimento do ganho atuarial de R$ R$ 75,3 milhões em 2010.

6.2_ Desempenho Econômico-Financeiro

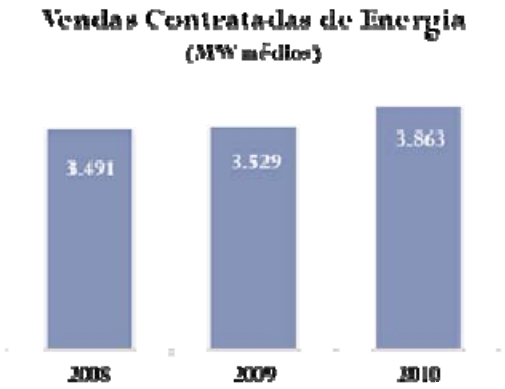
6.2.1_ Receitas

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida da Tractebel atingiu R$ 4.100,4 milhões em 2010, 17,3% acima dos R$ 3.496,7 milhões apresentados em 2009. A variação está diretamente relacionada à evolução da receita operacional bruta e das deduções sobre receita operacional, conforme a seguir comentado.



O preço médio de venda de energia, excluída a exportação e líquido das deduções sobre a receita operacional bruta, passou de R$ 108,81/MWh em 2009 para R$ 112,58/MWh em 2010, representando uma evolução de 3,5%.



No exercício de 2010, a quantidade de energia vendida atingiu 33.838 GWh (3.863 MW médios), uma elevação de 9,5% em relação ao ano de 2009, cuja quantidade foi de 30.911 (3.529 MW médios).

Receita Operacional Bruta

No exercício de 2010, a Companhia atingiu receita operacional bruta de R$ 4.586,1 milhões, contra R$ 3.886,3 milhões obtidos no ano de 2009. Esta evolução de 18,0% decorreu dos seguintes fatores:

(i) elevação de R$ 222,3 milhões na receita de transações no âmbito da CCEE, conforme descrito em item específico deste relatório;

(ii) crescimento de R$ 327,0 milhões em consequência da elevação de 9,5% no volume de vendas de energia;

(iii) acréscimo de R$ 132,4 milhões em função do aumento de 3,7% no preço médio da energia vendida;

(iv) início da operação comercial de novas usinas, que proporcionaram vendas adicionais de 638 GWh (73 MW médios) e receita de R$ 81,2 milhões;

(v) queda de R$ 30,6 milhões na exportação de energia; e

(vi) redução de R$ 35,0 milhões em razão do reconhecimento de receita não recorrente no ano de 2009 relativa à indenização recebida pela perda de receita oriunda do atraso da conclusão das obras da Usina Hidrelétrica São Salvador.

Receitas provenientes de operações com energia elétrica

a) Suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a distribuidoras e comercializadoras, atingiu R$ 3.238,7 milhões em 2010, 14,5% maior do que os R$ 2.828,3 milhões apurados no ano de 2009. A variação é explicada pelos seguintes aumentos: (i) de R$ 259,1 milhões, em consequência da elevação do volume de vendas de 1.906 GWh (218 MW médios) para distribuidoras, substancialmente reflexo do início da vigência de contratos no mercado regulado; (ii) de R$ 48,1 milhões ou 500 GWh (57 MW médios) para comercializadoras; e (iii) R$ 102,3 milhões em razão do crescimento de 4,3% do preço médio da energia vendida para distribuidoras.

b) Fornecimento de energia elétrica

Em relação à receita de fornecimento de energia (vendas a consumidores livres), obteve-se um avanço de 15,0% entre os anos em análise, passando de R$ 878,8 milhões em 2009 para R$ 1.011,0 milhões em 2010. Os grandes responsáveis por esta variação foram: (i) o aumento do preço médio de venda em 5,5%, que resultou em receita adicional de R$ 50,0 milhões; e (ii) o acréscimo no volume de venda de energia de 688 GWh (79 MW médios), advindo da ampliação do consumo das indústrias, pós-crise mundial, o que representou crescimento na receita de R$ 80,0 milhões.

c) Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

No acumulado de 2010, a receita obtida nesta rubrica chegou aos R$ 287,4 milhões, acréscimo de R$ 222,3 milhões em relação aos R$ 65,1 milhões obtidos no ano de 2009.

Maiores explicações sobre estas operações e variações podem ser encontradas a seguir no item "Detalhamento das operações na CCEE".

d) Exportação de energia elétrica

No exercício de 2010, a receita relativa à exportação de energia para a Argentina e o Uruguai foi de R$ 30,1 milhões, contra R$ 60,7 milhões obtidos no ano anterior.

Deduções da Receita Operacional

No exercício de 2010, as deduções da receita operacional atingiram R$ 485,8 milhões, um acréscimo de 24,7% em relação ao mesmo exercício do ano anterior, que foi de R$ 389,6 milhões. As mesmas correspondiam a 10,7% e 10,2% da receita operacional bruta, respectivamente, sendo tal incremento justificado pelo aumento do PIS e da Cofins pela mudança do regime cumulativo (alíquota a 3,65%) para o não cumulativo (alíquota a 9,25%, mas com direito a crédito sobre determinadas aquisições) sobre a receita relativa aos contratos que venceram no período em análise, mas que tinham sido assinados anteriormente à mudança do regime de tributação.

6.2.2_ Custos da Venda de Energia

Os custos cresceram 20,5% em 2010, passando de R$ 1.567,3 milhões em 2009 para R$ 1.888,1 milhões em 2010. Essa variação decorre fundamentalmente do comportamento dos principais componentes a seguir:

- **Energia elétrica comprada para revenda**: incremento de R$ 282,1 milhões no ano em razão essencialmente do aumento de 2.429 GWh (277 MW médios) no volume de compras de energia, visando possibilitar à Companhia vender produto de 30 anos no leilão de energia "botox" a preços atrativos, com início de entrega em 2010, e atender aos demais compromissos de venda de energia. Uma considerável parte destes contratos de compra foi assinada anos atrás, portanto não guardando relação com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

- **Transações no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**: entre os exercícios de 2010 e 2009, os custos com estas transações foram reduzidos em R$ 118,0 milhões, conforme descrito a seguir em item específico.

- **Combustíveis para geração:** ampliação de R$ 23,5 milhões no ano em comparação com 2009, resultado do aumento do consumo de gás na Usina Termelétrica William Arjona em R$ 36,6 milhões, da biomassa para a Usina de Cogeração Lages em R$ 5,3 milhões, bem como da redução do consumo de carvão mineral, combustível utilizado para exportação, em R$ 19,3 milhões.

- **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** crescimento de R$ 6,1 milhões em 2010, em função da combinação da entrada em operação comercial das novas usinas com a redução da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) ocorrida em julho de 2010, gerada pelo processo de revisão tarifária das companhias de transmissão.

- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** entre os acumulados dos anos de 2010 e 2009, houve elevação de R$ 41,7 milhões, refletindo o reajuste tarifário anual e o expressivo aumento no despacho de usinas hidrelétricas.

- **Pessoal:** aumento de R$ 17,0 milhões no acumulado do ano, justificado pelo reajuste anual da remuneração dos empregados e pela necessidade de ampliação do quadro de pessoal para atender ao crescimento do parque gerador da Companhia.

- **Serviços de terceiros:** acréscimo de R$ 23,6 milhões no ano, em função substancialmente da maior demanda por serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia, planejados e realizados em 2010.

- **Depreciação e amortização:** superior em R$ 33,6 milhões no ano de 2010, em comparação com 2009, em razão principalmente da depreciação resultante do início da operação comercial das usinas Areia Branca, Ibitiúva e São Salvador.

6.2.3_ Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos. O presente tópico pretende permitir uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente estes elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Em 2010, a Companhia obteve uma receita líquida decorrente das transações realizadas no âmbito da CCEE de R$ 281,5 milhões, contra uma despesa líquida em 2009 de R$ 58,9 milhões, ou seja, uma variação positiva no resultado das transações na CCEE de R$ 340,4 milhões.

Os resultados positivos decorreram principalmente dos seguintes fatores:

I. MRE - incremento de R$ 78,2 milhões, variando de uma despesa líquida de R$ 15,6 milhões em 2009 para uma receita líquida de R$ 62,6 milhões no ano de 2010. Esta variação foi consequência da maior geração das usinas hidrelétricas da Companhia no exercício de 2010 se comparado com o de 2009. Este aumento na receita foi parcialmente compensado por maior despesa com royalties, conforme descrito no item "Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos"; e

II. Demais transações realizadas na CCEE - resultado positivo de R$ 262,2 milhões entre os exercícios analisados decorrente principalmente do êxito na estratégia de alocação dos recursos de geração implementada pela Companhia e da maior geração nas usinas termelétricas no período.

6.2.4_ Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas cresceram R$ 16,2 milhões, ou 11,3%, passando de R$ 143,7 milhões em 2009 para R$ 159,9 milhões no ano de 2010, em função essencialmente da combinação das seguintes variações: (i) aumento nas despesas com pessoal e administradores em razão do reajuste anual da remuneração dos mesmos; (ii) redução na demanda de contratação de serviços de consultorias e (iii) acréscimo nas contribuições assistenciais e doações.

6.2.5_ Constituição (Reversões) de Provisões Operacionais, Líquidas

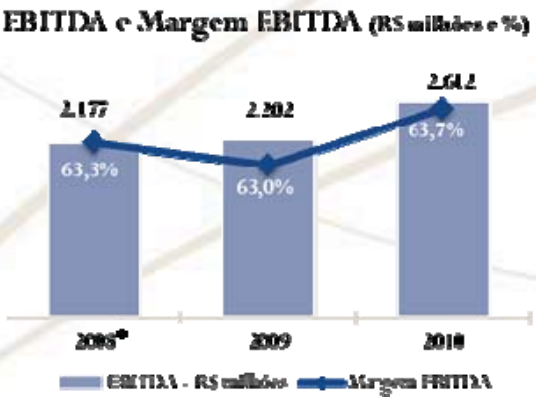
Entre os períodos comparados houve reversão de provisões operacionais líquidas de R$ 73,4 milhões, decorrente basicamente do reconhecimento do ganho atuarial em contrapartida à redução do passivo relativo aos benefícios pós-emprego, no valor de R$ 75,3 milhões. Este efeito está associado à adoção dos pronunciamentos contábeis internacionais (IFRS) e brasileiros (CPC), conforme anteriormente explicado.

6.2.6_ Ganho em Ação Judicial

Em 2010, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 45,8 milhões, em razão do trânsito em julgado favorável em ação judicial que pleiteou o direito de apurar o PIS e a Cofins pelo regime cumulativo sobre receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente à alteração da legislação para o regime de não cumulatividade. Já no exercício de 2009, a Companhia registrou ganho não recorrente de R$ 8,4 milhões em consequência de acordo judicial decorrente da rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João.

6.2.7_ EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos anteriormente mencionados, em 2010 o EBITDA atingiu R$ 2.611,5 milhões, 18,6% maior em relação ao do ano anterior, que foi de R$ 2.201,7 milhões. As margens EBITDA nos anos de 2010 e 2009 foram de 63,7% e 63,0%, respectivamente.



* Valor não considera a adoção das IFRS

A fim de possibilitar a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R$ mil)	2008*	2009	2010	Variação 2010/2009
Resultado Operacional	1.589.520	1.537.207	1.721.310	12,0%
(+/-) Resultado Financeiro	320.676	239.789	428.842	78,8%
(+) Depreciação e Amortização	266.381	424.714	461.325	8,6%
EBITDA	**2.176.577**	**2.201.710**	**2.611.477**	**18,6%**

* Valor não considera a adoção do IFRS

6.2.8_ Resultado Financeiro

Receitas financeiras: em 2010, estas receitas foram de R$ 130,6 milhões, R$ 43,7 milhões superiores às de 2009, que foram de R$ 86,9 milhões, em função substancialmente dos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras no decorrer do ano, fruto da maior taxa de juros incidentes sobre essas aplicações, substancialmente a Selic.

Despesas financeiras: as despesas cresceram de R$ 326,7 milhões em 2009 para R$ 559,5 milhões em 2010, ou seja, R$ 232,8 milhões. Esta variação decorreu da combinação dos efeitos a seguir: (i) aumento de R$ 66,1 milhões nos juros sobre dívidas em razão do início do reconhecimento no resultado dos juros sobre o endividamento das empresas cujas usinas entraram em operação comercial; (ii) crescimento de R$ 120,7 milhões na variação monetária sobre dívidas e obrigações em consequência substancialmente da variação do IGP-M sobre as concessões a pagar; (iii) decréscimo de R$ 62,4 milhões no ganho cambial sobre os empréstimos em moeda estrangeira, em virtude da variação na cotação do dólar norte-americano e do euro em relação ao real; e (vi) redução de R$ 23,2 milhões nos encargos sobre o passivo atuarial da Companhia.

6.2.9_ Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No exercício de 2010, as despesas com IR e CSSL alcançaram R$ 509,7 milhões, maiores em R$ 63,4 milhões em relação às de 2009 que foram de R$ 446,3 milhões. O aumento corresponde principalmente ao crescimento do lucro antes dos tributos.

6.2.10_ Lucro Líquido

Refletindo os efeitos comentados ao longo deste documento, no exercício de 2010, o lucro líquido atingiu R$ 1.211,6 milhões, 11,1% superior ao registrado no ano de 2009 que foi de R$ 1.090,9 milhões. Este resultado estabelece um novo recorde histórico de lucro da Companhia, o sétimo consecutivo.



* Valor não considera a adoção do IFRS

Do lucro líquido apurado no exercício, a Companhia propôs a seus acionistas a distribuição de R$ 664,4 milhões sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a R$ 1,0178134249 por ação ou 55,0% do lucro líquido distribuível ajustado.

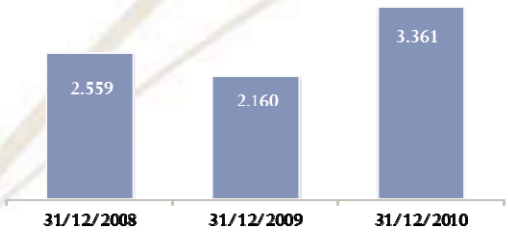
6.2.11_ Endividamento

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R$ 3.361,3 milhões, 55,6% superior aos R$ 2.160,0 milhões registrados em 31 de dezembro de 2009.

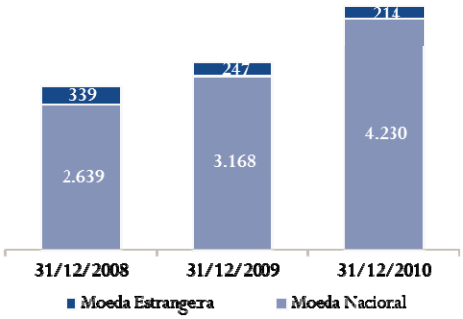
A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R$ 4.443,9 milhões, um acréscimo de 30,1% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2009. Do total da dívida no final do período, 4,8% eram em moeda estrangeira (7,2% ao final do quarto trimestre de 2009), parcela que não estava sujeita a instrumentos de hedge.

O acréscimo do endividamento da Companhia está relacionado principalmente à combinação dos seguintes fatores: (i) saques junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 63,5 milhões entre os períodos, para fazer frente aos investimentos na Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética; (ii) consolidação no balanço patrimonial da Companhia, a partir do terceiro trimestre de 2010, do valor referente ao financiamento existente da SUEZ Energia Renovável S.A., obtido junto ao BNDES e agentes financeiros e utilizado para a construção da UHE Estreito, no valor de R$ 1.374,4 milhões; (iii) a geração de R$ 344,4 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária e cambial, entre os períodos comparados; e (iv) amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R$ 748,5 milhões no ano de 2010.

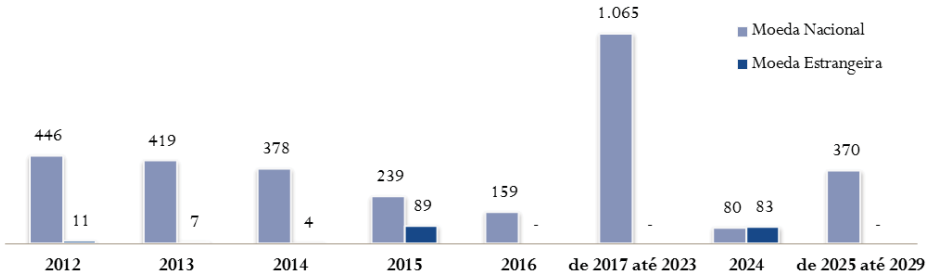
Evolução da Dívida Líquida (R$ milhões)



Composição da Dívida Bruta (R$ milhões)



Cronograma de vencimento da dívida - R$ milhões



7_Investimentos

7.1_Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

Dando prosseguimento ao plano de expansão do parque gerador, em 2010, a Tractebel investiu R$ 2.118,8 milhões na construção de novas usinas, sendo: (i) R$ 2.061,9 milhões direcionados à Usina Hidrelétrica Estreito – valor que contempla o custo de aquisição do projeto e investimentos realizados após a aquisição; (ii) R$ 36,0 milhões aplicados na Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética; (iii) R$ 10,7 milhões nas obras da PCH Areia Branca; e (iv) R$ 10,2 milhões em obras complementares na Usina Hidrelétrica São Salvador.

Adicionalmente, R$ 89,2 milhões foram destinados aos projetos de manutenção e revitalização do parque gerador para continuar mantendo o alto grau de disponibilidade das usinas.

Dessa forma, considerando-se os valores destinados à construção e manutenção do parque gerador, a Companhia em 2010 investiu R$ 2.208,0 milhões, valor que não considera a capitalização dos juros durante a construção dos novos projetos.

7.2_Pesquisa e Desenvolvimento

Desde 1999, a Tractebel conta com o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), cujos principais objetivos são:

- cumprir a legislação vigente e resoluções da ANEEL para P&D;
- capacitar e desenvolver competências para a pesquisa e inovação tecnológica nos centros de pesquisa e universidades das regiões onde a Tractebel está presente;
- desenvolver tecnologias inovadoras que agreguem valor ao produto e serviços da Companhia; e
- aplicar e difundir no mercado os resultados dos projetos de P&D, gerando desenvolvimento.

Um dos objetivos que norteiam a seleção e a execução dos projetos de P&D é a priorização de parcerias com instituições de ensino e pesquisa localizadas nas áreas onde a Companhia está presente, contribuindo para a formação e capacitação de profissionais dessas regiões, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos inovadores.

Os investimentos contínuos da Tractebel em atualização tecnológica, com ênfase no parque gerador e sistemas informatizados da Companhia, buscam agregar valor aos seus produtos e serviços, aumentando a sua competitividade. Além desses investimentos, os recursos de P&D são aplicados na redução de impactos ambientais, no controle e redução das emissões atmosféricas, na pesquisa da biodiversidade e no desenvolvimento de novas fontes de geração de energia renovável, garantindo a sustentabilidade da Tractebel e o retorno esperado a seus investidores.

O Programa de P&D da Companhia destinou, em 2010, um total de R$ 31,1 milhões, sendo R$ 6,4 milhões direcionados ao Ministério de Minas e Energia (MME), para custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), R$ 12,7 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e R$ 12,0 milhões investidos diretamente em projetos de P&D selecionados e geridos pela Companhia.

Para 2011, o Programa de P&D conta com R$ 52,1 milhões para aplicação em projetos. Desse montante, R$ 15,9 milhões já estão comprometidos com pesquisas tecnológicas em andamento, cerca de R$ 28 milhões serão investidos em projetos aprovados em 2010, os quais estão em fase de contratação, e mais de R$ 10 milhões representam propostas de projeto em avaliação. Dos projetos em andamento, destaca-se o de geração de energia através dos movimentos das ondas, desenvolvido no Porto de Pecém (CE).

Para obter maiores informações sobre o Programa de P&D da Tractebel Energia, legislação envolvida, projetos realizados e em andamento, prêmios recebidos, entre outras, acesse o website da Companhia: www.tractebelenergia.com.br

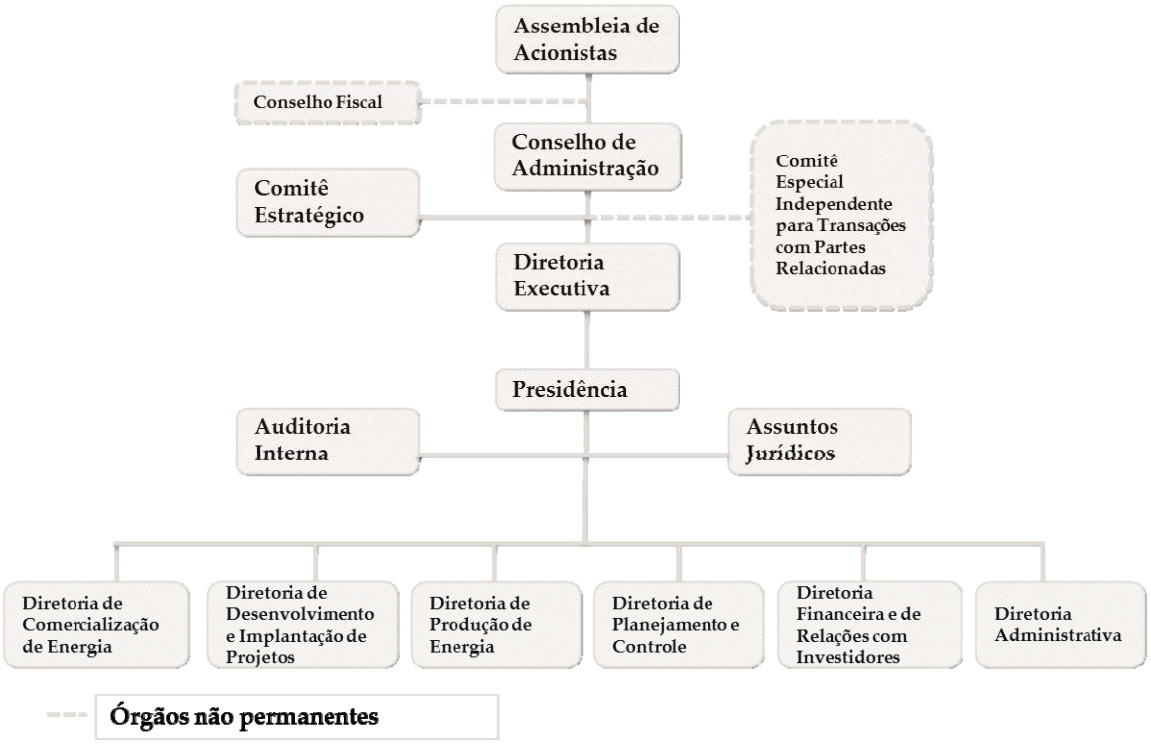
8_Governança Corporativa

A Tractebel administra seus negócios de acordo com as melhores práticas de governança corporativa, sempre comprometida em conduzir sua gestão de maneira transparente, prestando contas a todos os seus públicos.

Reflexo das boas práticas adotadas para cumprir com esse compromisso, suas ações são negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, segmento formado por ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa adicionais às exigidas pela legislação brasileira.

A Companhia possui um Sistema de Controles Internos que foi inicialmente implantado para atender à lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOX), voltada às companhias de capital aberto que orienta a criação de mecanismos confiáveis de auditoria e segurança das informações, a fim de assegurar a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros. Este Sistema de Controles Internos é anualmente testado e certificado pela Administração.

A estrutura de administração da Companhia é formada por diversos órgãos, que compartilham responsabilidades e se complementam, visando garantir o desenvolvimento, perenidade e crescimento consistente do negócio.



Conselho de Administração
- 9 membros efetivos (9 suplentes), dos quais 2 independentes e 1 representante dos empregados
- Mandato de 2 anos, permitida a reeleição
- Composição atual eleita em abril de 2010 para mandato até 2012

Diretoria Executiva
- 7 membros eleitos pelo Conselho de Administração
- Mandato de 3 anos, permitida a reeleição
- Todos os membros da Diretoria Executiva da Companhia foram reeleitos em 2010

Conselho Fiscal
- Caráter não permanente, com instalação a pedido dos acionistas
- Composto por 3 membros, podendo ter no máximo 5, sendo 1 indicado pelos acionistas minoritários
- Mandato de um ano
- Composição atual eleita em abril de 2010

Para ampliar constantemente sua eficiência e manter aderência ao desenvolvimento sustentável, a Tractebel conta ainda com oito comitês relacionados a diferentes aspectos do negócio e que são compostos por integrantes de várias áreas da Companhia, sendo eles os Comitês de Energia, de Gerenciamento de Risco, Financeiro, de Planejamento Tributário, de Ética, de Inovação, de Sustentabilidade e Estratégico, este último composto exclusivamente por membros do Conselho de Administração.

Além desses comitês de negócio, a Tractebel instituiu, ao final de 2010, o Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas, subordinado ao Conselho de Administração, que busca atender à demanda dos acionistas e do mercado por maior transparência no modelo de transferência do controle das usinas desenvolvidas pela GDF SUEZ e posteriormente absorvidas pela Tractebel. O Comitê será instalado sempre que se der uma transação envolvendo partes relacionadas à Companhia, e será composto, em sua maioria por membros independentes do Conselho de Administração.

8.1_ Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária da Companhia tem o direito de:

- votar em Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, e fazer recomendações e orientações ao Conselho de Administração quanto à tomada de decisões;

- receber dividendos e participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas (de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição);

- fiscalizar a administração da Tractebel, conforme o Estatuto Social, e retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações; e

- receber, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle, de acordo com o regulamento do Novo Mercado, no caso de oferta pública de ações em decorrência da alienação do controle da Companhia.

8.2_Política de Divulgação de Informações

A Tractebel tem implantada uma política de divulgação que atende às regras de transparência e às exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBOVESPA. A Companhia informa fatos relevantes conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a divulgação de dados sobre seus negócios, de modo a oferecer aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão em relação a seus investimentos.

No website da Companhia são disponibilizados os resultados trimestrais e anuais, os comunicados ao mercado, os *releases* de resultados, as políticas e práticas da Tractebel, bem como outras informações institucionais.

8.3_Ética

Alinhada aos valores da GDF SUEZ, a Tractebel valoriza a ética como princípio essencial e indispensável na conduta de seus empregados e parceiros e em seu relacionamento com todos os públicos com os quais interage. Por isso, conta com um Código de Ética, que orienta sobre os valores corporativos a serem observados e esclarece questões de comportamento ético.

O Código é distribuído a todos os empregados e divulgado na Intranet e no website da Companhia e constantemente é tema de ações de formação e conscientização desenvolvidas pelo Comitê de Ética da Tractebel a fim de garantir seu conhecimento adequado pelo público em geral.

8.4_ Regimento Interno do Conselho de Administração

Desde 2007, a Tractebel conta com um Regimento Interno do Conselho de Administração, que visa assegurar a eficácia da contribuição de cada Conselheiro, em linha com os padrões de valores, ética e integridade que se espera que eles venham a observar. O documento está disponível no site da Companhia.

9_Mercado de Capitais

As ações ordinárias de emissão da Tractebel são negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sob o código TBLE3, e integram o Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Energia Elétrica (IEE) e, desde o início da carteira, em 2006, portanto, pelo sexto ano consecutivo, foram selecionadas a compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que agrupa ações de empresas comprometidas com as melhores práticas de sustentabilidade, avaliadas em relação à sua eficiência econômica, responsabilidade socioambiental e governança corporativa.

Além disso, a Companhia negocia ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível 1 no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC) sob o código TBLEY, com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

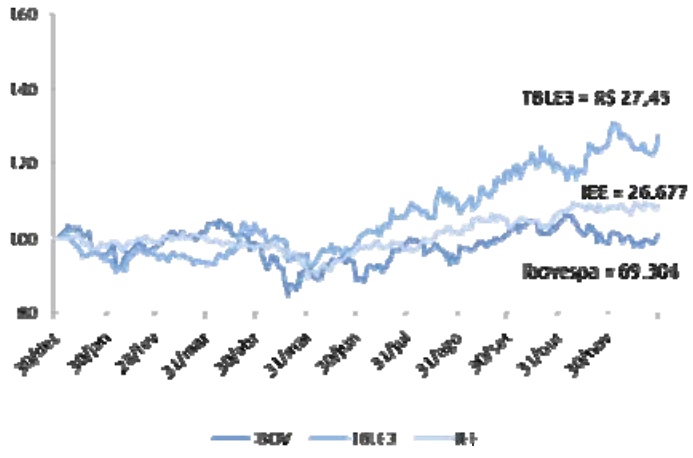
Após expressiva recuperação, que rendeu valorização de 82,7% em 2009 – recuperando-se da forte queda de 2008 -, em 2010 o Índice Bovespa (Ibovespa) permaneceu praticamente estável, com variação de apenas 1,04%, encerrando o ano a 69.304 pontos, influenciado principalmente pelo fraco desempenho de ações com grande peso no índice bem como pelas eleições presidenciais.

O Índice de Energia Elétrica (IEE), por sua vez, apresentou avanço de 8,5%, somando 26.677 pontos. Os papéis da Tractebel foram um dos destaques do setor elétrico, com elevação de 27,5% no acumulado de 2010, desconsiderando-se os proventos, cotados a R$ 27,45/ação em 31 de dezembro de 2010.

A forte valorização das ações da Companhia fez com que seu valor de mercado alcançasse R$ 17,9 bilhões, reflexo do aumento da confiança dos investidores na administração e potencial de crescimento da Companhia, advindo dos bons resultados recorrentes e do constante aprimoramento da governança corporativa e da transparência. Exemplo das boas práticas adotadas pela Tractebel é a criação do Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas, composto para avaliar, negociar e recomendar sobre operações e negócios envolvendo uma parte relacionada, conforme apresentado no capítulo de Governança Corporativa.

Desempenho

TBLE3 x IBOV x IEEX (Base 100 em 31.12.2009)





9.1_Relações com Investidores

A Tractebel está comprometida com a transparência e, por isso, mantém um relacionamento próximo, constante e objetivo com seus investidores, oferecendo diversos canais de comunicação e uma área específica no *website* da Companhia.
O departamento de Relações com Investidores é responsável pelo atendimento aos acionistas, investidores e potenciais investidores e pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia por meio de eventos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), bem como por teleconferências e visitas às centrais geradoras, por meio do programa Por Dentro da Tractebel.

Adicionalmente, participa constantemente de conferências e seminários dos principais bancos de investimento e corretoras, promovendo assim o acesso necessário do público investidor às informações da Companhia. Os canais de contato com os investidores e analistas de mercado são o website de relações com investidores, o telefone do departamento (48 3221-7221) e as reuniões diretas.

10_Recursos Humanos

A Tractebel conta com políticas e diretrizes de gestão de recursos humanos baseadas em três pilares: (i) reconhecimento e motivação; (ii) desenvolvimento; e (iii) saúde e bem-estar.

Essas diretrizes fundamentam a identificação, a contratação e a retenção de talentos, bem como garantem a manutenção de um bom clima organizacional, oportunidades de desenvolvimento, promoção da saúde e segurança no trabalho e remuneração e benefícios alinhados às melhores práticas do mercado.

Ao final de 2010, o corpo de empregados da Tractebel era composto por 1.033 profissionais, com a admissão de 82 e o desligamento de 39 durante o ano. Desse total, são 897 homens e 136 mulheres, sendo 38,7% com formação universitária e 44,3 % com o segundo grau técnico.

10.1_Desenvolvimento

Buscando garantir o desenvolvimento profissional de seus empregados e manter seu corpo funcional atualizado e qualificado, a Companhia promove diversos treinamentos, cursos e palestras, que fomentam a concretização das estratégias empresariais de médio e longo prazo. Em 2010, foi investido um total de R$ 3,4 milhões em cursos e treinamentos, totalizando uma média de 88,6 horas por empregado.

Além disso, bienalmente, a Tractebel realiza uma pesquisa de clima organizacional, a fim de avaliar o desempenho da gestão de recursos humanos e reforçar a relação de confiança entre os empregados e a Companhia. A última pesquisa, realizada em 2009, apontou um índice de satisfação com o ambiente de trabalho de 70%, aumento de 4 p.p. em relação à pesquisa anterior e 10 p.p. acima da média do mercado geral.

Para manter um quadro de empregados sempre qualificado e que atenda às demandas de seus negócios, a Tractebel desenvolve um Programa de Sucessão, processos de contratação de novos empregados e um programa de desligamento voluntário vinculado à preparação de sucessores, com datas de saída programadas pela Companhia.

10.2_Relações trabalhistas

Anualmente, são assinados acordos coletivos de trabalho em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abrangem todos os empregados da Tractebel, e incluem temas como reajuste salarial, planos de previdência e benefícios, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs).

10.3_Saúde e Segurança

A gestão de saúde e segurança no trabalho da Tractebel envolve todos os empregados e terceirizados e objetiva garantir a segurança e promover a melhoria nas condições de saúde e qualidade de vida de todo o corpo funcional, com base em uma cultura prevencionista e buscando o índice zero em acidentes de trabalho.

Em 2010, a Companhia teve seu Sistema de Gestão de Saúde e Segurança certificado pela norma OHSAS (*Occupational Health and Safety Assessment Series*), resultado do aprimoramento de suas ferramentas de gestão, que permitem controlar e melhorar a saúde e segurança do trabalho.

Durante o exercício, as seguintes metas de saúde e segurança entre os empregados próprios da Companhia foram atingidas: taxa de frequência de 1,04 e taxa de gravidade de 0,05, para um total de 1.915.119 horas de exposição ao risco no ano. A meta de acidente fatal zero não foi alcançada: no final de 2010, foi registrada uma fatalidade entre os empregados da Tractebel, decorrente de um acidente de trajeto.

A Companhia busca constantemente aprimorar sua política de saúde e segurança, além de buscar a conscientização dos empregados para a melhoria desses índices e desenvolver ações e iniciativas para promover sua saúde e qualidade de vida. Anualmente, é realizado um check-up médico para todos os empregados, que, além disso, possuem um plano individual de saúde que estabelece metas associadas, por exemplo, a peso e nível de colesterol, com base nos resultados dos exames.

10.4_Remuneração e Benefícios

A Tractebel remunera seus empregados com base nas melhores práticas de mercado, com monitoramento periódico por meio de pesquisas salariais, e adota a equidade salarial entre gêneros e etnias. A remuneração variável é composta pelos resultados da avaliação de desempenho individual do empregado e pela participação da sua área nos lucros da Companhia. Em 2010, foram distribuídos aos empregados R$ 16,7 milhões como participação nos resultados do exercício anterior.

Todos os empregados da Tractebel e seus dependentes contam com um auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica, psicológica, fonoaudiológica e nutricional.

Além disso, a Companhia oferece diversos outros benefícios, como: seguro de vida em grupo, cobertura para incapacidade e invalidez, licença maternidade e paternidade, auxílio creche às empregadas, vale alimentação e vale transporte, previdência privada e auxílio no atendimento aos portadores de necessidades especiais.

A Tractebel também participa do Fundo de Aposentadoria Previg – Sociedade de Previdência Complementar, que conta com a contribuição de 99% dos empregados da Tractebel e é constituído por 50% de contribuição dos empregados e 50% da Companhia. Em 2010, foram repassados R$ 9,0 milhões para a Previg. O patrocínio também é concedido a um plano de previdência privado da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), que totalizou 2.188 participantes em 2010 e obteve repasse de R$ 28,0 milhões.

10.5_Balanço Social

Tractebel Energia Consolidado	2010	2009
1. BASE DE CÁLCULO	**R$ mil**	**R$ mil**
Receita Líquida	4.100.381	3.496.677
Resultado Operacional	1.721.310	1.537.207
Folha de Pagamento Bruta	109.289	97.564

	2010			2009		
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**R$ mil**	**% sobre a Folha de Pagamento Bruta**	**% sobre a Receita Líquida**	**R$ mil**	**% sobre a Folha de Pagamento Bruta**	**% sobre a Receita Líquida**
Alimentação	8.164	7,47	0,20	7.997	8,20	0,23
Encargos Sociais Compulsórios	35.907	32,86	0,88	31.447	32,23	0,90
Previdência Privada	33.785	35,93	1,00	35.722	35,21	0,96
Saúde e saúde no trabalho	12.971	11,87	0,32	11.631	11,92	0,33
Educação	3.430	3,14	0,08	2.562	2,63	0,07
Participação nos Resultados	18.733	17,14	0,46	17.010	17,43	0,49
Outros Benefícios	7.116	6,51	0,17	6.602	6,77	0,19
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**120.106**	**114,92**	**3,11**	**112.971**	**114,39**	**3,17**

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**
Educação	1.632	0,09	0,04	1.592	0,10	0,05
Cultura	7.062	0,41	0,17	2.296	0,15	0,07
Outros	4.850	0,28	0,12	5.513	0,36	0,16
Total das contribuições para a sociedade	13.544	0,79	0,33	9.401	0,61	0,27
Tributos (excluídos encargos sociais)	984.909	57,22	24,02	840.703	54,69	24,04
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**998.453**	**58,79**	**24,68**	**850.104**	**55,91**	**24,59**

	2010			2009		
4. INDICADORES AMBIENTAIS	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**	**R$ mil**	**% sobre o Resultado Operacional**	**% sobre a Receita Líquida**
Relacionados com a operação da Empresa	17.505	1,02	0,43	13.689	0,89	0,39
Relacionados com projetos em curso	22.452	1,30	0,55	53.462	3,48	1,53
TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE	**39.957**	**2,32**	**0,98**	**67.151**	**4,37**	**1,92**

	2010	2009
5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	**Quantidade**	**Quantidade**
Nº de empregados(as) ao final do período	1.033	990
Nº de admissões durante o período	82	82
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	3.012	729
Nº de estagiários(as)	77	71
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	438	362
Nº de mulheres que trabalham na empresa	136	129
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	3,7%	3,7%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	9	10

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2010			Metas 2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			2,9			Não Definida
Número total de acidentes de trabalho			9			0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normal da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)
A participação os lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**R$ 3.171.494**			**ND**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	43,50% governo 38,21% acionistas	5,63% colaboradores(as) 12,66% terceiros	0% retido	ND% governo ND% acionistas	ND% colaboradores(as) ND% terceiros	ND% retido

7. OUTRAS INFORMAÇÕES
ND

11_Responsabilidade Socioambiental

A Tractebel conduz seus negócios comprometida com a excelência operacional em harmonia com o desenvolvimento sustentável, equilibrado entre o crescimento econômico, a geração de valor para todos os seus públicos e a preservação do meio ambiente.

Tendo em vista esse objetivo, em 2010, a Companhia implantou sua Política de Gestão Sustentável, que se baseia em sua Missão, Visão e Valores e estabelece suas diretrizes de gestão nas dimensões de Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho e Responsabilidade Social. A política é compartilhada em seu *website* com todos os públicos de interesse da Companhia.

Para assegurar a prática diária e aplicação dessa política em todas as suas operações, a Tractebel conta com um sistema integrado de gestão (SIG), que contempla a qualidade, o meio ambiente, a responsabilidade social e a saúde e segurança do trabalho, baseado em quatro diretrizes:

- operacional: maximizar a geração de energia observando o planejamento do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), preservando as condições ambientais e garantindo a segurança dos aproveitamentos;
- ambiental: gerar energia em observância às normas de segurança, ao uso racional dos recursos naturais e à preservação do patrimônio público;
- patrimonial: utilizar estritamente as áreas necessárias aos empreendimentos, realocar áreas remanescentes para uso social e ambiental, detectando e impedindo seu uso irregular; e
- relacionamento com a sociedade: participar da vida das comunidades localizadas nas áreas de influência dos empreendimentos, procurando identificar e satisfazer suas expectativas, disponibilizando mecanismos de comunicação abertos e permanentes.

O Comitê de Sustentabilidade da Companhia é responsável pelo desenvolvimento de uma cultura proativa de responsabilidade socioambiental e assegura a transparência das ações e o uso ético dos recursos aplicados. Além disso, busca conciliar os interesses dos diversos públicos que interagem com a Companhia e promove a conscientização acerca do conceito de desenvolvimento sustentável internamente.

11.1_Gestão Ambiental

A gestão ambiental desenvolvida pela Tractebel observa o equilíbrio entre sua atuação e a preservação ambiental, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente e promover o uso sustentável dos recursos naturais, pautada pelos princípios e diretrizes estabelecidos em sua Política de Meio Ambiente.

Para isso, desenvolve programas e ferramentas para identificar e administrar os impactos gerados e minimizá-los por meio de melhorias operacionais e de controle dos riscos. Essas operações são realizadas em conformidade com o Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e Meio Ambiente, que aplica mecanismos e procedimentos operacionais adequados a cada usina, levando em conta as especificidades das atividades e das características socioambientais de cada região.

Exemplos dessa gestão específica e próxima da realidade de cada usina são os focos distintos observados nas hidrelétricas e termelétricas. Nas hidrelétricas, são desenvolvidas ações para mitigar ou compensar os impactos decorrentes da implantação e da operação dos reservatórios das usinas, enquanto nas termelétricas, por sua vez, o foco está no controle da qualidade do ar, do volume e da qualidade dos efluentes líquidos e dos resíduos sólidos, e no uso racional de recursos naturais.

11.1.1_Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

A Unidade de Cogeração Lages, por gerar energia a partir de resíduos da indústria madeireira da região, evita a emissão do gás metano, que seria liberado com a decomposição natural da madeira e contribuiria mais intensamente para o efeito estufa do que os gases resultantes do processo de combustão da mesma, em especial, o gás carbônico (CO2).

Por isso, a Unidade é oficialmente registrada junto ao Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, como atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e está habilitada a gerar créditos de carbono, conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, e comercializá-los pela empresa Lages Bioenergética Ltda.

Assim, as emissões de gases que a operação da usina evita são contabilizadas e reconhecidas globalmente como créditos de carbono, que podem ser comercializados. Até 2010, 800 mil Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) já haviam sido vendidas.

11.2_Gestão Social

A Tractebel busca agregar valor à vida das comunidades das regiões onde atua, promovendo o desenvolvimento local e melhores condições de vida às suas populações por meio de projetos de sustentabilidade.

Para isso, mantém um relacionamento e envolvimento constante com essas comunidades e desenvolve os Programas Tractebel Energia de Sustentabilidade, focados em melhoria ambiental, desenvolvimento cultural e responsabilidade social.

Nos três programas, são desenvolvidos e apoiados projetos e atividades de educação, voluntariado, cidadania, desenvolvimento cultural, conscientização, melhoria e educação ambiental, geração de emprego e renda e inserção no mercado de trabalho.

Essa gestão social começa desde o início do projeto de construção de seus empreendimentos, já que a Companhia realiza estudos de impacto socioambiental nas comunidades locais para levantar aspectos da fauna e flora, cultura e história da comunidade.

Com base nisso, são propostos programas para mitigar o impacto da instalação da usina e possibilitar a melhoria na qualidade de vida das populações atingidas, preservando o meio ambiente, resgatando sua identidade e a memória dos habitantes e construindo um lago na área do reservatório que fomente o turismo e, consequentemente, o desenvolvimento do comércio local. Os representantes das comunidades participam de todo esse processo, facilitando a realização de benfeitorias, entendidas como medidas compensatórias, que abrangem aspectos que vão além dos exigidos por lei.

11.3_Certificações e Conformidade Legal

Todas as usinas do parque gerador da Companhia contam com as autorizações e licenças ambientais exigidas pelos órgãos competentes. Além disso, 15 usinas em operação são certificadas conforme os requisitos da NBR ISO 9001-2000 - Sistemas de Gestão da Qualidade -, da NBR ISO 14001-2004 – Sistemas de Gestão Ambiental - e da OHSAS 18001 - Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho.

A PCH Rondonópolis, PCH José Gelazio da Rocha, Usina Eólica Beberibe, Usina Eólica Pedra do Sal, PCH Areia Branca e Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, que foram adquiridas ou entraram em operação durante ou após 2008, ainda não possuem certificações, entretanto adotam os mesmos padrões dos sistemas de gestão acima mencionados.

Essas certificações são reflexo de um constante trabalho de equipe em busca da excelência dos processos e representam um grande e contínuo ganho de qualidade, com a adoção das melhores práticas na gestão da qualidade, do meio ambiente e da saúde e segurança.

12_Auditores Independentes

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que os auditores independentes da Companhia e de suas controladas, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2010.

13_Agradecimentos

A Tractebel Energia agradece a todos seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia em 2010.

A Administração

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. (Companhia ou Tractebel Energia) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede em Florianópolis (SC). A atividade operacional da Companhia é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil sobre o controle da SUEZ-Tractebel Sociètè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica, integrante do grupo GDF SUEZ, sediado na França.

A Companhia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil [1], responsável por cerca de 7% [1] da energia gerada no país. Sua capacidade instalada, incluindo as participações nos consórcios Itá e Machadinho, é de 6.472 MW [1], dos quais aproximadamente 79% [1] em usinas hidrelétricas, 18% [1] em termelétricas e 3%[1] em energias alternativas (Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, eólicas e movidas à biomassa). A energia assegurada para comercialização é de 3.554 MW médios [1].

O parque gerador da Companhia é composto pelos seguintes tipos de usinas geradoras de energia: 8 (oito) hidrelétricas, 6 (seis) termelétricas[2], 3 (três) PCH, 2 (duas) eólicas e 2 (duas) movidas à biomassa.

As empresas operacionais e em construção controladas ou entidades com controladas em conjunto (*joint ventures*) estão relacionadas na Nota 15.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis considerando somente um segmento operacional, qual seja a geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada através de contratos de longo prazo, o qual concentra cerca de 99,6% e 98,6%, respectivamente, da receita total da Companhia nos anos de 2010 e 2009.

Os principais eventos societários ocorridos no ano de 2010 estão sumarizados a seguir:

a) Início da operação comercial da PCH Areia Branca e da UTE Ibitiúva Bioenergética

A operação comercial da PCH Areia Branca foi iniciada em março de 2010 e da UTE Ibitiúva Bioenergética em maio do mesmo ano, agregando, respectivamente, 19,8 MW e 21,2 MW à capacidade instalada da Companhia.

[1] As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, número de funcionários, entre outros não são examinadas pelos auditores independentes.

[2] O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por 3 usinas.

b) Aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A.

Em agosto de 2010, após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda assinado em dezembro de 2009, a Companhia concluiu a aquisição das ações de emissão da SUEZ Energia Renovável (SER) detidas pela sua controladora GSELA. A SER possui participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito, em construção na divisa entre Tocantins e Maranhão, cuja capacidade instalada total será de 1.087 MW.

O início da operação comercial da primeira turbina está previsto para o mês de março de 2011 e as sete demais para o decorrer do ano de 2011 e início de 2012. O custo total da aquisição da Companhia foi de R$ 798.744. Vide informações adicionais sobre a transação na Nota 15.

c) Alienação do Projeto Seival

Em novembro de 2010 a Companhia assinou o contrato de venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Seival Participações S.A. (Seival), Empresa de Propósito Específico detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda. Esta empresa detém os direitos, inclusive as autorizações da Aneel e a licença de instalação, para implantar e explorar uma usina termelétrica a carvão, em Candiota, RS, com potência instalada de até 540 MW. Até a data da venda a empresa não desenvolveu qualquer atividade operacional.

O preço da venda foi de R$ 37.888, dos quais R$ 24.218 foram pagos antecipadamente e R$ 13.670 serão pagos após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no acordo, incluído à anuência prévia da Aneel, e a efetiva transferência das ações.

A Companhia continua o desenvolvimento de outros projetos termelétricos a carvão mineral na região de Candiota, em consonância com sua estratégia de crescimento no setor elétrico brasileiro.

d) Incorporação da Ponte de Pedra Energética S.A. e Energia América do Sul Ltda.

Em 30.12.2010 a subsidiária integral Ponte de Pedra Energética (PPESA) foi incorporada pela sua controladora, Energia América do Sul Ltda. (EAS), e esta também pela sua controladora Tractebel Energia. A transação foi aprovada por unanimidade pela Assembléia Geral Extraordinária (AGE) realizada nesta data, que aprovou ainda os Laudos de Avaliação dos patrimônios líquidos incorporados, avaliados a valor contábil. Vide informações adicionais na Nota 15.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis em referência foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04.02.2011.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo quando requerido nas normas.

A Companhia está apresentando as demonstrações contábeis individuais da controladora (Tractebel Energia) e consolidadas. Este procedimento é necessário em virtude da legislação societária brasileira determinar a divulgação das demonstrações contábeis individuais das entidades que contém investimentos em controladas e controladas em conjunto, mesmo quando estas entidades divulgam suas demonstrações consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB),* as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que preveem a aplicação do método de equivalência patrimonial para o registro dos investimentos em controladas e em controladas em conjunto nas demonstrações contábeis individuais, de acordo com a legislação brasileira vigente.

Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidados, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo a Companhia optou por apresentar estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações (LSA), que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador (Aneel).

A CVM, durante os anos de 2009 e 2010, aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil, com vigência a partir de 01.01.2010, retroativa a 01.01.2009 (“data da transição”), para fins de comparação. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31.12.2010 já contemplam a adoção destes normativos e as demonstrações correspondentes ao ano encerrado em 31.12.2009 e balanços de abertura levantados em 01.01.2009 foram ajustados e reclassificados, de modo a considerar a aplicação destes procedimentos e a tornar as demonstrações contábeis comparativas entre os períodos divulgados.

2.1. Descrição dos ajustes e reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis

Os pronunciamentos cuja aplicação afetou as demonstrações contábeis da Companhia na data da sua adoção (01.01.2009), em 31.12.2009 e em 31.12.2010 são os apresentados abaixo. Os efeitos decorrentes da aplicação destes pronunciamentos estão demonstrados nos quadros do item 2.2 a seguir.

a) CPC 15 - Combinação de negócios: o Pronunciamento tem o objetivo de aumentar a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade das informações que a entidade fornece em suas demonstrações contábeis acerca de combinação de negócios (operação ou evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios) e sobre seus efeitos. Para esse fim, este pronunciamento estabelece princípios e exigências da forma como o adquirente: (i) reconhece e mensura os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na adquirida; (ii) reconhece e mensura o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa; e (iii) determina as informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios.

A Companhia, para fins de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, adotou antecipadamente as regras estabelecidas pelo IFRS 3 (*Business combination*), pronunciamento consistente com o CPC 15, para as combinações de negócios incluídas no escopo deste pronunciamento, realizadas pela Companhia a partir de 01.01.2008. Até esta data as combinações de negócios foram contabilizadas de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, segundo as regras estabelecidas pela Instrução CVM 247/96. A Companhia optou pela isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) e não adotou os requerimentos do CPC 15 retroativamente a 01.01.2008.

Em agosto de 2010 a Companhia adquiriu a SUEZ Energia Renovável de sua controladora GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. O preço foi definido com base em avaliação preparada por Banco renomado e de notória especialização em projetos desta natureza. Entretanto, a transação, por ter sido realizada entre entidades sob controle comum, não estaria incluída no escopo do CPC 15 e não há Pronunciamento, Interpretação ou Orientação específico que trate de transações desta natureza. Desta forma, a Companhia analisou essa transação tendo por base o CPC 23, o qual prevê que na ausência de normas que tratem de uma transação a entidade deve consultar e considerar a aplicabilidade dos requisitos e orientação dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações que tratem de assuntos semelhantes e relacionados. Então, por analogia e considerando a substância comercial de tal aquisição, a Companhia optou por adotar o CPC 15 para tal transação.

b) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes, e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Os valores relativos a depósitos judiciais relacionados a provisões tributárias, cíveis e trabalhistas anteriormente apresentados no balanço patrimonial em conta redutora da respectiva provisão, no passivo, conforme disposto na Deliberação CVM nº 489/05, a qual foi revogada pela adoção do CPC 25, passaram a ser apresentados em conta do ativo da Companhia.

c) CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: este Pronunciamento tem como objetivo a definição da base para a apresentação das demonstrações contábeis e para assegurar a sua comparabilidade, tanto com as de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos cujas expectativas de realização ocorre nos doze meses seguintes à apresentação das demonstrações contábeis eram registrados no ativo circulante, conforme previsto na Instrução CVM 371/2002. Em observância ao CPC 26 estes impostos diferidos passaram a ser reconhecidos integralmente no ativo não circulante da Companhia.

d) CPC 27 - Ativo Imobilizado: o objetivo do Pronunciamento é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações. Os principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Em atendimento à orientação prevista nos pronunciamentos relativos ao assunto, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo. Este procedimento foi fortemente incentivado pelo CPC e pela CVM através do ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28) e a Companhia entende que representa a adoção das melhores práticas de governança corporativa na elaboração de demonstrações contábeis. O ajuste a valor justo do ativo, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". A depreciação sobre o referido ajuste não resultará em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos. A Companhia manteve as vidas úteis de seus ativos até então adotadas, uma vez que as mesmas são estimadas e definidas pela Aneel e são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, procedimento este suportado pela OCPC 05 (Orientação sobre Contratos de Concessão).

e) CPC 30 - Receita: o Pronunciamento tem o objetivo de estabelecer o tratamento contábil de receitas provenientes de certos tipos de transações e eventos, e determinar quando reconhecê-la. A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. O citado CPC define que, para fins de divulgação na demonstração do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como os tributos sobre vendas e os recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento determinados pela Aneel, não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido; portanto, não devem ser apresentados como receita. Ainda de acordo com o CPC, a Companhia deve divulgar em nota explicativa uma conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita apresentada na demonstração do resultado (vide Nota 38).

f) CPC 33 - Benefícios Pós-emprego: o objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, este Pronunciamento requer que a entidade reconheça: (i) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (ii) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

Em conformidade com as práticas contábeis anteriores previstas na Instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor"), não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia, mas divulgadas em Nota Explicativa. As perdas excedentes ao limite deste corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova prática contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), as perdas atuariais que não estavam registradas no passivo, por estarem dentro do limite do corredor, foram registradas pela Companhia no seu balanço de abertura, em contrapartida da conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido. A Companhia optou por manter a abordagem do corredor para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

g) Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC) 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: o Pronunciamento prevê que o valor dos dividendos em montante acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei, não aprovado em assembleia geral, deva ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Pela prática contábil anterior estes dividendos complementares eram deduzidos do patrimônio líquido e reconhecidos no passivo da Companhia.

2.2. Demonstrativo dos ajustes e reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis

a) Balanço patrimonial de abertura em 01.01.2009:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**6.338.412**	**3.167.624**	**3.170.788**	**8.341.816**	**5.171.028**	**3.170.788**
Ajustes e reclassificações:						
Ativo circulante						
Ativo fiscal diferido	(13.642)	-	-	(14.488)	-	-
Ativo não circulante						
Depósitos judiciais	29.137	-	-	46.928	-	-
Ativo fiscal diferido	78.705	-	65.063	99.136	-	84.648
Investimento	(38.018)	-	(38.018)	-	-	-
Imobilizado	1.301.601	-	1.301.601	1.243.998	-	1.243.998
Passivo não circulante						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	29.137	-	-	46.928	-
Benefício pós-emprego	-	156.703	(156.703)	-	156.703	(156.703)
Passivo fiscal diferido	-	442.544	(442.544)	-	442.544	(442.544)
	1.357.783	628.384	729.399	1.375.574	646.175	729.399
Saldo após à adoção das novas práticas	**7.696.195**	**3.796.008**	**3.900.187**	**9.717.390**	**5.817.203**	**3.900.187**

b) Balanço patrimonial de 31.12.2009 e resultado do exercício findo em 31.12.2009:

	Controladora				Consolidado			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**7.471.965**	**3.790.698**	**3.681.267**	**1.134.398**	**9.654.142**	**5.972.875**	**3.681.267**	**1.134.398**
Ajustes e reclassificações:								
Ativo circulante								
Ativo fiscal diferido	(15.310)	-	-	-	(15.896)	-	-	-
Ativo não circulante								
Depósitos judiciais	25.833	-	-	-	48.882	-	-	-
Ativo fiscal diferido	68.814	-	53.504	-	88.065	-	72.169	-
Investimento	(36.231)	-	(36.231)	-		-		-
Imobilizado	1.214.092	-	1.214.092	-	1.159.196	-	1.159.196	-
Passivo circulante								
Dividendos e juros s/capital próprio	-	(81.913)	81.913	-	-	(81.913)	81.913	-
Passivo não circulante								
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	25.833	-	-	-	48.882	-	-
Benefício pós-emprego	-	132.705	(132.705)	-	-	132.705	(132.705)	-
Passivo fiscal diferido	-	412.792	(412.792)	-	-	412.792	(412.792)	-
Custos da venda de energia								
Depreciação	-	-	-	(87.509)	-	-	-	(84.802)
Receitas (despesas) operacionais								
Reversão de provisões operacionais	-	-	-	23.998	-	-	-	23.998
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.787	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	-	-	18.193	-	-	-	17.273
	1.257.198	489.417	767.781	(43.531)	1.280.247	512.466	767.781	(43.531)
Saldo após à adoção das novas práticas	**8.729.163**	**4.280.115**	**4.449.048**	**1.090.867**	**10.934.389**	**6.485.341**	**4.449.048**	**1.090.867**

c) Fluxos de caixa em 31.12.2009

	Controladora			Consolidado		
	Saldo anterior as novas práticas	Ajustes	Saldo após as novas práticas	Saldo anterior as novas práticas	Ajustes	Saldo após as novas práticas
Lucro líquido do exercício	**1.134.398**	**(43.531)**	**1.090.867**	**1.134.398**	**(43.531)**	**1.090.867**
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:						
Depreciação	217.166	87.509	304.675	339.912	84.802	424.714
Resultado de participação societária	(104.553)	(1.787)	(106.340)	-	-	-
Reversão de provisões operacionais	35.970	(23.998)	11.972	46.098	(23.998)	22.100
IR e CS diferidos	(11.053)	(18.193)	(29.246)	(5.637)	(17.273)	(22.910)
Total dos ajustes		**(43.531)-**			**(43.531)-**	

d) Informação suplementar - Balanço patrimonial de 31.12.2010 e resultado do exercício findo naquela data:

A Companhia apresenta, a seguir, a título de informação suplementar, a conciliação entre o balanço patrimonial e demonstração de resultado de 31.12.2010 preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas anteriormente e as novas práticas contábeis de acordo com o IFRS.

	Controladora				Consolidado			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**8.500.578**	**4.105.839**	**4.394.739**	**1.219.572**	**11.663.803**	**7.269.064**	**4.394.739**	**1.219.572**
Ajustes e reclassificações:								
Depósitos judiciais	68.568	-	-	-	68.568	-	-	-
Ativo fiscal diferido	27.156	-	27.156	-	44.902	-	44.902	-
Investimento	(34.445)	-	(34.445)	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.125.206		1.125.206		1.073.015		1.073.015	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	68.568	-	-	-	68.568	-	-
Benefício pós-emprego	-	57.401	(57.401)		-	57.401	(57.401)	-
Passivo fiscal diferido	-	382.571	(382.571)		-	382.571	(382.571)	-
Depreciação	-	-	-	(88.886)	-	-	-	(86.180)
Reversão de provisões operacionais	-	-	-	75.304	-	-	-	75.304
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.786	-	-	-	
IR e CS diferidos	-	-	-	3.873	-	-	-	2.953
	1.186.485	508.540	677.945	(7.923)	1.186.485	508.540	677.945	(7.923)
Saldo após à adoção das novas práticas	**9.687.063**	**4.614.379**	**5.072.684**	**1.211.649**	**12.850.288**	**7.777.604**	**5.072.684**	**1.211.649**

2.3. Novas normas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretações das Informações Financeiras do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os períodos anuais a serem encerrados a partir de 01.01.2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

IAS 32 – Classificação das Emissões de Direitos (*Classification of Rights Issues*)

Em outubro de 2009 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32, a qual trata de contratos que serão ou poderão ser liquidados através de instrumentos patrimoniais da entidade e estabelece que direitos, opções ou garantias para adquirir uma quantidade fixa de ações de uma entidade por um montante fixo em qualquer moeda são instrumentos patrimoniais ao invés de passivos derivativos conforme estabelecido anteriormente.

As alterações da IAS 32 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.02.2010. A Companhia entende que as alterações da referida norma não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (*Financial Instruments*)

Em novembro de 2009 o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, conforme cronograma de substituição em três fases estabelecido pelo IASB. Esta norma representa a primeira parte da primeira fase desse cronograma de substituição e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros.

A IFRS 9 simplifica a mensuração de ativos financeiros e estabelece duas categorias principais: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros.

A norma IFRS 9 é efetiva para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento IFRS 9 e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.

IFRIC 19 – Liquidando Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais (*Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments*)

Em novembro de 2009 o IFRIC emitiu a interpretação IFRIC 19, a qual trata da emissão de instrumentos patrimoniais por uma entidade para seu credor com o objetivo de liquidar passivos financeiros.

A interpretação IFRIC 19 é efetiva para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.07.2010. A Companhia entende que a adoção desta interpretação não impactará as suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRIC 14 – Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos para o Provimento de Fundos (*Prepayments of a Minimum Funding Requirement*)

Em novembro de 2009 o IFRIC emitiu alterações na interpretação IFRIC 14, permitindo que pagamentos antecipados sejam registrados como ativos quando a entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos.

As alterações da interpretação IFRIC 14 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2011. A Companhia entende que as alterações da interpretação deste pronunciamento não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Aprimoramentos ao IFRS em 2010

Em maio de 2010 o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e da interpretação IFRIC 13.

As mudanças da norma IFRS 1 adicionaram requerimentos de divulgação sobre mudanças de políticas contábeis no ano de adoção do IFRS, critérios para a utilização da mensuração a valor justo e incluíram a utilização do custo atribuído para operações sujeitas a preços regulados.

As alterações da norma IFRS 3 são relativas às disposições transitórias para contraprestações contingentes de combinações de negócios que precedam a revisão da norma IFRS 3 de 2008, à mensuração da participação de acionistas não-controladores e às concessões de pagamentos baseados em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente em combinações de negócios.

As modificações das normas IFRS 7 e IAS 1 correspondem respectivamente a esclarecimentos sobre as divulgações de instrumentos financeiros e sobre a apresentação de uma análise de outros resultados abrangentes por componente do patrimônio, enquanto que as alterações da norma IAS 27 são relacionadas às disposições transitórias para as alterações oriundas da revisão da norma IAS 27 em 2008.

As alterações da IAS 34 são relativas a requerimentos de divulgação de eventos e transações significativas e às alterações da interpretação IFRIC 13 tratam da mensuração a valor justo de créditos concedidos em programas de fidelização de clientes.

As mudanças da norma IFRS 3 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.07.2010. As demais alterações de normas se aplicarão aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2011. A Companhia entende que as alterações das normas e da interpretação não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRS 7 – Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros (*Disclosures – Transfers of Financial Assets*)

Em outubro de 2010 o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7 com o objetivo de adicionar divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos de exposição decorrentes da transferência de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade, promovendo transparência na divulgação dessas transações, em particular naquelas que envolvem securitização de ativos financeiros.

As alterações da norma IFRS 7 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.07.2011. A Companhia entende que as alterações do referido pronunciamento não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (*Financial Instruments*)

Em outubro de 2010 o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 9. A alteração desta norma adicionou requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e representa a segunda parte da primeira fase do cronograma de substituição da norma IAS 39.

As alterações da norma IFRS 9 serão aplicáveis aos períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação da norma IFRS 9 e eventuais diferenças em relação à norma IAS 39.

IFRS 1 e IFRS 9 – Hiperinflação Severa e Remoção de Datas Fixas para Entidades que Adotam o IFRS pela Primeira Vez (*Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First-time Adopters*)

Em dezembro de 2010 o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1 estabelecendo as características de uma hiperinflação severa e a adoção do valor justo como custo atribuído de todos os ativos e passivos detidos pela entidade até a data em que a mesma deixou de ser submetida à hiperinflação severa. Além disso, o IASB alterou as normas IFRS 1 e IFRS 9 de forma a remover as datas fixas a partir das quais as entidades adotantes pela primeira vez do IFRS deveriam mensurar a valor justo os ativos e passivos financeiros, substituindo-as pela data de transição para o IFRS.

As alterações das normas IFRS 1 e IFRS 9 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.07.2011. Em virtude da adoção pela primeira vez do IFRS no exercício corrente, as alterações das normas IFRS 1 e IFRS 9 não afetarão as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia.

IAS 12 – Tributos Diferidos: Realização de Ativos Correspondentes (*Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets*)

Em dezembro de 2010 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 12, na qual introduziu uma presunção refutável de que propriedades para investimento avaliadas ao valor justo conforme a norma IAS 40 são realizadas integralmente através da venda e, consequentemente, o passivo fiscal diferido ou ativo fiscal diferido deve ser mensurado de forma a refletir essa condição. Essa presunção é refutável se a propriedade para investimento for mantida com o objetivo de consumir substancialmente todos os benefícios econômicos inerentes ao longo do tempo.

As alterações do IAS 12 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 01.01.2012. A Companhia entende que as alterações da referida norma não impactarão suas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

2.4. Demonstrações contábeis consolidadas

São eliminados os investimentos da investidora no capital das investidas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as companhias consolidadas.

Os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas da Itasa são consolidados na proporção da participação da Companhia em seu capital social, por se tratar de controle conjunto.

Em face da participação da controladora nas demais sociedades controladas ser de 99,99%, não houve efeito da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas. Maiores informações sobre as controladas que foram consolidadas podem ser verificadas na Nota 15.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos financeiros

São classificados em destinados à negociação e mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis, dependendo da finalidade dos referidos instrumentos. Os destinados à negociação são avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. Os mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado. A Companhia não possui instrumentos classificados como disponíveis para venda, os quais seriam avaliados ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, quando aplicável.

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento financeiro. Os juros e correção monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a.2) Contas a receber de clientes

São ativos financeiros apresentados a valores de custo, deduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base em análise individual dos créditos existentes e constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis riscos de perda.

a.3) Cauções e depósitos vinculados e depósitos judiciais

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais e, portanto, classificados como mantidos até o vencimento. São avaliados pelo custo acrescido dos juros e correção monetária, ajustados de provisão para perda na realização, se aplicável.

a.4) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento do inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

b) Estoques

Estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede o valor de mercado.

c) Ativo fiscal diferido (Imposto de renda e contribuição social diferidos)

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social. São reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensáveis. O ativo fiscal diferido é integralmente apresentado no ativo não circulante independente da expectativa de realização dos valores que lhes dão origem.

d) Investimentos em controladas e em controladas em conjunto *("joint venture")*

Os investimentos permanentes em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial pela controladora e são apresentados consolidados nas demonstrações contábeis consolidadas.

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da Tractebel Energia e de suas controladas. Configura-se o controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais a fim de obter os benefícios de suas atividades.

A Companhia participa com 99,99% do capital de suas controladas. Desta forma não há a participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido e resultado de suas controladas.

Controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle conjunto é adquirido ou constituído. O Grupo apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional.

Na controladora os ágios/direitos de concessão pagos na aquisição das controladas estão apresentados no investimento.

No consolidado a Companhia adotou antecipadamente as regras estabelecidas pelo IFRS 3 (*Business combination*), norma consistente com o CPC 15, nas combinações de negócios incluídas no escopo deste pronunciamento, realizadas a partir de 01.01.2008. De acordo com estes pronunciamentos, os ativos passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data da aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. No caso em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado. As aquisições realizadas pela Companhia após 01.01.2008 não resultaram em reconhecimento de ágio pela adoção dos critérios acima mencionados.

e) Imobilizado

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis passaram a ter o seu valor justo como custo atribuído. Os ativos estão deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por recuperabilidade, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo *mercado como adequa*das, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na Nota 16. Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. No consolidado, conforme acima mencionado no item investimento, em decorrência da aplicação do IFRS 3 (*Business combination*), os ajustes a valor justo reconhecidos nos balanços de aquisição relativos às concessões e autorizações pelo uso do bem público estão registrados de acordo com o estabelecido no Guia de Aplicação do IFRS 3 e CPC 15. Estes pronunciamentos permitem o reconhecimento do valor justo da concessão e o da unidade de geração como único ativo, quando estes ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente. A Companhia optou por reconhecer os valores justos destas concessões como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, os quais estão sendo amortizados na extensão dos contratos de concessão ou autorização.

f) Intangível

Os ativos com vida útil definida são registrados pelo custo de aquisição, reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os com vida útil indefinida, se aplicável, são contabilizados ao custo e não são amortizados. Estes são submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment)* anualmente ou sempre que existam indícios de que o ativo intangível possa ter perdido valor.

g) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis dessas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. De acordo com a avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis das suas unidades geradoras de caixa ou dos seus ativos intangíveis não serão recuperados através de suas operações futuras.

h) Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida e de patrimônio são classificados como passivos financeiros ou patrimônio de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

h.1) Passivos financeiros

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço patrimonial. Os custos com a captação dos recursos foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e a taxa efetiva de juros ajustada para fins de apropriação da despesa com juros, conforme estabelecido no CPC 20 – Custo de Empréstimos e no CPC 08 – Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. (ver Notas 19 e 20). A Companhia não possui instrumentos derivativos.

- Concessões a pagar

São instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço patrimonial.

h.2) Instrumento de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

j) Benefícios pós-emprego

O valor presente dos compromissos atuariais com planos de benefícios de pensão são provisionados com base em avaliação atuarial preparado anualmente por atuários independentes, pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquidos dos ativos garantidores do plano (ver Nota 26). Os ganhos e perdas atuariais acumulados apurados anualmente que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor") não são reconhecidos no passivo e resultado da Companhia. Os ganhos e perdas excedentes ao limite do corredor são reconhecidos no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. O Método da Unidade de Crédito Projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

k) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos não são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor de recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

l) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

m) Transações entre partes relacionadas

Os contratos de mútuo são atualizados pelos encargos contratados e as transações de compra e venda de energia e serviços são realizados em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados.

n) Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação pode ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

o) Contratos de arrendamento (*leasing*)

Os contratos de arrendamento são classificados como *leasing* financeiro quando os termos do *leasing* transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. A Companhia não possui operações de *leasing* financeiro. Todos os demais arrendamentos são considerados como *leasing* operacional, onde os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato.

p) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio - são reconhecidos quando pagos, creditados (juros sobre o capital próprio) ou aprovados pela Assembléia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 30% do lucro anual da Tractebel Energia. Portanto, no encerramento do exercício social, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído ou creditado durante o exercício. A Companhia adota como prática contábil a divulgação dos dividendos recebidos de controladas na atividade de investimento na Demonstração do Fluxo de Caixa.

q) Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações contábeis é necessário que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer estas estimativas a Administração utilizou as melhores informações disponíveis da data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos de relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas principalmente à vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a definida pela Aneel, à avaliação de recuperabilidade de ativos, ao registro das provisões para crédito de liquidação duvidosa, às provisões necessárias para cobrir eventuais riscos tributários, cíveis e trabalhistas, às premissas usadas para definição das taxas de descontos, de retorno dos ativos e da taxa de mortalidade para os cálculos dos benefícios pós-emprego, e à determinação do valor justo de instrumentos financeiras e das estimativas utilizadas para o cálculo da análise de sensibilidade, apresentados na Nota 34.

r) Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, freqüentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considere como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

r.1) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e pelos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Os montantes do imposto de renda diferido ativo são revisados ao final de cada exercício para a avaliação se serão realizados através de lucros tributáveis futuros, com base em projeções de resultados tributáveis, suportados por estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

r.2) Benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada. A taxa de desconto usada para o cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado.

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial, de desligamento e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizou premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

r.3) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo da concessão das Usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

r.4) Teste de redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperabilidade de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31.12.2010 a Companhia, com base em suas análises não identificou necessidade de constituir qualquer provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

r.5) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		
	31.12.2010	**31.12.2009**	**01.01.2009**
Caixa e depósitos bancários à vista	**1.710**	**7.501**	**8.761**
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo			
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais [3]			
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	741.573	1.085.336	258.434
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	38.224
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	50.812	-	13.201
	792.385	**1.085.336**	**309.859**
Instituições Financeiras [4]			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	**2.022**	**1.002**	**-**
	796.117	**1.093.839**	**318.620**

[3]São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas por uma taxa pré-fixada e estão lastreadas em títulos públicos federais.

[4]Banco Safra, Banco Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú), Banco do Brasil (BB) e Banco Votorantim.

	Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e depósitos bancários à vista	**8.882**	**42.522**	**25.389**
Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo			
Operações Compromissadas com Títulos Públicos Federais			
Nota do Tesouro Nacional (NTN – B)	934.407	1.188.297	313.385
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	-	46.353
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	64.025	-	16.008
	998.432	**1.188.297**	**375.746**
Instituições Financeiras [3]			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	48.106	2.084	8.373
Operações compromissadas em Debêntures	27.160	21.737	10.497
	75.266	**23.821**	**18.870**
	1.082.580	**1.254.640**	**420.005**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

O referido Fundo obteve rentabilidade média em 2010 de 100,2% do CDI (taxa referencial dos depósitos interbancários).

Os fundos exclusivos não possuem obrigações financeiras significativas, estando estas limitadas aos honorários de serviços de administração dos ativos, de execução das transações de investimentos e de auditoria, além de despesas gerais e administrativas.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São classificados como instrumentos financeiros destinados à negociação e estão registrados pelo valor do custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
		Vencidos				
	Vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	Total	Total
Concessionárias	216.600	-	-	216.600	187.986	179.973
Comercializadoras	98.109	27.573	-	125.682	121.409	145.290
Consumidores livres	24.416	269	-	24.685	21.676	36.848
Exportação	-	-	740	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE [5]						
- Correntes	50.844	25.833	725	77.402	22.865	3.809
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	122.574	122.574
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) e outros	-	102	954	1.056	-	4.381
	500.467	**53.777**	**14.495**	**568.739**	**477.250**	**493.615**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)	(122.574)
	389.969	**53.777**	**2.419**	**446.165**	**354.676**	**371.041**

	Consolidado					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
		Vencidos				
	Vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	Total	Total
Concessionárias	271.921	-	-	271.921	251.120	212.305
Comercializadoras	56.524	-	-	56.524	62.733	62.298
Consumidores livres	116.372	5.416	-	121.788	94.934	101.125
Exportação	-	-	740	740	740	740
Transações no âmbito da CCEE						
- Correntes	52.450	25.894	733	79.077	23.897	4.862
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	110.498	-	12.076	122.574	124.442	124.442
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) e outros	-	102	954	1.056	-	4.381
	607.765	**31.412**	**14.503**	**653.680**	**557.866**	**510.153**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.498)	-	(12.076)	(122.574)	(122.574)	(122.574)
	497.267	**31.412**	**2.427**	**531.106**	**435.292**	**387.579**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias da data da competência do faturamento.

[5] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Agentes com ações judiciais ou inadimplentes

A provisão para devedores duvidosos sobre os valores vincendos, no montante de R$ 110.498, identificados como "Agentes com ações judiciais ou inadimplentes", foi constituída em virtude das incertezas quanto à sua realização. Estes créditos são decorrentes de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cujos agentes devedores ingressaram com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico.

Os valores vencidos há mais de 90 dias correspondentes a R$ 12.076, referem-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na 1ª liquidação do MAE, realizada em 30.12.2002, relativos a transações realizadas no âmbito do MAE. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas de recebimento do referido crédito, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6 – ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Em novembro de 2010 a Companhia assinou o contrato de venda da totalidade das ações que detinha no capital social da Seival Participações S.A., Empresa de Propósito Específico detentora de 99,99% do capital social da Usina Termelétrica Seival Ltda. Esta empresa detém os direitos, inclusive as autorizações da Aneel e a licença de instalação, para implantar e explorar uma usina termelétrica a carvão, em Candiota (RS), com potência instalada de até 540 MW. Até a data da venda a empresa não desenvolveu qualquer atividade operacional.

O preço da venda foi de R$ 37.888, dos quais R$ 24.218 foram pagos antecipadamente e R$ 13.670 serão pagos após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no acordo, incluído à anuência prévia da Aneel e a efetiva transferência das ações. A venda resultará em um ganho de capital de R$ 14.830 que será reconhecido no resultado quando atendidas as condições anteriormente mencionadas.

A Companhia continua o desenvolvimento de outros projetos termelétricos a carvão mineral na região de Candiota, em consonância com sua estratégia de crescimento no setor elétrico brasileiro.

7 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante						
ICMS [6]	4.178	7.189	15.973	4.855	8.973	16.027
Imposto de Renda (IR)	4.719	146	-	14.895	9.841	3.292
Contribuição Social (CS)	1.042	-	-	4.184	5.514	1.226
Cofins [7]	42.122	4.015	3.568	54.687	37.425	6.392
PIS [8]	9.518	865	769	12.135	8.119	1.730
INSS [9]	1.054	3.040	2.419	1.062	3.048	4.028
	62.633	**15.255**	**22.729**	**91.818**	**72.920**	**32.695**
(-) Provisão para perdas na recuperação de créditos de ICMS	-	-	(5.660)	-	-	(5.660)
	62.633	**15.255**	**17.069**	**91.818**	**72.920**	**27.035**
Não Circulante						
ICMS	11.178	10.507	6.392	16.090	13.460	9.944
Cofins	11.147	11.685	8.215	164.293	47.564	74.370
PIS	2.448	2.563	1.809	35.797	10.352	16.171
INSS	3.700	3.106	6.197	3.700	3.106	6.197
	28.473	**27.861**	**22.613**	**219.880**	**74.482**	**106.682**

Em junho de 2010 a Companhia reconheceu no ativo circulante o crédito de R$ 45.803, decorrente de ação judicial transitada em seu favor, em processo que se discutia a apuração do PIS/Cofins, os quais serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia.

Os valores a recuperar de PIS/Cofins se referem, substancialmente, a opção pela utilização do direito aos créditos sobre as construções e compras de edificações e as aquisições de máquinas e equipamentos, conforme previsto na legislação específica, os quais são compensados no período de respectivamente, 24 e 48 meses, a partir do início da operação comercial das Usinas.

Em agosto de 2010, em decorrência da aquisição da SUEZ Energia Renovável, foi reconhecido o montante de R$ 78.504, relativo a créditos de PIS/Cofins oriundos das mesmas origens acima mencionadas.

8 – ESTOQUES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Matéria-prima e insumos para produção de energia	11.161	5.969	21.458	12.346	10.453	21.458
Almoxarifado	23.137	22.190	20.111	24.093	22.904	20.800
Adiantamentos a fornecedores	6.205	10.504	12.933	6.205	10.508	13.244
Outros	2.538	756	3.247	3.388	787	3.286
	43.041	**39.419**	**57.749**	**46.032**	**44.652**	**58.788**

[6]Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte (ICMS)
[7]Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
[8]Programa de Integração Social (PIS)
[9]Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

9 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante					
Conta reserva transações CCEE					
CDB	-	30.433	81	31.249	1.172
Operações compromissadas em debêntures	21.793	1.058	33.600	2.262	242
Fundos de investimentos	47.872	-	47.872	-	-
	69.665	**31.491**	**81.553**	**33.511**	**1.414**
Não circulante					
Conta reserva serviços da dívida					
CDB	-	-	7.196	35.844	23.535
Operações compromissadas em debêntures	-	-	1.965	-	1.627
Fundos de investimentos	-	-	42.083	27.894	-
	-	**-**	**51.244**	**63.738**	**25.162**

Conta reserva transações CCEE: destina-se a assegurar a liquidação financeira das operações de compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE, em consonância com as regras daquele mercado.

Conta reserva serviços da dívida: em cumprimento às exigências contidas nos contratos com os agentes financiadores, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (CEF), as controladas da Companhia mantêm recursos financeiros vinculados destinados a garantir o pagamento dos serviços da dívida.

Os instrumentos financeiros relativos a estas contas reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais, portanto são classificados como mantidos até o vencimento e, conseqüentemente, avaliados pelo custo acrescidos dos rendimentos. O rendimento médio das referidas cauções e depósitos vinculados em 2010 foi de 100% do CDI.

10 – ALIENAÇÃO DE ATIVO

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Valores a receber da Eleja			
Circulante	-	-	17.448
Não circulante	86.886	86.886	68.469
	86.886	**86.886**	**85.917**

Os saldos acima apresentados correspondem ao valor contábil a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativo à venda do empreendimento termelétrico Jacuí, líquido do ajuste a valor presente de R$ 13.875.

As condições contratuais estabelecem que os valores da venda devam ser atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI). Como os valores contratuais estão a preço futuro, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente, aplicando a taxa de desconto de 10% a.a., taxa compatível com os parâmetros de mercado na data da transação.

A partir de fevereiro de 2009 a Eleja deixou de pagar as parcelas mensais devidas, cujo valor histórico em 31.12.2010 é de R$ 50.862 (R$ 16.266 em 31.12.2009). Em julho de 2009, após diversas tentativas frustradas para que a Eleja retomasse os pagamentos devidos, concluiu-se não restar à Companhia outra escolha senão a de se iniciar o processo de execução judicial do contrato.

A execução judicial está sendo realizada em montante equivalente à totalidade da dívida, uma vez que o inadimplemento da Eleja acelerou o vencimento do total da dívida existente, sendo considerada automaticamente vencida e exigível.

A Companhia entende que o saldo apresentado no quadro anterior reflete a melhor estimativa do valor justo desse ativo naquelas datas.

Diante da incerteza quanto ao prazo para realização do crédito em referência, a Companhia passou a apresentar os valores a receber no ativo não circulante. O valor nominal da dívida em 31.12.2010, atualizado pelo IGP-DI, é de R$ 106.228 (R$ 100.253 em 31.12.2009).

A dinâmica da ação de execução permite, em caso de permanência da inadimplência por parte da Eleja, solicitar a penhora dos bens dados em garantia visando à satisfação do crédito da Companhia. Atualmente, esse conjunto de bens, que já foram penhorados, possui valor de mercado cuja avaliação da Companhia corresponde à montante suficiente para a recuperação do crédito registrado, motivo pelo qual a Administração julgou não ser necessária à constituição de qualquer provisão para perda na recuperação do crédito.

A ação de execução movida contra a Eleja está tendo a sua normal tramitação no foro de Florianópolis (SC), tendo sido concedido o arresto dos bens dados em garantia no registro de títulos e documentos de Charqueadas (RS).

Em maio de 2010 foram publicados os editais de citação da executada Eleja, que não apresentou manifestação no processo. Desta forma, os procedimentos seguintes serão a nomeação de curador e a conversão do arresto em penhora e, posteriormente, a avaliação dos ativos por profissional competente para que sejam praticados os atos de alienação dos bens penhorados.

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	**31.12.2009**	**01.01.2009**	**31.12.2010**	**31.12.2009**	**01.01.2009**
Tributários	84.720	178.108	171.935	85.075	178.212	172.030
Cíveis	40.996	6.574	5.015	42.485	30.297	23.810
Trabalhistas	5.599	8.800	12.093	5.904	8.800	12.093
	131.315	**193.482**	**189.043**	**133.464**	**217.309**	**207.933**

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante depositado em 31.12.2010, na controladora e no consolidado, R$ 68.568 estão diretamente relacionados às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas prováveis demonstradas na Nota 24.

b) Mutação:

	Controladora				Consolidado			
	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 01.01.2009	**171.935**	**5.015**	**12.093**	**189.043**	**172.030**	**23.810**	**12.093**	**207.933**
Adições	18	2.153	696	2.867	18	6.690	696	7.404
Atualizações	17.138	19	649	17.806	17.147	410	649	18.206
Baixas e resgates	(10.983)	(613)	(4.638)	(16.234)	(10.983)	(613)	(4.638)	(16.234)
Saldo em 31.12.2009	**178.108**	**6.574**	**8.800**	**193.482**	**178.212**	**30.297**	**8.800**	**217.309**
Adições	11.985	3.546	535	16.066	12.226	10.118	840	23.184
Incorporação PPESA	-	31.311	-	31.311	-	-	-	-
Atualizações	13.056	41	401	13.498	13.066	2.576	401	16.043
Baixas e resgates	(118.429)	(476)	(4.137)	(123.042)	(118.429)	(506)	(4.137)	(123.072)
Saldo em 31.12.2010	**84.720**	**40.996**	**5.599**	**131.315**	**85.075**	**42.485**	**5.904**	**133.464**

Em julho de 2010 a ação relativa à ilegalidade da aplicação da Instrução Normativa nº 468/2004 (IN 468/2004), transitou em julgado em favor da Companhia, motivo pelo qual foi feito o levantamento dos depósitos feitos até junho de 2006, no valor atualizado de R$ 108.578.

A companhia possui ainda pendentes os depósitos judiciais de PIS/Cofins relativos à competência de julho a outubro de 2006, no montante de R$ 38.832, atualizados para em 31.12.2010, quando já estava em vigor a IN 658/2006. O levantamento destes depósitos remanescente depende do julgamento do recurso especial no Superior Tribunal de Justiça, que tem o propósito de manter a companhia sujeita ao regime cumulativo das contribuições do PIS/Cofins sobre determinadas transações realizadas anteriormente à alteração do regime. (Maiores informações estão contidas na Nota 24)

12 – CRÉDITOS COM CONTROLADAS

	Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ibitiúva Bioenergética S.A.	6.260	35.654	-
Companhia Energética São Salvador	-	-	6.300
SUEZ Energia Renovável S.A.	505	-	-
	6.765	**35.654**	**6.300**

O mútuo com a controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A. foi contratado para a execução das obras da Usina enquanto os recursos do BNDES não eram liberados. Os valores vêm sendo recebidos à medida em que o BNDES libera os recursos do financiamento. A remuneração do mútuo corresponde a 100% da taxa Selic.

13 – ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total	Total
Remuneração das imobilizações em curso (RIC)	164.393	41.098	-	41.098	44.850	48.421
Benefícios pós-emprego	302.676	75.669	27.241	102.910	134.842	125.534
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675	41.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	149.415	29.832	13.448	43.280	37.207	37.668
Depreciação acelerada na Usina William Arjona	15.167	3.792	1.365	5.157	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718	6.144
Ágio incorporado	51.912	12.978	4.672	17.650	4.960	6.526
Outros	97.388	23.161	8.764	31.925	5.328	6.981
		220.642	**67.771**	**288.413**	**279.873**	**280.378**

	Consolidado					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total	
Remuneração das imobilizações em curso (RIC)	164.393	41.098	-	41.098	44.850	48.421
Benefícios pós-emprego	302.676	75.669	27.241	102.910	134.842	125.534
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	122.574	30.643	11.032	41.675	41.675	41.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	150.343	30.064	13.532	43.596	41.768	40.766
Depreciação acelerada na Usina William Arjona	15.167	3.792	1.365	5.157	6.293	7.429
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718	6.144
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	52.190	13.048	4.697	17.745	18.665	19.585
Ágio incorporado	51.912	12.978	4.672	17.650	4.960	6.526
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	60.288	15.072	5.427	20.499	3.790	-
Outros	101.117	24.093	9.099	33.192	9.769	11.487
		249.926	**78.314**	**328.240**	**311.330**	**307.567**

A realização dos ativos fiscais diferidos oriundos das diferenças temporárias dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social realizar-se-ão pela geração de lucros tributáveis futuros da controlada que extraordinariamente apresentou prejuízo.

O horizonte de realização do ativo fiscal diferido e sua recuperação foi estimado conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
2011	22.554	24.405
2012	30.426	31.683
2013	28.732	29.972
2014	31.843	33.067
2015	19.583	22.490
2016 a 2018	103.354	93.649
2019 em diante	51.921	92.974
	288.413	**328.240**

14 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.709.507**	**1.709.507**	**1.494.664**	**1.494.664**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio / Direito de concessão	2.411	2.411	2.710	2.710
Gratificação e 13º de dirigentes	5.025	-	2.464	-
Doações	8.489	8.489	4.930	4.930
Equivalência patrimonial	22.483	22.483	(106.340)	(106.340)
Juros sobre o capital próprio	(220.000)	(220.000)	(194.000)	(194.000)
Ágio amortizado na incorporação de controlada	(41.931)	(41.931)	-	-
Outras diferenças permanentes	4.810	4.440	(4.090)	(3.039)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.490.794**	**1.485.399**	**1.200.338**	**1.198.925**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(372.699)**	**(133.686)**	**(300.085)**	**(107.903)**
Incentivos fiscais	8.529	-	4.971	-
Outros	(470)	468	24	(804)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	**(364.640)**	**(133.218)**	**(295.090)**	**(108.707)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(368.764)	(136.054)	(315.649)	(117.394)
Diferido	4.124	2.836	20.559	8.687
	(364.640)	**(133.218)**	**(295.090)**	**(108.707)**

	Consolidado			
	31.12.2010		31.12.2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.721.310**	**1.721.310**	**1.537.207**	**1.537.207**
Diferenças permanentes				
Amortização de ágio / direito de concessão/ uso do ativo	29.530	29.530	13.517	13.517
Gratificação e 13º de dirigentes	5.136	-	2.612	-
Doações	8.489	8.489	5.012	5.012
Juros sobre o capital próprio	(220.000)	(220.000)	(194.000)	(194.000)
Ágio amortizado na incorporação de controlada	(41.931)	(41.931)	-	-
Diferença de base de cálculo nas controladas tributadas pelo lucro presumido	(3.591)	(1.137)	(17.487)	(14.778)
Outras diferenças permanentes	2.425	5.935	(5.952)	(4.826)
Base de cálculo dos tributos no resultado	**1.501.368**	**1.502.196**	**1.340.909**	**1.342.132**
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	**(375.342)**	**(135.198)**	**(335.228)**	**(120.792)**
Incentivos fiscais	11.315	-	11.661	-
Outros	(6.777)	(3.659)	(1.300)	(681)
Imposto de renda e contribuição social – resultado	**(370.804)**	**(138.857)**	**(324.867)**	**(121.473)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(386.507)	(145.677)	(341.891)	(127.359)
Diferido	15.703	6.820	17.024	5.886
	(370.804)	**(138.857)**	**(324.867)**	**(121.473)**

O empreendimento Ponte de Pedra possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

15 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Participações societárias permanentes:			
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial			
Equivalência patrimonial	2.162.946	1.909.270	1.497.309
Ágio / Direito de concessão	119.817	35.780	38.490
	2.282.763	**1.945.050**	**1.535.799**

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Empresas	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Itá Energética S.A. (Itasa)	253.607	48,75	253.607	48,75	253.607	48,75
Cia Energética São Salvador (CESS)	360.789	99,99	309.289	99,99	271.943	99,99
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	30.530	99,99	30.530	99,99	30.530	99,99
Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)	4.200	99,99	4.200	99,99	4.200	99,99
Energia América do Sul Ltda. (EAS)	-	-	645.270	99,99	645.270	99,99
Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)	532.455	99,99	509.010	99,99	1	99,90
SUEZ Energia Renovável S.A. (SER)	871.003	99,99	-	-	-	-
Delta Energética S.A. (Delta)	-	-	24.468	99,99	20.960	99,99

b.1) Informações financeiras das controladas

	Itasa	CESS	Lages	TBLC	EAS	TBLP	SER	Delta
01.01.2009								
Patrimônio Líquido	520.073	270.474	47.225	31.799	638.826	235.170	-	20.007
Ativo total	919.723	919.625	79.680	186.188	1.146.455	780.805	-	20.007
31.12.2009								
Patrimônio Líquido	561.874	324.801	64.056	72.077	653.481	497.632	-	23.040
Lucro líquido (Prejuízo)	53.677	18.610	16.831	40.278	14.655	(9.725)	-	(475)
Ativo total	887.013	1.397.921	89.335	187.037	1.137.882	897.396	-	23.040
Receita líquida	226.453	135.466	39.958	861.828	137.880	55.484	-	-
31.12.2010								
Patrimônio Líquido	598.445	351.733	71.193	65.431	-	514.067	868.509	-
Lucro líquido (Prejuízo)	46.620	(24.568)	7.137	(6.646)	(13.811)	(7.010)	(348)	-
Ativo total	852.035	1.385.165	84.226	259.985	-	934.031	2.336.439	-
Receita líquida	222.597	145.881	35.353	983.339	141.523	74.845	-	-

b.2) Movimentação dos investimentos

No ano de 2010:

Empresas	Saldos em 31.12.2009	Aumento de Capital	Aquisição	Incorporação	Baixa	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31.12.2010
Itasa	273.913	-	-	-	-	22.727	(4.897)	291.743
CESS	324.801	51.500	-	-	-	(24.568)	-	351.733
Lages	64.056	-	-	-	-	7.137	-	71.193
TBLC	72.077	-	-		-	(6.646)	-	65.431
EAS	653.481	152.200	-	(791.870)	-	(13.811)	-	-
TBLP	497.632	23.445	-	-	-	(7.010)	-	514.067
SER	-	156.561	712.296	-	-	(348)	-	868.509
Delta (Seival)	23.040	35	-	-	(23.111)	36	-	-
Outras	270	-	-	-	-	-	-	270
	1.909.270	**383.741**	**712.296**	**(791.870)**	**(23.111)**	**(22.483)**	**(4.897)**	**2.162.946**

No ano de 2009:

Empresas	Saldos em 01.01.2009	Aumento de Capital	Baixa	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31.12.2009
Itasa	253.536	-	-	26.167	(5.790)	273.913
CESS	270.474	37.345	-	18.610	(1.628)	324.801
Lages	47.225	-	-	16.831	-	64.056
TBLC	31.799	-	-	40.278	-	72.077
EAS	638.826	-	-	14.655	-	653.481
TBLP	235.170	272.187	-	(9.725)	-	497.632
Delta (Seival)	20.007	3.508	-	(475)	-	23.040
Outras	272	-	(1)	(1)	-	270
	1.497.309	**313.040**	**(1)**	**106.340**	**(7.418)**	**1.909.270**

c) Ágio / Direito de concessão – Controladora

Empresas	Itasa	CESS	SER	Total
Saldo em 01.01.2009	**3.433**	**35.057**	**-**	**38.490**
Amortização	(2.288)	(422)	-	(2.710)
Saldo em 31.12.2009	**1.145**	**34.635**	**-**	**35.780**
Amortização	(1.145)	(1.266)	-	(2.411)
Aquisição SER	-	-	86.448	86.448
Saldo em 31.12.2010	**-**	**33.369**	**86.448**	**119.817**

Os ágios pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão ou autorização outorgada pela Aneel para o uso do bem público para a geração de energia elétrica.

O ágio na aquisição da CESS está sendo amortizado na extensão do contrato de concessão, uma vez que os benefícios econômicos decorrentes da aquisição do investimento ocorrerão ao longo do prazo da concessão ou autorização e a vida útil deste ativo está limitada ao prazo deste contrato.

d) Aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A.

Em agosto de 2010, foram cumpridas todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda assinado em dezembro de 2009, quais sejam as anuências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), da Aneel, do BNDES e dos Bancos financiadores. Neste mesmo mês, após a ratificação da transação na AGE, realizada em 19.10.2010, por unanimidade dos acionistas minoritários que votaram a matéria, a Companhia concluiu o processo de aquisição das ações ordinárias de emissão da SUEZ Energia Renovável (SER) de propriedade da sua controladora GSELA.

A SER é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia, criado para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito, que possui capacidade instalada de geração de 1.087 MW. Os demais consorciados do Ceste são Companhia Vale do Rio Doce (30%), Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa - 25,49%) e Camargo Corrêa Geração de Energia S.A. (4,44%), sendo a liderança exercida pela SER.

A controlada comercializou, no 5º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos que se iniciará em 01.01.2012, 256 MW médios a que faz jus por sua participação no Ceste junto a empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Comercialização Regulado (ACR).

O custo total da aquisição de R$ 798.744 compõem-se da seguinte forma: (i) R$ 604.390 correspondentes ao valor original na data da assinatura do contrato; (ii) R$ 24.619 referentes à atualização monetária pelo IPCA e aos juros remuneratórios à taxa de 6% ao ano *pro-rata temporis*, até a data da aquisição; e (iii) R$ 169.735 relativos aos adiantamentos para futuro aumento de capital aplicados na construção da Usina, atualizados pelo IPCA e com juros remuneratórios de 6% ao ano *pro-rata temporis*, realizados pela GSELA entre a data da assinatura do contrato e a da aquisição.

O preço original de R$ 604.390 foi definido com base em avaliação econômico-financeira feita por Instituição Financeira de notória especialização com base na metodologia de fluxo de caixa descontado.

O valor de livros e o valor justo dos ativos e passivos na data da compra estão demonstrados a seguir:

	Valor dos livros	Valor justo na aquisição
Ativo circulante	12.201	12.201
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	83.854	83.854
Imobilizado	1.854.128	1.940.576
Custo	1.819.942	1.819.942
Concessão do uso do bem público	34.186	120.634
Intangível	1.860	1.860
Passivo circulante	47.132	47.132
Passivo não circulante	1.192.615	1.192.615
Ativo líquido	**712.296**	**798.744**
Preço de compra	**798.744**	**798.744**

A diferença entre o valor pago e o de livros do patrimônio líquido da SER, na data da aquisição, foi de R$ 86.448 e está sendo apresentado na conta de investimento no balanço patrimonial da Tractebel Energia. Este valor foi definido com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público para a geração de energia elétrica.

No consolidado, conforme mencionado na Nota 16, o ajuste ao valor justo da concessão está registrado no ativo imobilizado, em razão deste ativo não ser separável, ou seja, não poder ser vendido ou transferido individualmente sem o ativo imobilizado.

e) Incorporação da Ponte de Pedra Energética S.A. na Energia América do Sul Ltda. e desta na Tractebel Energia S.A.

Em 30.12.2010 a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas aprovou, por unanimidade, a incorporação da Ponte de Pedra S.A. (PPESA) na Energia América do Sul Ltda. (EAS) e desta na Tractebel Energia mediante versão dos acervos líquidos das empresas na data base de 30.11.2010. A Assembléia aprovou ainda os Laudos de Avaliação dos acervos líquidos incorporados, avaliados a valor contábil.

A UHE Ponte de Pedra tem capacidade instalada de 176,1 MW (energia assegurada de 131,6 MW médios), está em operação comercial desde setembro de 2005 e está localizada no Rio Correntes, Estado de Mato Grosso. O empreendimento possui isenção parcial do imposto de renda pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício de 2006, por estar localizada em área incentivada da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O acervo líquido da EAS na data da transação, após a incorporação da PPESA, incorporado pela Tractebel Energia é o seguinte:

	Valor dos livros	Valor justo
Ativo circulante	120.960	120.960
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	38.394	63.112
Imobilizado	969.079	1.021.451
Custo	483.998	483.998
Concessão do uso do bem público	109.379	537.453
Ágio (Direito de concessão ou autorização)	375.702	-
Intangível	706	706
Passivo circulante	6.029	6.034
Passivo não circulante	319.892	408.325
Acervo líquido	**803.218**	**791.870**

f) Informações sobre as controladas da Companhia

A estrutura societária simplificada da Tractebel Energia está apresentada no relatório de administração que acompanha as demonstrações contábeis completas.

f.1) Itasa - controlada em conjunto

A Itasa tem como objetivo a exploração da UHE Itá em parceria através de consórcio, mediante concessão outorgada pela União Federal por intermédio da Aneel, com prazo de vigência de 35 anos, a partir de 28.12.1995. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e possui capacidade instalada de 1.450 MW e 720 MW médios de energia assegurada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a controlada Itasa tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios. Os demais 72 MW da energia assegurada do empreendimento são detidos diretamente pela própria Tractebel Energia.

As ações representativas do capital social da Itasa são detidas pela Tractebel Energia, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia de Cimento Itambé, na proporção de 48,75%, 48,75% e 2,50%, respectivamente.

Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da controlada em conjunto estão demonstrados a seguir, os quais foram consolidados nas demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas, na proporção dos investimentos da Companhia no capital social da controlada:

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
ATIVO			
Ativo circulante	82.595	78.004	58.479
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo	48.847	43.674	49.522
Imobilizado	710.326	744.819	780.953
Intangível	10.267	20.516	30.769
TOTAL DO ATIVO	**852.035**	**887.013**	**919.723**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo circulante	113.697	117.446	117.628
Passivo não circulante	139.893	207.693	282.022
Patrimônio líquido	598.445	561.874	520.073
TOTAL DO PASSIVO	**852.035**	**887.013**	**919.723**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31.12.2010	31.12.2009
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**222.597**	**226.453**
CUSTOS DE PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	**(108.045)**	**(105.245)**
LUCRO BRUTO	**114.552**	**121.208**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(19.190)	(16.215)
Outras receitas (despesas), líquidas	(736)	1.658
	(19.926)	**(14.557)**
Resultado do serviço	**94.626**	**106.651**
Despesas financeiras, líquidas	**(23.938)**	**(25.413)**
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	**70.688**	**81.238**
Imposto de renda e contribuição social	(24.068)	(27.561)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**46.620**	**53.677**

f.2) CESS

A CESS detém a concessão da UHE São Salvador, localizada no Rio Tocantins, nos Municípios de São Salvador do Tocantins e Paranã, no Estado de Tocantins, com potência mínima instalada de 243,2 MW e energia assegurada de 148,5 MW médios. O prazo da concessão é de 35 anos, contados a partir de 23.04.2002, data da assinatura do Contrato de Concessão.

Em outubro de 2006, a CESS comercializou no 3º Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, que se iniciará em janeiro de 2011, 148 MW médios com empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada.

O início da operação comercial da primeira unidade geradora foi em agosto de 2009 e da segunda unidade no final do mês de novembro de 2009.

f.3) Lages

A Lages detém a autorização da Aneel para, através da central geradora termelétrica Lages localizada no Município de Lages (SC), atuar como produtor independente de energia utilizando-se de um turbogerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível. A autorização para implantação e exploração do empreendimento tem prazo de 30 anos, a contar de 30.10.2002.

A Usina de Cogeração, no ano de 2006, obteve o registro no Comitê Executivo de Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) por utilizar resíduos de madeira para negociar créditos de carbono.

f.4) Tractebel Energia Comercializadora (TBLC)

A Sociedade tem por objeto social a comercialização de energia elétrica no mercado de livre negociação, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades.

f.5) Tractebel Energia Participações (TBLP)

A TBLP tem por objeto social participar no capital e outras sociedades e concentrar os projetos referentes a energias alternativas de sua controladora Tractebel Energia. A empresa possui os seguintes investimentos a valores de livros:

	Tupan[10]	Hidropower[11]	Beberibe[12]	Pedra do Sal[13]	Areia Branca[14]	Ibitiúva[15]	EBSC[16]	Outras
01.01.2009								
Ativo total	94.496	71.673	150.611	93.093	91.292	26.064	119	-
Patrimônio Líquido	33.360	32.036	49.384	32.892	38.848	22.796	(288)	-
31.12.2009								
Ativo total	96.038	74.632	161.962	104.768	129.756	80.479	187	34
Patrimônio Líquido	34.091	37.777	51.453	30.028	62.101	31.128	12	34
Receita líquida	12.616	12.377	18.286	12.006	-	-	1.189	-
Lucro líquido (Prejuízo)	731	4.624	(3.136)	(2.864)	(275)	440	300	-
31.12.2010								
Ativo total	94.798	71.798	155.780	101.774	149.133	121.744	66	186
Patrimônio Líquido	34.379	38.323	53.564	30.601	74.701	42.058	66	182
Receita líquida	11.704	9.497	18.552	12.943	10.940	11.232	138	-
Lucro líquido (Prejuízo)	288	1.711	2.111	573	(2.288)	3.229	54	(338)

[10] Tupan Energia Elétrica S.A.
[11] Hidropower Energia S.A.
[12] Eólica Beberibe S.A.
[13] Eólica Pedra do Sal S.A.
[14] Hidrelétrica Areia Branca S.A.
[15] Ibitiúva Bioenergética S.A.
[16] Econergy Brasil Serviços Corporativos Ltda.

Ágio (Direito de uso do ativo) – Controladora

Empresas	Tupan	Hidropower	Beberibe	Pedra do Sal	Areia Branca	Projeto Trairí	Total
Saldos em 01.01.2009	**90.787**	**82.987**	**50.950**	**24.836**	**8.053**	**-**	**257.613**
Ingresso	-	-	-	-	-	2.971	2.971
Amortização	(3.796)	(3.470)	(2.073)	(1.092)	(377)	-	(10.808)
Saldos em 31.12.2009	**86.991**	**79.517**	**48.877**	**23.744**	**7.676**	**2.971**	**249.776**
Ingresso	-	-	-	-	-	162	162
Amortização	(3.796)	(3.714)	(2.073)	(1.092)	(520)	-	(11.195)
Saldos em 31.12.2010	**83.195**	**75.803**	**46.804**	**22.652**	**7.156**	**3.133**	**238.743**

Os ágios pagos pela TBLP nas aquisições das empresas acima relacionadas foram definidos com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição dos direitos de autorização outorgados pela Aneel para a exploração do potencial hidráulico para a geração de energia.

No balanço consolidado este valor corresponde ao ajuste a valor justo das autorizações para a exploração do potencial hidráulico. O seu registro foi feito como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, conforme estabelecido no Guia de Aplicação do CPC 15 – (Combinação de negócios IFRS 3), que permite o reconhecimento do valor justo da autorização e o da unidade de geração como único ativo, quando estes ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Os ágios estão sendo amortizados na extensão dos contratos de concessão ou autorização, uma vez que os benefícios econômicos decorrentes da aquisição dos investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão ou autorização e a vida útil deste ativo está limitada ao prazo destes contratos.

As principais informações referentes às controladas da TBLP estão descritas a seguir:

f.5.1) Tupan

A Tupan detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW, e está em operação comercial desde dezembro de 2007. A PCH está localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra e, tem energia assegurada de 14 MW médios. A Tupan possui 118,36 GWh/ano de energia originalmente contratada com a Centrais Elétricas do Brasil S.A. (Eletrobras), através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), até 2027, ao preço de R$ 165,85/MWh (base 31.12.2010). A quantidade contratada é ajustada periodicamente com base na energia efetivamente gerada pela Usina.

f.5.2) Hidropower

A Hidropower detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW, em operação comercial desde fevereiro de 2007. Localizada em Rondonópolis (MT), no Rio Ponte de Pedra, a PCH tem energia assegurada de 11,9 MW médios. A Hidropower possui 100,49 GWh/ano de energia contratada até 2027 com a Eletrobras, através do Proinfa, ao preço de R$ 165,85/MWh (base 31.12.2010). A quantidade contratada é ajustada periodicamente com base na energia efetivamente gerada pela Usina.

f.5.3) Beberibe

A Eólica Beberibe S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Beberibe (CE), possui 85,07 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobras, através do Proinfa, ao preço de R$ 267,56/MWh (base 31.12.2010). A empresa entrou em operação comercial em setembro de 2008.

f.5.4) Pedra do Sal

A Eólica Pedra do Sal S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW e energia assegurada de 8 MW médios. Localizada em Parnaíba (PI), possui 66,29 GWh/ano de energia contratada com a Eletrobras através do Proinfa, por 20 anos, ao preço de R$ 257,52/MWh (base 31.12.2010). A operação comercial da sociedade foi iniciada em dezembro de 2008.

f.5.5) Areia Branca S.A.

A Hidrelétrica Areia Branca S.A. detém autorização outorgada pela Aneel para explorar a PCH Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW. Localizada em Caratinga (MG), possui 90,84 GWh/ano de energia contratada por 20 anos com a Eletrobras, através do Proinfa, ao preço de R$ 165,85/MWh (base 31.12.2010). A operação comercial da sociedade ocorreu em março de 2010.

f.5.6) Ibitiúva

A Ibitiúva foi constituída em 2008, para participar, através do Consórcio Andrade, do 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Aneel.

O Consórcio Andrade é formado pela Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A. e, vendeu 20 MW médios de energia elétrica no referido Leilão, pelo preço atualizado de R$ 169,73/MWh (base 31.12.2010), a ser entregue por um período de 15 anos, a partir de 2010.

A energia elétrica vendida é gerada pela UTE Ibitiúva Bioenergética, localizada no Município de Pitangueiras (SP), tem capacidade instalada de 33 MW e garantia física de 20 MW médios e, utiliza como combustível o bagaço resultante do processamento da cana-de-açúcar na unidade produtora de açúcar e etanol Andrade do Grupo Guarani. A Usina entrou em operação comercial em maio de 2010.

f.5.7) Projetos de Geração de Energia Eólica

Em agosto de 2009 a TBLP adquiriu, pelo montante de R$ 2.998, algumas empresas que possuem projetos de geração de energia eólica que compõem o Projeto Trairí, cuja capacidade instalada total é de 121,9 MW. A Companhia participou com cinco destes projetos no leilão de energia de reserva promovido pela Aneel em dezembro de 2009, porém não obteve êxito em nenhum deles em função dos preços terem ficado abaixo do retorno mínimo exigido pela Companhia para projetos desta natureza.

Os projetos adquiridos possuem medições de vento, certificação de geração de energia, licenças ambientais prévias e contrato de arrendamento. Os projetos básicos e de impacto ambiental, exigidos para a licença de instalação, encontram-se em fase de execução.

O ágio pago pela TBLP no montante de R$ 2.971 tem como fundamento os direitos adquiridos e será amortizado nos prazos das autorizações a partir do início da operação comercial das empresas.

A Companhia está avaliando a melhor alternativa para viabilizar a implantação dos referidos projetos.

f.5.8) Econergy Brasil Serviços Corporativos (EBSC)

A EBSC é uma sociedade prestadora de serviços administrativos e tecnológicos para as empresas anteriormente mencionadas e foi adquirida em dezembro de 2008.

16–IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora					
		31.12.2010			31.12.2009	01.01.2009
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Reservatórios, barragens e adutoras	3,00	4.396.469	(1.973.973)	2.422.496	1.860.955	1.974.579
Edificações e benfeitorias	3,24	1.253.964	(658.621)	595.343	538.224	567.903
Máquinas e equipamentos	4,40	5.422.306	(3.194.500)	2.227.806	2.020.606	2.123.841
Veículos	20,00	1.645	(931)	714	364	261
Móveis e utensílios	10,00	6.383	(3.635)	2.748	2.695	2.209
		11.080.767	**(5.831.660)**	**5.249.107**	**4.422.844**	**4.668.793**
Imobilizado em curso						
Edificações e benfeitorias		5.054	-	5.054	6.354	2.504
Máquinas e equipamentos		67.994	-	67.994	90.829	41.823
Outros a ratear		3.338	-	3.338	15.283	12.573
		76.386	**-**	**76.386**	**112.466**	**56.900**
Obrigações especiais		**(10.223)**	**-**	**(10.223)**	**(10.395)**	**(9.755)**
		11.146.930	**(5.831.660)**	**5.315.270**	**4.524.915**	**4.715.938**

	Consolidado					
		31.12.2010			31.12.2009	01.01.2009
	Taxa de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço						
Reservatórios, barragens e adutoras	3,20	5.351.311	(2.082.529)	3.268.782	3.354.601	2.929.183
Edificações e benfeitorias	3,37	1.687.696	(700.839)	986.857	1.011.279	917.851
Máquinas e equipamentos	4,31	6.819.651	(3.349.623)	3.470.028	3.414.684	2.896.054
Veículos	20,00	1.967	(1.212)	755	420	348
Móveis e utensílios	10,00	7.709	(3.886)	3.823	3.191	2.778
		13.868.334	**(6.138.089)**	**7.730.245**	**7.784.175**	**6.746.214**
Imobilizado em curso						
Reservatórios, barragens e adutoras		404.336	-	404.336	22.466	81.585
Edificações e benfeitorias		475.204	-	475.204	39.578	374.591
Máquinas e equipamentos		888.601	-	888.601	181.754	381.466
Outros a ratear		487.971	-	487.971	119.776	308.285
		2.256.112	**-**	**2.256.112**	**363.574**	**1.145.927**
Obrigações especiais		(10.348)	-	(10.348)	(10.520)	(9.880)
		16.114.098	**(6.138.089)**	**9.976.009**	**8.137.229**	**7.882.261**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora						
	Saldo em 31.12.2009	Incorporação PPESA	Ingressos	Transferências	Depreciação	Baixas	Saldo em 31.12.2010
Em serviço							
Reservatórios, barragens e adutoras	1.860.955	655.125	-	230	(93.814)	-	2.422.496
Edificações e benfeitorias	538.224	86.871	-	2.924	(32.675)	(1)	595.343
Máquinas e equipamentos	2.020.606	278.267	-	111.551	(181.716)	(902)	2.227.806
Veículos	364	3	-	460	(113)	-	714
Móveis e utensílios	2.695	174	-	396	(499)	(18)	2.748
	4.422.844	**1.020.440**	**-**	**115.561**	**(308.817)**	**(921)**	**5.249.107**
Em Curso							
Edificações e benfeitorias	6.354	780	2.567	(4.647)	-	-	5.054
Máquinas e equipamentos	90.829	230	70.328	(93.393)	-	-	67.994
Outros a ratear	15.283	1	5.575	(17.521)	-	-	3.338
	112.466	**1.011**	**78.470**	**(115.561)**	**-**	**-**	**76.386**
Obrigações especiais	(10.395)	-	491	-	-	(319)	(10.223)
	4.524.915	**1.021.451**	**78.961**	**-**	**(308.817)**	**(1.240)**	**5.315.270**

	Controladora					
	Saldo em 01.01.2009	Ingressos	Transferências	Depreciação	Baixas	Saldo em 31.12.2009
Em serviço						
Reservatórios, barragens e adutoras	1.974.579	-	130	(113.754)	-	1.860.955
Edificações e benfeitorias	567.903	-	1.020	(30.699)	-	538.224
Máquinas e equipamentos	2.123.841	-	52.676	(154.508)	(1.403)	2.020.606
Veículos	261	-	216	(113)	-	364
Móveis e utensílios	2.209	-	888	(396)	(6)	2.695
	4.668.793	**-**	**54.930**	**(299.470)**	**(1.409)**	**4.422.844**
Em Curso						
Edificações e benfeitorias	2.504	4.737	(887)	-	-	6.354
Máquinas e equipamentos	41.823	101.891	(52.885)	-	-	90.829
Outros a ratear	12.573	3.868	(1.158)	-	-	15.283
	56.900	**110.496**	**(54.930)**	**-**	**-**	**112.466**
Obrigações especiais	(9.755)	-	-	-	(640)	(10.395)
	4.715.938	**110.496**	**-**	**(299.470)**	**(2.049)**	**4.524.915**

	Consolidado						
	Saldo em 31.12.2009	Aquisição SER	Ingressos	Transferências	Depreciação	Baixas	Saldo em 31.12.2010
Em serviço							
Reservatórios, barragens e adutoras	3.354.601	-	-	65.111	(150.930)	-	3.268.782
Edificações e benfeitorias	1.011.279	-	-	28.639	(53.054)	(7)	986.857
Máquinas e equipamentos	3.414.684	-	-	301.369	(244.816)	(1.209)	3.470.028
Veículos	420	-	-	489	(144)	(10)	755
Móveis e utensílios	3.191	-	-	1.272	(608)	(32)	3.823
	7.784.175	**-**	**-**	**396.880**	**(449.552)**	**(1.258)**	**7.730.245**
Em Curso							
Reservatórios, barragens e adutoras	22.466	329.635	73.943	(18.316)	-	(3.392)	404.336
Edificações e benfeitorias	39.578	455.442	17.355	(37.135)	-	(36)	475.204
Máquinas e equipamentos	181.754	738.606	220.536	(252.295)	-	-	888.601
Adiantamento a fornecedores	76.073	-	29.205	(34.652)	-	-	70.626
Outros a ratear	43.703	416.893	11.332	(54.482)	-	(101)	417.345
	363.574	**1.940.576**	**352.371**	**(396.880)**	**-**	**(3.529)**	**2.256.112**
Obrigações especiais	(10.520)	-	491	-	-	(319)	(10.348)
	8.137.229	**1.940.576**	**352.862**	**-**	**(449.552)**	**(5.106)**	**9.976.009**

	Consolidado					
	Saldo em 01.01.2009	Ingressos	Transferências	Depreciação	Baixas	Saldo em 31.12.2009
Em serviço						
Reservatórios, barragens e adutoras	2.929.183	-	593.577	(168.159)	-	3.354.601
Edificações e benfeitorias	917.851	-	136.657	(43.229)	-	1.011.279
Máquinas e equipamentos	2.896.054	-	719.731	(199.518)	(1.583)	3.414.684
Veículos	348	-	228	(156)	-	420
Móveis e utensílios	2.778	-	899	(480)	(6)	3.191
	6.746.214	**-**	**1.451.092**	**(411.542)**	**(1.589)**	**7.784.175**
Em Curso						
Reservatórios, barragens e adutoras	81.585	28.343	(87.462)	-	-	22.466
Edificações e benfeitorias	374.591	38.415	(373.428)	-	-	39.578
Máquinas e equipamentos	381.466	194.882	(394.594)	-	-	181.754
Adiantamento a fornecedores	72.988	4.048	(963)	-	-	76.073
Outros a ratear	235.297	403.500	(594.645)	-	(449)	43.703
	1.145.927	**669.188**	**(1.451.092)**	**-**	**(449)**	**363.574**
Obrigações especiais	(9.880)	-	-	-	(640)	(10.520)
	7.882.261	**669.188**	**-**	**(411.542)**	**(2.678)**	**8.137.229**

c) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Conforme mencionado na Nota 2, em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28), a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia que apresentavam valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo.

A avaliação do valor justo foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliação patrimonial. A avaliação foi realizada com base nas normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE), bem como na aplicação do "Método de Quantificação dos Custos", "Método Comparativo de Dados de Mercado", "Método de Custo", "Critério de *Ross – Heidecke*", além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

O ajuste no balanço consolidado de primeira adoção (01.01.2009) foi feito com base no Laudo de Avaliação revisado pela administração da Companhia e totalizou R$ 1.243.998. Os saldos do ativo imobilizado em 31.12.2010 e 31.12.2009 contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, de R$ 1.073.015 e R$ 1.159.196, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos exercícios findos em 31.12.2009 e 31.12.2010 foi de R$ R$ 86.180 e R$ 87.509, respectivamente.

d) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

As concessões onerosas e autorizações concedidas pela União para o uso do bem público para a geração hidrelétrica, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócio, em razão da ausência de práticas contábeis específicas adotadas no Brasil, vinham sendo registradas com base na melhor referência identificada nas práticas contábeis internacionais (*International Financial Reporting Standards – IFRS*). A Companhia considerou como referência para o registro destas transações o Guia de Aplicação do IFRS 3 (Combinação de negócios), que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e o da unidade de geração como único ativo, para fins de reconhecimento nas demonstrações contábeis, quando estes ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente. Com base neste pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratada ou adquirida em uma combinação de negócios como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Este procedimento vinha sendo adotado antes da obrigatoriedade da adoção do IFRS e dos CPC (01.01.2009) e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo destas concessões incluídas no ativo imobilizado consolidado no balanço de abertura é de R$ 1.260.580 e nos balanços consolidados de 31.12.2010 e 31.12.2009 é de R$ 1.205.286 e R$ 1.161.717, respectivamente.

e) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original. Desta forma a Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2007 passou a depreciar estes ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitada ao prazo de concessão, em que pese a legislação e os contratos preverem a possibilidade da renovação da concessão.

f) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos são reconhecidos no imobilizado em curso durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado consolidado durante os exercícios de 2010 e 2009 foram de R$ 34.694 e R$ 46.099, respectivamente.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. Até o momento não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos na Companhia.

h) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

A Companhia e suas controladas possuem as seguintes concessões e autorizações para exploração de energia elétrica:

	Detentora da concessão ou autorização	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
Concessões				
UHE Salto Santiago	Controladora	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Controladora	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Controladora	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Controladora /Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Controladora	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Controladora	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	PPESA	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	CESS	243	23.04.2002	22.04.2037
UHE Estreito	Ceste [17]	1.087	26.11.2002	26.11.2037
Autorizações				
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	Controladora	857	28.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Controladora	72	28.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete	Controladora	66	28.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Controladora	190	02.06.2000	28.04.2029
UTE Ibitiúva Bioenergética	Consórcio Andrade	40	05.04.2000	04.04.2030
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	30.10.2002	29.10.2032
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19.12.2002	18.12.2032
PCH Eng. José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19.12.2002	18.12.2032
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	03.05.2000	02.05.2030
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	02.10.2002	01.10.2032
EOL Beberibe	Beberibe	26	04.08.2003	03.08.2033

A Companhia possui direta e indiretamente 1.090 MW e 404 MW da capacidade instalada da UHE Ita e da UHE Machadinho, respectivamente.

i) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

[17] SUEZ Energia Renovável S.A. (40,07%), Vale S.A. (30,%), Estreito Energia S.A. (25,49%) e Camargo Correa Geração de Energia (4,44%).

j) Bens da União utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a UTE Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União e cedida em regime especial de utilização.

17– INTANGÍVEL

a) Composição

	Controladora		
	Direito de uso	Ágio incorporado da CEM[18]	Total
Custo corrigido	11.110	44.578	**55.688**
Amortização acumulada	(9.225)	(26.623)	**(35.848)**
Saldo em 01.01.2009	**1.885**	**17.955**	**19.840**
Custo corrigido	14.730	44.578	**59.308**
Amortização acumulada	(10.138)	(30.932)	**(41.070)**
Saldo em 31.12.2009	**4.592**	**13.646**	**18.238**
Custo corrigido	21.896	44.578	**66.474**
Amortização acumulada	(11.762)	(35.241)	**(47.003)**
Saldo em 31.12.2010	**10.134**	**9.337**	**19.471**

	Consolidado						
	Direito de uso	Direito de compra de energia	Ágio incorporado da CEM	Ágio incorporado da Itasa	Ágio Seival Participações	Direitos do Projeto Trairi	Total
Custo corrigido	15.741	64.561	44.578	72.793	19.528	-	**217.201**
Amortização acumulada	(9.475)	-	(26.623)	(54.388)	-	-	**(90.486)**
Saldo em 01.01.2009	**6.266**	**64.561**	**17.955**	**18.405**	**19.528**	**-**	**126.715**
Custo corrigido	17.260	64.561	44.578	72.793	19.528	2.971	**221.691**
Amortização acumulada	(11.058)	-	(30.932)	(61.668)	-	-	**(103.658)**
Saldo em 31.12.2009	**6.202**	**64.561**	**13.646**	**11.125**	**19.528**	**2.971**	**118.033**
Custo corrigido	25.887	64.561	44.578	72.793	-	3.133	**210.952**
Amortização acumulada	(12.387)	-	(35.241)	(67.803)	-	-	**(115.431)**
Saldo em 31.12.2010	**13.500**	**64.561**	**9.337**	**4.990**	**-**	**3.133**	**95.521**

O direito de uso e o direito de compra de energia possuem vidas úteis definidas. O primeiro está sendo amortizado em cinco anos e o segundo será amortizado durante a vigência do contrato de compra, de 2013 a 2023.

Os ágios incorporados da CEM e da Itasa também possuem vida útil definida e serão amortizados, respectivamente, até fevereiro de 2013 e dezembro de 2011.

Os direitos do Projeto Trairí tem como fundamento os projetos básicos ambientais, a certificação de geração de energia, as medições de ventos, licenças ambientais prévias e os contratos de arrendamentos decorrentes do valor justo dos ativos adquiridos.

[18]Companhia Energética Meridional, subsidiária integral incorporada pela Companhia em 2008.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01.01.2009	**19.840**	**126.715**
Direito de uso	3.603	4.621
Direitos do Projeto Trairí	-	2.971
Transferência para o imobilizado	-	(3.102)
Amortização	(5.205)	(13.172)
Saldo em 31.12.2009	**18.238**	**118.033**
Direito de uso	5.904	6.490
Direitos do Projeto Trairí	-	162
Incorporação PPESA	706	-
Direito de uso - aquisição SER	-	1.860
Transferência do ativo imobilizado	-	277
Transferência ágio para o ativo circulante	-	(19.528)
Amortização	(5.377)	(11.773)
Saldo em 31.12.2010	**19.471**	**95.521**

O ágio pago pela Seival, juntamente com o investimento, foram transferidos para a conta "Ativo mantido para a venda", no ativo circulante, em decorrência das tratativas adiantadas para a alienação da empresa, conforme mencionado na Nota 6.

18– FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	**31.12.2009**	**01.01.2009**	**31.12.2010**	**31.12.2009**	**01.01.2009**
Encargos de uso da rede elétrica	81.003	69.742	64.196	84.857	76.502	67.852
Energia elétrica comprada	53.569	53.766	46.492	104.203	76.770	78.579
Transações no âmbito da CCEE	1.337	370	2.002	1.337	2.325	3.851
Materiais e serviços	34.686	46.511	36.339	77.528	89.722	61.940
Combustíveis fósseis / biomassa	3.491	630	-	926	798	145
	174.086	**171.019**	**149.029**	**268.851**	**246.117**	**212.367**

19– EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira									
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.425	104.500	119.925	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas (*Floating Rate Note)*	-	88.964	88.964	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	4.691	-	4.691	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	20.116	**193.464**	**213.580**	**18.884**	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional									
Eletrobras	10.796	-	10.796	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	14.965	19.953	34.918	14.965	34.917	49.882	14.947	49.823	64.770
Banco do Brasil	3.529	-	3.529	3.529	3.530	7.059	3.529	7.059	10.588
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	400.000	-	400.000
Encargos	171	-	171	258	-	258	33.367	-	33.367
	29.461	**19.953**	**49.414**	**49.070**	**49.243**	**98.313**	**479.288**	**97.996**	**577.284**
	49.577	**213.417**	**262.994**	**67.954**	**276.776**	**344.730**	**512.519**	**403.363**	**915.882**

	Consolidado								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira									
Secretaria do Tesouro Nacional (STN), líquido de garantias depositadas	15.425	104.500	119.925	15.824	127.240	143.064	24.173	175.841	200.014
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	88.964	88.964	-	100.293	100.293	-	129.526	129.526
Deutsche Bank	-	-	-	-	-	-	4.490	-	4.490
Encargos	4.691	-	4.691	3.060	-	3.060	4.568	-	4.568
	20.116	**193.464**	**213.580**	**18.884**	**227.533**	**246.417**	**33.231**	**305.367**	**338.598**
Moeda nacional									
Eletrobras	10.796	-	10.796	30.318	10.796	41.114	27.445	41.114	68.559
BNDES	73.064	1.297.836	1.370.900	75.412	573.608	649.020	47.816	389.259	437.075
Agentes Financiadores do BNDES	56.086	1.001.920	1.058.006	71.504	561.833	633.337	52.650	725.722	778.372
Banco do Brasil	7.495	23.135	30.630	7.495	30.630	38.125	7.495	38.125	45.620
BRDE	6.835	4.556	11.391	6.835	11.391	18.226	6.826	18.203	25.029
CEF	5.777	46.234	52.011	5.479	49.315	54.794	5.157	51.574	56.731
Notas promissórias	-	-	-	-	-	-	400.000	-	400.000
Outros bancos	-	-	-	-	-	-	55.855	-	55.855
Encargos	9.245	-	9.245	5.419	-	5.419	35.438	10.961	46.399
	169.298	**2.373.681**	**2.542.979**	**202.462**	**1.237.573**	**1.440.035**	**638.682**	**1.274.958**	**1.913.640**
	189.414	**2.567.145**	**2.756.559**	**221.346**	**1.465.106**	**1.686.452**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**

Os principais eventos ocorridos no ano de 2010 foram os seguintes:

a) Pré-pagamento do financiamento com o BNDES e agentes financiadores da PPESA

Em fevereiro de 2010 a controlada PPESA amortizou antecipadamente a totalidade de seu financiamento com o BNDES e agentes financiadores. A amortização antecipada, no montante de R$ 223.187, ocorreu em razão do plano de incorporação da PPESA pela Tractebel Energia, objetivando a simplificação de sua estrutura societária, o que foi implementado em dezembro de 2010.

b) Financiamento da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética

No ano de 2010 a controlada Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética recebeu R$ 63.452, do total de R$ 82.469, do financiamento contratado com o BNDES para a construção da Usina Ibitiúva. O valor remanescente está previsto para ser recebido no 1º semestre de 2011.

c) Aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A.

Em decorrência da aquisição da SER, em agosto de 2010 foi reconhecido no passivo consolidado da Companhia o montante de R$ 1.160.521, relativo ao financiamento com o BNDES e demais Bancos (Repasse BNDES), para a construção da UHE Estreito. Em novembro de 2010 foi assinado contrato de financiamento suplementar para a continuidade da implantação da Usina, no valor de R$ 308.547. A primeira liberação de R$ 207.935 ocorreu dentro do próprio mês e a parcela remanescente de R$ 110.055 está previsto para ser liberada no 1º semestre de 2011.

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01.01.2009	**512.519**	**403.363**	**915.882**	**671.913**	**1.580.325**	**2.252.238**
Ingressos	300.000	-	300.000	309.000	96.316	405.316
Transferências	66.619	(66.619)	-	222.709	(222.709)	-
Juros gerados	58.862	54	58.916	110.662	117.076	227.738
Juros capitalizados	-	-	-	(223)	(45.880)	(46.103)
Variações cambiais	(7.866)	(69.816)	(77.682)	(7.866)	(69.816)	(77.682)
Remuneração de garantias depositadas	-	9.794	9.794	-	9.794	9.794
Amortização do principal	(770.432)	-	(770.432)	(918.719)	-	(918.719)
Amortização dos juros	(91.748)	-	(91.748)	(166.130)	-	(166.130)
Saldo em 31.12.2009	**67.954**	**276.776**	**344.730**	**221.346**	**1.465.106**	**1.686.452**
Aquisição SER	-	-	-	-	1.160.521	1.160.521
Ingressos	-	-	-	-	276.751	276.751
Transferências	44.861	(44.861)	-	352.659	(352.659)	-
Juros gerados	22.777	-	22.777	126.070	64.630	190.700
Juros capitalizados	-	-	-	(5.988)	(28.706)	(34.694)
Variações cambiais	(779)	(14.551)	(15.330)	(779)	(14.551)	(15.330)
Remuneração de garantias depositadas	-	(3.947)	(3.947)	-	(3.947)	(3.947)
Amortização do principal	(64.458)	-	(64.458)	(390.131)	-	(390.131)
Amortização dos juros	(20.778)	-	(20.778)	(113.763)	-	(113.763)
Saldo em 31.12.2010	**49.577**	**213.417**	**262.994**	**189.414**	**2.567.145**	**2.756.559**

c) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Moeda	Reais	%	Moeda	Reais	%	Moeda	Reais	%
Moeda estrangeira									
Dólar Americano (USD)	71.946	121.747	46,29	83.265	144.981	42,06	89.076	208.169	22,73
Euro (EUR)	41.290	91.833	34,92	40.456	101.436	29,42	40.279	130.429	14,24
		213.580	**81,21**		**246.417**	**71,48**		**338.598**	**36,97**
Moeda nacional									
CDI		-	-		-	-		433.011	47,28
TJLP		35.066	13,33		50.093	14,53		65.045	7,10
Não indexado		14.348	5,46		48.220	13,99		79.228	8,65
		49.414	**18,79**		**98.313**	**28,52**		**577.284**	**63,03**
		262.994	**100,00**		**344.730**	**100,00**		**915.882**	**100,00**

	Consolidado								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Moeda	Reais	%	Moeda	Reais	%	Moeda	Reais	%
Moeda estrangeira									
Dólar Americano (USD)	71.946	121.747	4,42	83.265	144.981	8,60	89.076	208.169	9,24
Euro (EUR)	41.290	91.833	3,33	40.456	101.436	6,01	40.279	130.429	5,79
		213.580	**7,75**		**246.417**	**14,61**		**338.598**	**15,03**
Moeda nacional									
CDI		-	-		-	-		488.866	21,71
TJLP		2.465.067	89,43		1.353.626	80,26		1.299.049	57,68
UMBNDES590		-	-		6.996	0,42		11.236	0,50
Não indexado		77.912	2,82		79.413	4,71		114.489	5,08
		2.542.979	**92,25**		**1.440.035**	**85,39**		**1.913.640**	**84,97**
		2.756.559	**100,00**		**1.686.452**	**100,00**		**2.252.238**	**100,00**

d) Variação das moedas estrangeiras e indexadores

	(%)		
Moeda – indexador	**31.12.2010**	**31.12.2009**	**01.01.2009**
Dólar Americano (USD)	(2,81)	(25,49)	31,94
Euro (EUR)	(11,30)	(22,57)	24,14
TJLP	6,00	6,12	6,25
CDI	9,71	9,84	12,35
UMBNDES590	(3,76)	(25,66)	33,86

e) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora			Consolidado		
	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
2012	11.381	14.965	26.346	11.381	202.384	213.765
2013	7.383	4.988	12.371	7.383	181.832	189.215
2014	3.569	-	3.569	3.569	157.252	160.821
2015	88.964	-	88.964	88.964	158.106	247.070
2016	-	-	-	-	159.042	159.042
2017	-	-	-	-	159.419	159.419
2018	-	-	-	-	157.220	157.220
2019 a 2023	-	-	-	-	748.634	748.634
2024 a 2029	82.167	-	82.167	82.167	449.792	531.959
	193.464	**19.953**	**213.417**	**193.464**	**2.373.681**	**2.567.145**

f) Condições Contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldo
Moeda estrangeira				
TBLE				
STN	*Libor* + 1,075% a.a.	04.2024	Semestral	121.747
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	*Euribor*+ 2,75%a.a.	11.2015	Anual	91.833
Moeda nacional				
TBLE				
Eletrobras	12% a.a.	04.2011	Mensais	10.796
Banco do Brasil	8,14% a.a. (c)	12.2011	Mensais	3.552
BNDES	TJLP + 4% a.a. (a)	04.2013	Mensais	35.066
Itasa				
BNDES	TJLP + 4% a.a. (a)	09.2013	Mensais	33.514
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,85% a.a. (a)	09.2013	Mensais	41.544
Lages (BRDE)	TJLP + 2,25% a.a. (a)	08.2012	Mensais	11.431
CESS				
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. (a)	10.2023	Mensais	206.132
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,25% a.a. (a)	10.2023	Mensais	416.350
Tupan (CEF)	TJLP + 3,5% a.a. (a)	12.2019	Mensais	52.089
Hidropower (Banco do Brasil**)**	8,08% a.a. (c)	10.2017	Mensais	27.245
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. (a)	12.2023	Mensais	99.822
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. (a)	12.2023	Mensais	68.599
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. (a)	06.2024	Mensais	64.085
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito B)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais, após 02.2011	36.320
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. (a)	01.2021	Mensais, após 02.2011	28.736
SER				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. (a)	09.2029	Mensais, após 10.2011	795.888
BNDES – Crédito Social	TJLP	06.2018	Mensais, após 07.2012 (d)	7.617
Bancos (Repasse BNDES)(b)	TJLP + 2,95% a.a. (a)	09.2029	Mensais, após 10.2011	604.193

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

(b) Os Bancos (Repasse BNDES) são Itaú, Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Votorantim.

(c) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

(d) Os juros serão pagos trimestralmente no período compreendido entre 15.11.2010 e 15.06.2012.

g) Garantias

g.1) Tractebel Energia S.A.

g.1.1) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

Secretaria do Tesouro Nacional (STN): (a) cessão e transferência à União dos recebíveis, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento; (b) depósito, em forma de caução, no valor R$ 60.420, em 31.12.2010 (R$ 76.470 em 31.12.2009), o qual está apresentado em conta retificadora do financiamento correspondente. Não há garantias concedidas para os demais empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira da Companhia.

g.1.2) Empréstimos e financiamentos em moeda nacional

Eletrobras: (a) procuração ao credor com poderes de, em caso de inadimplência, transferir para o seu próprio nome, os valores necessários para o pagamento de sua dívida, a partir da conta bancária arrecadadora de receitas da Companhia; (b) notas promissórias no montante referente ao total do financiamento, estando os títulos vinculados aos termos contratuais.

Banco do Brasil: (a) cessão e transferência de crédito no valor de R$ 8.726 (em 31.12.2010 e 31.12.2009), representado por venda de energia elétrica ou outros recursos com a mesma finalidade; (b) caução de nota promissória no valor correspondente ao do financiamento.

BNDES: carta de fiança do Itaú Unibanco Holding S.A., no valor de R$ 131.966 (em 31.12.2010 e 31.12.2009), com validade até 15.10.2013.

g.2) Itasa

BNDES e Bancos (Repasse BNDES): (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica celebrados com seus acionistas; (c) conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da Itasa a estes credores.

g.3) Lages

BRDE: (a) cessão dos direitos creditórios do contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc); (b) cessão dos direitos emergentes da autorização concedida pela Aneel para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica; (c) obrigação de manter aberta uma conta reserva com um montante depositado equivalente a, em média, quatro meses do serviço da dívida.

g.4) CESS

BNDES e Bancos (Repasse BNDES): (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigação de manter aberta uma conta reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do contrato de operação e manutenção do projeto.

g.5) Tupan

Caixa Econômica Federal: (a) hipoteca de terreno e imóveis; (b) alienação fiduciária de equipamentos; (c) totalidade das ações representativas do capital social; (d) recebíveis e conta reserva; e (e) fiança corporativa da Tractebel Energia.

g.6) Hidropower

Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e conta reserva; e (c) fiança corporativa da Tractebel Energia.

g.7) Beberibe, Pedra do Sal e Areia Branca

BNDES: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social; e (c) recebíveis e conta reserva.

g.8) Ibitiúva

BNDES: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Tractebel Energia.

g.9) SER

BNDES e Bancos (Repasse BNDES): (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) conta centralizadora de direitos creditórios; (c) conta reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do contrato de operação e manutenção do projeto; (d) carta de fiança corporativa da Tractebel Energia; e (e) o penhor dos dividendos a serem pagos pela Companhia a GSELA.

h) Compromissos contratuais (covenants)

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	*Covenants*
TBLE (BNDES)	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 30%
Itasa **(**BNDES e Bancos)	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 40%
Lages (BRDE)	(Passivos circulante + não circulante) / ativo total ≤ 66%
CESS (BNDES e Bancos)	Índice de cobertura do serviço da dívida [19] ≥ 1,3
Tupan (CEF)	(i) Patrimônio líquido / ativo total ≥ 21% (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3 (iii) Capital social / ativo imobilizado ≥ 21%
Hidropower (Banco do Brasil)	(i) Patrimônio líquido / ativo total ≥ 0,35 (ii) Margem EBITDA[20] (EBITDA/ROL) ≥ 0,80 (iii) EBITDA/ despesas financeiras ≥ 2,70 (iv) Dívida financeira total / EBITDA ≤ 4,0 (v) Ativo circulante / passivo circulante ≥ 1,2 (vi) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3

[19]Índice de cobertura do serviço da dívida:Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida

[20] Margem EBITDA: EBITDA (Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido pelo Contrato.)/ Receita operacional líquida (ROL)

Dívida	*Covenants*
Beberibe e Pedra do Sal (BNDES)	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
Areia Branca (BNDES)	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,2
Ibitiúva (BNDES)	(i) Índice de Endividamento Geral ≥ 0,80 (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
SER (BNDES e Bancos)	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,2

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto quanto ao a seguir comentado.

A Hidropower possui cláusulas restritivas em seu contrato de financiamento que requerem a manutenção de índices financeiros, entre eles o de liquidez corrente, de cobertura do serviço da dívida e o de margem EBITDA. Quando estes índices não são alcançados, a Hidropower, após ser notificada oficialmente pelo Agente Financeiro, deve proceder ao equacionamento da insuficiência.

Em decorrência de questões estruturais, o passivo circulante da Hidropower encontra-se em nível acima do inicialmente previsto quando da contratação do financiamento, o que afeta negativamente tanto o índice de liquidez quanto o de cobertura do serviço da dívida. A administração não considera que haverá descumprimento de cláusula de contrato e o consequente vencimento antecipado de dívida, em razão de sua controladora, Tractebel Energia, ter se manifestado formalmente que está negociando o equacionamento da situação junto ao banco. Caso necessário, a Hidropower será capitalizada para o equacionamento do descumprimento do *covenant*.

A Companhia possui um *waiver* emitido pelo Banco do Brasil para o exercício findo em 31.12.2009 e está negociando a emissão do mesmo documento para 31.12.2010. A dívida da Hidropower totaliza R$ 27.245 em 31.12.2010, sendo em montante inferior ao definido como evento de vencimento antecipado de outras dívidas da Companhia.

20 – DEBÊNTURES

a) Composição

	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladora									
1ª Emissão (1ª Série)	150.558	-	150.558	-	139.817	139.817	9.141	140.000	149.141
1ª Emissão (2ª Série)	-	-	-	59.976	-	59.976	-	60.000	60.000
2ª Emissão	-	420.668	420.668	-	396.941	396.941	-	381.080	381.080
3ª Emissão	604.064	-	604.064	-	601.617	601.617	-	-	-
4ª Emissão	80.000	320.890	400.890	-	399.996	399.996	-	-	-
Cana Brava	14.437	24.406	38.843	13.124	38.842	51.966	11.917	51.904	63.821
Juros	46.119	-	46.119	44.240	-	44.240	29.053	-	29.053
Total Controladora	**895.178**	**765.964**	**1.661.142**	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**50.111**	**632.984**	**683.095**
Itasa (1ª e 2ª Séries)	9.034	16.380	25.414	8.055	24.570	32.625	9.154	32.760	41.914
Juros	805	-	805	1.012	-	1.012	1.326	-	1.326
Total Consolidado	**905.017**	**782.344**	**1.687.361**	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**	**60.591**	**665.744**	**726.335**

b) Mutação das debêntures

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01.01.2009	**50.111**	**632.984**	**683.095**	**60.591**	**665.744**	**726.335**
Ingressos	-	997.768	997.768	-	997.768	997.768
Transferências	73.120	(73.120)	-	81.310	(81.310)	-
Juros gerados	102.240	2.806	105.046	105.422	2.806	108.228
Variações monetárias	(2.643)	16.775	14.132	(3.321)	16.775	13.454
Amortização do principal	(19.465)	-	(19.465)	(28.076)	-	(28.076)
Amortização dos juros	(86.023)	-	(86.023)	(89.519)	-	(89.519)
Saldo em 31.12.2009	**117.340**	**1.577.213**	**1.694.553**	**126.407**	**1.601.783**	**1.728.190**
Transferências	839.509	(839.509)	-	847.699	(847.699)	-
Juros gerados	152.804	5.093	157.897	155.947	5.093	161.040
Variações monetárias	16.214	23.167	39.381	19.562	23.167	42.729
Amortização do principal	(77.159)	-	(77.159)	(87.718)	-	(87.718)
Amortização dos juros	(153.530)	-	(153.530)	(156.880)	-	(156.880)
Saldo em 31.12.2010	**895.178**	**765.964**	**1.661.142**	**905.017**	**782.344**	**1.687.361**

c) Condições contratadas

			Condições de Pagamento		
	Quantidade	Remuneração	Juros/atualização monetária	Principal	Garantia
Controladora					
1ª emissão - 1ª Série	14.000	IGP-M + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.2011	Sem garantia
2ª Emissão - Série única	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.2012/13/14	Sem garantia
3ª Emissão - Série única	60.000	117% do CDI	Semestrais em 01.04 e 01.10	Parcela única em 01.04.2011	Sem garantia
4ª Emissão - Série única	400	110% do CDI	Semestrais em 05.05 e 05.11	5 parcelas em 05.11.2011 a 2015	Sem garantia
Cana Brava - Série única	7.773	TJLP + 4% a.a. [21]	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.13	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Recebíveis da venda de energia
Itasa - 1ª e 2ª Séries	8.400	IGP-M + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	Anualmente, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série), até 01.12.2013 (1ª série) e 01.06.2013 (2ª série)	Penhor dos direitos creditórios

[21] O montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

d) Variação dos indexadores

	(%)		
Indexador	**31.12.2010**	**31.12.2009**	**01.01.2009**
TJLP	6,00	6,12	6,25
IGP-M	10,56	(1,71)	9,81
CDI	9,71	9,84	12,35
IPCA	5,25	3,93	5,89

e) Vencimentos das debêntures apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	**Consolidado**
2012	235.234	243.424
2013	229.151	237.341
2014	220.877	220.877
2015	80.702	80.702
	765.964	**782.344**

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seus contratos de debêntures:

Dívida	***Covenants***
Tractebel Energia:	
1ª e 2ª emissões	EBITDA [22] /despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida consolidada/EBITDA ≤ 2,5
3ª e 4ª emissões	EBITDA /despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida consolidada/EBITDA ≤ 3,5
Cana Brava (Série única)	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 30%
Itasa - 1ª e 2ª séries	Patrimônio líquido / ativo total ≥ 40%

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

21– IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora			**Consolidado**		
	31.12.2010	**31.12.2009**	**01.01.2009**	**31.12.2010**	**31.12.2009**	**01.01.2009**
Imposto de renda	305.174	272.187	259.647	307.026	274.642	262.753
Contribuição social	89.004	80.189	77.520	91.006	81.090	79.496
ICMS	10.461	6.823	15.567	32.225	30.090	33.456
PIS e Cofins	20.082	17.003	12.732	21.212	19.486	15.796
INSS	4.593	3.682	2.086	3.960	4.174	2.499
Outros	1.774	1.532	2.996	2.508	2.134	10.108
	431.088	**381.416**	**370.548**	**457.937**	**411.616**	**404.108**

A Companhia vem recolhendo o imposto de renda e a contribuição social mensalmente sobre a base de cálculo estimada, em consonância com a legislação em vigor.

[22]EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização, conforme definido no Contrato.

22– OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante						
Provisão para férias e encargos	13.918	13.030	12.594	14.679	13.555	13.039
Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial	30.031	23.424	21.552	30.031	23.424	21.552
Programa de demissão voluntária	6.808	3.703	1.676	6.808	3.703	1.676
Outras	3.327	551	737	3.363	551	1.492
	54.084	**40.708**	**36.559**	**54.881**	**41.233**	**37.759**

Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável, de periodicidade anual, que consistem em dois programas:

- Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR): aplicável a todos os empregados da Companhia, atrelado aos resultados auferidos;
- Programa de Bônus Gerencial (PBG): aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial, atrelados aos resultados das suas áreas e desempenho individual.

Programa de Demissão Voluntária (PDV)

A Companhia implantou um PDV no ano de 2007 para todos os empregados da Companhia, tendo como público alvo e prioritário os aposentados ou os empregados em data próxima de aposentadoria. Os empregados que aderiram ao Plano farão jus a um benefício financeiro pago a título de indenização equivalente a 50% de uma remuneração por ano completo de trabalho na Companhia. Além disso, será concedido, por 12 (doze) meses, um Plano de Saúde com as mesmas coberturas básicas adotadas pela Companhia, extensivo aos dependentes dos beneficiários. A provisão para o PDV é constituída mensalmente entre a data de início da vigência do Plano, em maio de 2007, até data de desligamento, para os empregados que aderiram ao plano. O limite estabelecido no plano original para o desligamento foi até 30.04.2011.

23– OBRIGAÇÕES COM O PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante						
FNDCT	2.541	826	12.640	2.714	975	13.907
MME	1.270	413	6.320	1.356	559	6.953
Projetos	8.184	41.822	36.077	10.921	46.578	39.410
	11.995	**43.061**	**55.037**	**14.991**	**48.112**	**60.270**
Não circulante						
Projetos	**40.622**	**-**	**-**	**41.260**	**-**	**-**

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% para o Ministério das Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Em 31.12.2010 a Companhia e suas controladas tinham R$ 52.181 para serem investidos em projetos próprios, dos quais R$ 15.873 encontram-se comprometidos com projetos em andamento e o restante ainda não estavam vinculados a projetos na Aneel.

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Tractebel Energia visa à inovação tecnológica no setor energético e a capacitação técnico-científica de pesquisadores brasileiros, abrangendo temas de investimento, tais como: fontes alternativas de geração de energia elétrica, gestão de bacias e reservatórios, meio ambiente, manutenção e eficiência energética, entre outros.

24 - PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia possui notificações tributárias e cíveis que estão sendo impugnadas administrativamente, bem como processos judiciais que tramitam em diversas instâncias, algumas das quais, na avaliação dos consultores jurídicos se revestem de riscos prováveis. Todos esses processos estão provisionados por valores julgados suficientes para a cobertura dos desembolsos futuros necessários para a liquidação dos passivos.

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Riscos tributários prováveis						
INSS	29.827	27.461	29.358	29.827	27.461	29.358
Contribuição Social	602	107	15.152	602	107	15.152
Outros	1.831	-	-	1.831	-	-
	32.260	**27.568**	**44.510**	**32.260**	**27.568**	**44.510**
Riscos cíveis prováveis						
Contratos com fornecedores	22.288	22.179	18.931	22.288	22.179	18.931
Benefício de aposentadoria	26.844	23.895	5.122	26.844	23.895	5.122
Doença ocupacional e acidente do trabalho	6.536	13.146	12.298	6.536	13.146	12.298
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)	37.412	-	-	37.412	26.239	16.940
Ambientais	6.317	3.823	3.472	6.317	3.823	3.472
Ações diversas	6.495	2.763	5.057	9.046	7.189	10.268
	105.892	**65.806**	**44.880**	**108.443**	**96.471**	**67.031**
Riscos trabalhistas prováveis	**13.579**	**16.056**	**21.399**	**13.579**	**16.056**	**21.399**
Total das provisões para riscos prováveis	**151.731**	**109.430**	**110.789**	**154.282**	**140.095**	**132.940**
Classificação no balanço						
Passivo circulante	10.720	12.580	10.140	10.866	12.677	10.262
Passivo não circulante	141.011	96.850	100.649	143.416	127.418	122.678
	151.731	**109.430**	**110.789**	**154.282**	**140.095**	**132.940**

Riscos tributários prováveis

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Os principais riscos relativos ao INSS são os seguintes:

a) Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na notificação para as mencionadas competências, e que somente pode ser cobrado o adicional de contribuição caso o empregado tenha direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência. O Conselho de Recursos da Previdência Social julgou improcedente nosso Recurso. A Companhia decidiu interpor medida judicial visando a discussão de mérito, depositando em juízo, no mês de outubro de 2010, o montante de R$ 11.946. O saldo em 31.12.2010 é de R$ 16.478 (R$ 15.039 em 31.12.2009 e R$ 18.111 em 01.01.2009).

b) Notificação do INSS em função de pressuposta falta de recolhimento dos encargos previdenciários sobre verbas remuneratórias creditadas a empregados. O objeto da notificação foi contestado pela Companhia, sob a alegação de que as importâncias pagas em decorrência dos acordos coletivos de trabalho tinham natureza indenizatória. A Companhia obteve êxito no julgamento de primeira instância, onde foi declarada nula a NFLD e o INSS foi condenado a restituir os depósitos convertidos em renda. Devido à interposição de recurso, por parte da Fazenda Nacional, a ação judicial encontra-se aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A provisão em 31.12.2010 é de R$ 10.044 (R$ 9.168 em 31.12.2009 e R$ 8.308 em 01.01.2009).

Riscos cíveis prováveis

Contratos com fornecedores

A principal contingência refere-se, basicamente, à ação ordinária de indenização ajuizada pela Companhia de Interconexão Energética (Cien), a qual requer o reconhecimento do direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual pela Tractebel Energia. Após a apresentação das contestações pela Companhia, o processo se encontra suspenso, a pedido da Cien, desde 23.04.2007. Em 12.05.2010, foi proferido despacho referente à interposição de Agravo de Instrumento perante o TRF da 4ª Região que ainda não teve seu pedido de efeito suspensivo apreciado. Desta forma, o juiz da 1ª instância determinou que se aguardasse eventual decisão sobre o efeito suspensivo para dar andamento ao processo. Desde então, aguarda-se decisão sobre o pedido de efeito suspensivo formulado nos autos do Agravo de Instrumento, com relação ao ingresso da Aneel na lide como litisconsorte passiva necessária. O valor provisionado em 31.12.2010 é de R$ 17.959 (R$ 16.279 em 31.12.2009 e R$ 15.045 em 01.01.2009).

Benefício de aposentadoria

Refere-se, substancialmente, à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por meio da qual requerem os participantes da ELOS a declaração de nulidade da limitação ao salário de contribuição ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções feitas pelos autores que limitavam o salário de sua contribuição. A Companhia figura como assistente das rés, em razão da cisão parcial da Eletrosul, com a criação da Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul), denominação anterior da Tractebel Energia. A decisão de primeiro grau, confirmada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em Acórdão que aguarda julgamento de embargos, é contrária aos interesses da ELOS e Eletrosul. Atualmente, as partes estão buscando a realização de acordo. O valor provisionado em 31.12.2010 é de R$ 26.557 (R$ 23.895 em 31.12.2009 e R$ 5.122 em 01.01.2009).

Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva. As previsões iniciais de condenação não se confirmaram e o resultado dessas ações tem sido amplamente favorável à Companhia. A provisão é constituída para cada causa considerando o provável desembolso futuro que a Companhia espera ter para encerrar a ação por acordo ou condenação.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

Refere-se à ação ajuizada pela controlada indireta Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA), incorporada pela Companhia em dezembro de 2010, visando reduzir o valor a recolher da TUST ao montante equivalente ao cobrado da UHE Itiquira. De junho de 2006 a janeiro de 2007 a PPESA passou a recolher a TUST de forma reduzida e a provisionar e depositar judicialmente a diferença entre o valor cobrado e o pago. A partir de fevereiro de 2007, a PPESA substituiu os depósitos judiciais por uma carta de fiança bancária. A fim de reduzir o custo da fiança contratada, a Companhia vinculou aplicações financeiras à referida fiança.

Ambientais

A Companhia tem provisionado o valor de R$ 6.317 (R$ 3.823 em 31.12.2009), relativo a quatro processos ambientais, cujos objetos versam em três ações sobre o reflorestamento de áreas de preservação permanente (APP) ao redor do reservatório da Usina Salto Santiago e em um processo a respeito de supostos danos causados em decorrência do enchimento do reservatório da Usina Cana Brava. As ações estão seguindo seus trâmites normais na justiça.

Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações cominatórias pleiteando reassentamento rural ou emissão de carta de crédito e ações indenizatórias impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas.

Riscos trabalhistas prováveis

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicato e por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, aos pedidos de vínculo empregatício e de reintegração. As demais ações trabalhistas estão relacionadas à cobrança de adicional de periculosidade, horas extras, equiparação salarial, horas *in itinere* e FGTS.

b) Movimentação dos riscos prováveis

	Controladora			
	Tributários	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 01.01.2009	**44.510**	**44.880**	**21.399**	**110.789**
Adições	181	17.358	2.453	19.992
Atualizações	3.224	4.921	1.976	10.121
Pagamentos	(4.978)	(231)	(4.314)	(9.523)
Reversões	(15.369)	(1.122)	(5.458)	(21.949)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**65.806**	**16.056**	**109.430**
Adições	-	3.185	3.370	6.555
Atualizações	2.650	7.116	2.115	11.881
Pagamentos	(31)	(1.522)	(3.123)	(4.676)
Incorporação PPESA	2.315	40.113	-	42.428
Reversões	(242)	(8.806)	(4.839)	(13.887)
Saldo em 31.12.2010	**32.260**	**105.892**	**13.579**	**151.731**

	Consolidado			
	Tributários	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 01.01.2009	**44.510**	**67.031**	**21.399**	**132.940**
Adições	181	24.546	2.453	27.180
Atualizações	3.224	7.304	1.976	12.504
Pagamentos	(4.978)	(1.247)	(4.314)	(10.539)
Reversões	(15.369)	(1.163)	(5.458)	(21.990)
Saldo em 31.12.2009	**27.568**	**96.471**	**16.056**	**140.095**
Adições	2.315	10.820	3.370	16.505
Atualizações	2.650	11.480	2.115	16.245
Pagamentos	(31)	(1.522)	(3.123)	(4.676)
Reversões	(242)	(8.806)	(4.839)	(13.887)
Saldo em 31.12.2010	**32.260**	**108.443**	**13.579**	**154.282**

c) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte, também, em outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, não apresentam risco provável de desembolso futuro e, portanto, não foram provisionadas, sendo apenas evidenciadas nas notas explicativas. Os valores envolvidos estão abaixo discriminados:

	Controladora								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	408.986	478.882	887.868	424.060	169.834	593.894	359.909	28.165	388.074
Cíveis	14.459	466	14.925	23.200	9.785	32.985	26.459	10.600	37.059
Trabalhistas	8.288	20.331	28.619	8.944	15.621	24.565	11.962	11.774	23.736
	431.733	**499.679**	**931.412**	**456.204**	**195.240**	**651.444**	**398.330**	**50.539**	**448.869**

	Consolidado								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Tributárias	435.710	478.882	914.592	424.164	169.834	593.998	360.004	28.165	388.169
Cíveis	17.205	485	17.690	38.670	9.793	48.463	41.431	11.356	52.787
Trabalhistas	8.288	20.331	28.619	8.944	15.621	24.565	11.962	11.774	23.736
	461.203	**499.698**	**960.901**	**471.778**	**195.248**	**667.026**	**413.397**	**51.295**	**464.692**

Riscos tributários possíveis

Os principais objetos relativos aos passivos avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco possível são os seguintes:

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido

As principais autuações avaliadas como risco possível decorrem de Autos de Infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal, em decorrência de:

- Denúncia espontânea

A Companhia fez compensações de débitos de imposto de renda e contribuição social, em denúncia espontânea, através do Pedido de Ressarcimento ou Restituição via Declaração de Compensação (PER/DCOMP), sem a incidência de multas. Desta forma, a Receita Federal homologou parcialmente os pedidos de compensação e a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, as quais se encontram pendentes de julgamento. A Companhia defende que não se pode cogitar que a administração tributária possa impetrar multa contra a Companhia que possuía créditos fiscais a compensar e que declarou os seus débitos através de denúncia espontânea. O montante atualizado da autuação em 31.12.2010, na controladora e no consolidado, é de R$ 47.946 (R$ 43.761 em 31.12.2009 e R$ 39.654 em 01.01.2009).

- Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC).

Em 30.12.2010 a Receita Federal expediu auto de infração no valor de R$ 322.652, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

O Decreto-Lei nº 1.506, de 23.12.1976, instituiu importante benefício fiscal ao setor elétrico brasileiro, isentando a RIC da incidência do imposto de renda.

Assim, as imobilizações em curso realizadas com capital próprio ou empréstimos passaram a incidir juros de até 10% ao ano, acrescidos ao ativo diferido vinculado às respectivas obras em andamento, cuja contrapartida era registrada no resultado do período e constituía receita isenta de imposto de renda.

Em 12.12.1985 o então Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) expediu a Portaria nº 250/1985, com o objetivo de alterar a contabilização até então adotada e a remuneração das imobilizações em curso (juros de até 10% a.a.), objeto de benefício da isenção do imposto de renda, por força do Decreto-lei nº 1.506/1976, passou a receber duas classificações contábeis distintas: a) a parcela das obras realizada com capital próprio passou a ser lançada no patrimônio líquido e, portanto, sem efeito no resultado do período; e b) a parcela das obras realizada com empréstimos passou a ser lançada a crédito do ativo diferido para posterior amortização no resultado, concomitantemente com os valores contratuais lançados a débito, também, do ativo diferido. Com este procedimento, a receita isenta que anteriormente era contabilizada no resultado no momento de sua apuração, passou a ser diferida com reconhecimento no resultado sob a forma de amortização credora, após a entrada em operação do ativo em construção que lhe deu origem ou, eventualmente, pela baixa do respectivo bem, sendo excluída para fins de apuração do lucro real.

A isenção garantida pelo mencionado Decreto-lei vigorou para os valores calculados e contabilizado até 31.12.1998, tendo sido revogada pela Lei nº 9.718, de 27.11.1998, o que levou a Companhia a suspender seu cálculo e contabilização a partir de 01.01.1996.

Desta forma, os valores de RIC que estão sendo glosados pela autoridade fiscal foram calculados e contabilizados ao amparo do referido Decreto-lei e, portanto, beneficiados pela isenção do imposto de renda.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os argumentos utilizados para impugnar o lançamento do crédito fiscal propiciam uma expectativa otimista de êxito ao final da demanda.

- Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em 11.06.2008 a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente parte de Auto de Infração emitido pela Receita Federal do Brasil, em virtude da utilização de base negativa de CSLL no ano calendário de 2003, originada de operação de incorporação. No mesmo Auto de Infração, o fisco exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia, sem a incidência de Multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da Denúncia Espontânea prevista no artigo 138 do Código Tributário Nacional (CTN).

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998, e foram utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposto pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito, porquanto os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento.

No que respeita à quitação de tributos vencidos, sem a incidência de multa, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, com a utilização de créditos tributários, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da Denúncia Espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no 1ª Conselho, 7ª Câmara com Recurso de Oficio ao CARF, por parte da Receita Federal do Brasil, e com Recurso Voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado da autuação, em 31.12.2010, na controladora e no consolidado, é de R$ 23.928 (R$ 21.839 em 31.12.2009 e R$ 19.791 em 01.01.2009).

- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)

Auto de infração referente a notificações de cobrança de contribuição previdenciária sobre parcelas indenizatórias. A Companhia foi absolvida parcialmente na esfera administrativa e ingressou com medida judicial, tendo obtido êxito em primeiro grau. Atualmente, aguarda julgamento de apelação do INSS. O valor atualizado da autuação em 31.12.2010 é de R$ 4.283 (R$ 3.910 em 31.12.2009 e R$ 3.186 em 01.01.2009).

- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de São Paulo

A Companhia e sua controlada Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC) foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao fato gerador. Pelo entendimento do fisco, esta prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora onde o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, entidade responsável pelos ajustes desta medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir desta data que é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

O referido auto de infração, no montante de R$ 26.510 na Tractebel Energia e de R$ 9.210 na TBLC, está sendo contestado pela Companhia que juntamente com seus advogados entendem que os referidos autos de infração não devem prosperar, motivo pelo qual entendem que a chance de êxito é superior ao risco de perda.

Ainda que se mantenham ou autos de infração, a Administração da Companhia e seus consultores legais entendem que o valor efetivamente devido seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal.

Riscos tributários remotos

Os principais passivos avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como de risco remoto são os que sequem:

- Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida lei, logrando êxito na demanda, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

A principal receita computada no cálculo do valor a compensar diz respeito à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção da Conta de Consumo de Combustível (CCC)".

Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982, já incluídos os juros e multas, referente ao período de abril de 2004 a janeiro de 2007, alegando que a "subvenção CCC" representa faturamento e, portanto, era devida a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período acima mencionado. O valor total da notificação atualizado em 31.12.2010 é de R$ 157.529 (R$ 141.612 em 31.12.2009).

Ocorre que, na avaliação dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da RFB não procedem e podem ser facilmente contestados, porquanto o conceito atribuído à sistemática da "subvenção CCC", para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica, não era compatível com a natureza jurídica de receita. Desta forma, a Companhia efetuou a manifestação de inconformidade da intimação na esfera administrativa e, se necessário fará, na esfera judicial. Mesmo que a "subvenção CCC" tivesse a natureza de receita, que não tem, não representaria "faturamento" que era a única receita passível de tributação pelo PIS e pela Cofins.

De fato, até 2005 o combustível adquirido com recursos da CCC/CDE era contabilizado por ocasião de seu consumo nas usinas como "custo de operação" em contrapartida com uma receita de "subvenção".

A Aneel alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica para modificar o conceito que vinha sendo utilizado inadequadamente e, a partir de 2006, o lançamento contábil passou a ser "custo de operação" em contrapartida de uma conta retificadora para neutralizar o resultado. Esta alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em face da síntese acima apresentada, é entendimento da Administração de que o risco de perda no processo é remoto. O processo encontra-se aguardando julgamento da Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Florianópolis, na 4ª Turma.

- PIS e Cofins – Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal 658/2006

A Companhia, em julho de 2005, impetrou Mandado de Segurança contra o Delegado da Receita Federal, por entender que a Instrução Normativa SRF nº 468/2004 invadiu a competência do Poder Legislativo ao dar novo conceito ao termo "preço predeterminado", previsto no art. 10 da Lei nº 10.833/2003. A Companhia alegou que a acepção do referido termo já está consagrada no Sistema Tributário Nacional e vem sendo usado desde o Decreto-Lei nº 1.598/1977, o que implicava ser a referida Instrução Normativa ilegal.

Posteriormente, a Lei nº 11.196/2005, em seu artigo 109, autorizou a manutenção da condição de preço predeterminado para os contratos com cláusulas de reajuste de preço que reflitam o custo de produção ou o custo dos insumos utilizados.

Em face do advento da referida lei, em julho de 2006 foi publicada a IN nº 658/2006, que expressamente revogou a IN nº 468/2004, incorporando a idéia de que a existência de cláusula de reajuste de preço com base em índices que reflitam o custo de produção ou o custo dos insumos utilizados não altera a predeterminação do preço dos contratos.

Em outubro de 2006 foi emitido acórdão do TRF da 4ª Região, dando integral provimento ao recurso de apelação, assegurando, à Companhia, o direito de recolher as contribuições do PIS/Pasep e da Cofins segundo o regime de tributação cumulativa, tal como previsto pelo art. 10, XI, b da Lei nº 10.833/2003, e sem as restrições ilegais e inconstitucionais da IN nº 468/2004.

Diante das alterações trazidas pela Lei nº 11.196/2005 e pela IN nº 658/2006, e tendo em vista que elas não foram levadas em consideração pelo acórdão do TRF da 4ª Região, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração, com o objetivo de que o Tribunal conhecesse desta nova legislação, evitando, assim, o ajuizamento de nova medida judicial apenas para essa finalidade.

No entanto, o Tribunal não conheceu estas alterações legislativas, sob o argumento de que não seria possível aplicar ao processo a nova legislação, já que ela não era vigente na época da propositura do mandado de segurança.

Exclusivamente em razão desta decisão, a Companhia apresentou recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça, que pende de julgamento.

A União Federal, por sua vez, interpôs recurso especial em face do acórdão, pleiteando sua reforma no tocante ao reconhecimento da ilegalidade da IN nº 468/2004 pelo TRF da 4ª Região. O recurso especial da União Federal não foi admitido, motivo pelo qual, em 12.04.2010, foi certificado formalmente o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo TRF, que garante o direito da Companhia de tributar as receitas provenientes dos contratos firmados anteriormente a 31.10.2003, conforme dispõe a Lei nº 10.833/03, pelo regime cumulativo das contribuições do PIS/Pasep e da Cofins, sem as limitações impostas pela IN nº 468/2004.

Assim, pende de decisão no STJ apenas o recurso especial interposto pela Companhia que tem o único propósito de afastar a norma superveniente contida na IN nº 658/2006, não havendo mais quaisquer discussões sobre os valores recolhidos indevidamente ou depositados judicialmente sob a égide da IN 468/2004, cuja decisão transitou em julgado.

Diante desses fatos, em junho de 2010, a Companhia reconheceu o ganho judicial no valor de R$ 45.803, referente ao montante recolhido indevidamente no período de novembro de 2004 a maio de 2005, efetuando o Pedido de Habilitação de Credito Reconhecido por Decisão Judicial Transitada em Julgado.

Em julho de 2010 foi deferido o pedido de levantamento dos depósitos judiciais realizados sob a vigência da IN 468/04, isto é, os depósitos efetuados até o mês de competência de julho de 2006, e com a expedição do Alvará Judicial, foram efetuados os levantamentos parciais dos depósitos no valor de R$ 108.578.

O levantamento dos depósitos efetuados sob a égide da IN nº 658/2006, no valor de R$ 38.832, depende do julgamento do recurso especial no Superior Tribunal de Justiça e a contingência de risco remoto no período de vigência da referida IN nº 658, a partir de julho de 2006, é de R$ 312.933.

Riscos cíveis possíveis

As ações cíveis, de risco possível, correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

Riscos trabalhistas possíveis

Os riscos trabalhistas referem-se, principalmente, a ações movidas por ex-empregados requerendo o vínculo empregatício, a reintegração e a complementação de aposentadoria.

25 – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Usina Cana Brava	373.704	309.289	287.655	373.704	309.289	287.655
Usina Ponte de Pedra	347.321	-	-	347.321	289.335	271.371
Usina São Salvador	-	-	-	379.736	358.850	-
Usina Estreito	-	-	-	34.186	-	-
	721.025	**309.289**	**287.655**	**1.134.947**	**957.474**	**559.026**
Classificação no balanço						
Passivo circulante	2.499	1.857	1.873	42.297	37.419	2.343
Passivo não circulante	718.526	307.432	285.782	1.092.650	920.055	556.683
	721.025	**309.289**	**287.655**	**1.134.947**	**957.474**	**559.026**

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo (vide informações adicionais na Nota 16).

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para as concessões a pagar de Cana Brava, São Salvador e Estreito foi de 10% a.a. e para Ponte de Pedra de 8,28% a.a.

Durante a construção das Usinas a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Os valores originais contratados, atualizados monetariamente pela variação anual do IGP-M (Cana Brava, Ponte de Pedra e Estreito) e do IPCA (São Salvador), abaixo indicados, serão pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

Usinas / Anos de pagamento	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Usina Cana Brava				
De 01.01.2011 a 31.07.2023	680	8.557	1.985	24.977
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	178.875	1.788.751
		621.357		**1.813.728**
Usina Ponte de Pedra				
De 01.01.2011 a 30.09.2019	200	1.750	537	4.696
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	43.469	43.469
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	83.475	1.168.653
		453.481		**1.216.818**
Usina São Salvador				
De 01.01.2011 a 30.04.2037	20.000	**528.333**	38.914	**1.045.642**
Usina Estreito				
De 01.03.2011 a 31.12.2037	1.789	**47.992**	3.604	**96.715**

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01.01.2009	**1.873**	**285.782**	**287.655**	**2.343**	**556.683**	**559.026**
Aquisição de São Salvador	-	-	-	38.082	314.015	352.097
Transferências	1.848	(1.848)	-	11.633	(11.633)	-
Juros	-	28.258	28.258	-	64.728	64.728
Variações monetárias	-	(4.760)	(4.760)	-	(3.738)	(3.738)
Amortizações	(1.864)	-	(1.864)	(14.639)	-	(14.639)
Saldo em 31.12.2009	**1.857**	**307.432**	**309.289**	**37.419**	**920.055**	**957.474**
Aquisição de Estreito	-	-	-	2.831	31.355	34.186
Incorporação de Ponte de Pedra	514	346.807	347.321	-	-	-
Transferências	2.011	(2.011)	-	38.649	(38.649)	-
Juros	-	31.414	31.414	-	92.220	92.220
Variações monetárias	-	34.884	34.884	-	87.669	87.669
Amortizações	(1.883)	-	(1.883)	(36.602)	-	(36.602)
Saldo em 31.12.2010	**2.499**	**718.526**	**721.025**	**42.297**	**1.092.650**	**1.134.947**

b) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2012	2.460	39.781
2013	2.424	36.352
2014	2.390	33.234
2015	2.359	30.399
2016	2.330	27.815
2017 a 2019	12.119	75.492
2020 a 2037	694.444	849.577
	718.526	**1.092.650**

26– BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar plano de benefícios de previdência complementar para seus empregados. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar, pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras Companhias pertencentes ao Grupo GDF SUEZ no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são dos tipos Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões de empregados, e Contribuição Definida (CD).

A Companhia patrocina ainda a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) pela seguinte motivação. Anteriormente à constituição da PREVIG, o plano BD era administrado exclusivamente pela ELOS e patrocinado pela Tractebel Energia e Eletrosul, sem solidariedade entre as patrocinadoras. Em outubro de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou a rescisão do Convênio de Adesão com a ELOS e a total transferência de gerenciamento do plano de benefícios para a PREVIG. Apesar da citada rescisão, face liminares obtidas por entidades sindicais e pela Associação dos Aposentados da Eletrosul, os participantes que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, permaneceram no plano de benefícios ELOS sob a responsabilidade da Tractebel Energia. No dia 15.05.2007, a Companhia celebrou acordo com a ELOS, a Eletrosul, a PREVIG e a Associação de Aposentados da Eletrosul visando o restabelecimento da adesão da Tractebel Energia à ELOS, permitindo aos beneficiários optarem por permanecer na ELOS ou transferir-se para a PREVIG, em ambas as opções tendo a Companhia como patrocinadora do Plano.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Os benefícios previstos no plano BD são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;

- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão; e
- Auxílio funeral.

As despesas administrativas da ELOS são rateadas proporcionalmente ao patrimônio dos participantes de responsabilidade de cada patrocinadora. No ano de 2010, 50,7%das despesas administrativas foram pagas pela Tractebel Energia e o restante pela Eletrosul. O valor de responsabilidade da Companhia em 2010 foi de R$ 1.711 (R$ 1.938 em 2009).

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas ao plano BD, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciais. O valor destas despesas no exercício de 2010 foi de R$ 1.686 (R$ 1.374 em 2009).

a.1) Premissas atuariais

As premissas atuariais e hipóteses econômicas utilizadas na avaliação dos benefícios estão descritas a seguir:

Premissas	**31.12.2010**	**31.12.2009**	**01.01.2009**
Taxa de desconto (a.a.)	10,50%	10,50%	10,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos (a.a.)			
- Planos de benefícios BD (Elos) e BD (Previg)	10,50%	11,34%	10,50%
- Planos de benefícios CD (BSPS)	12,00%	11,34%	10,50%
Crescimento salarial futuro do participante ativo e autopatrocinado (a.a.)	4,50%	4,50%	5,00%
Crescimento dos benefícios da previdência social e do Plano patrocinado pela Cia (a.a.)	4,50%	4,50%	5,00%
Inflação	4,50%	4,50%	5,00%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100%	100%	100%

Hipóteses	**31.12.2010, 31.12.2009 e 01.01.2009**
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos
Fator de conversão do SB-40	140%
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em aposentadoria por tempo de serviço (SB-40), que optarão pela conversão	100%

a.2) Demonstrativo do passivo atuarial

O demonstrativo do passivo atuarial decorrente das obrigações de pagamento de benefícios pós-emprego reconhecido no balanço patrimonial da Companhia é o seguinte:

	Controladora e Consolidado						
	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos	Subtotal	Ganhos (perdas) não reconhecidos	Passivo reconhecido no balanço	Classificação no balanço	
						Circulante	Não circulante
Plano BD	1.256.417	(782.648)	**473.769**	-	**473.769**		
Plano BSPS[23]	50.809	(26.170)	**24.639**	-	**24.639**		
Benefício GC [24]	1.737	-	**1.737**	-	**1.737**		
Total em 01.01.2009	**1.308.963**	**(808.818)**	**500.145**	**-**	**500.145**	**21.642**	**478.503**
Plano BD	1.135.976	(839.357)	**296.619**	194.030	**490.649**		
Plano BSPS	47.652	(29.791)	**17.861**	7.218	**25.079**		
Benefício GC	1.795	-	**1.795**	(388)	**1.407**		
Total em 31.12.2009	**1.185.423**	**(869.148)**	**316.275**	**200.860**	**517.135**	**25.478**	**491.657**
Plano BD	1.195.993	(1.019.909)	**176.084**	231.914	**407.998**		
Plano BSPS	50.957	(36.477)	**14.480**	11.398	**25.878**		
Benefício GC	2.206	-	**2.206**	(691)	**1.515**		
Total em 31.12.2010	**1.249.156**	**(1.056.386)**	**192.770**	**242.621**	**435.391**	**25.939**	**409.452**

De acordo com as práticas contábeis anteriores, previstas na Instrução CVM 371/00, as perdas atuariais acumuladas que se situavam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos ("corredor") não vinham sendo reconhecidas no resultado da Companhia. As perdas excedentes ao limite do corredor vinham sendo reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício. Este procedimento não foi modificado pela nova prática contábil estabelecida no CPC 33. Entretanto, conforme isenção prevista no CPC 37 R1 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), a Companhia reconheceu, no seu balanço de abertura (01.01.2009), as perdas atuarias não registradas no passivo em contrapartida da conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido. A Companhia optou por manter a abordagem do corredor acima mencionado para o reconhecimento no seu resultado dos ganhos e perdas atuariais apurados a partir da data da primeira adoção.

[23] Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS)
[24] Gratificação de Confidencialidade (GC)

A Composição dos benefícios pós-emprego da Companhia em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas está apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado								
	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas e/ou reconhecidas									
Contrato de confissão de dívidas passadas	20.111	111.981	132.092	19.722	100.289	120.011	17.756	112.861	130.617
Passivo atuarial não contratado									
Cobertura dos custos relativos à SB-40[25] e contribuições correntes	2.185	2.607	4.792	2.133	3.124	5.257	1.912	2.226	4.138
Déficit atuarial e GC	3.643	237.463	241.106	3.623	255.539	259.162	1.974	206.713	208.687
Ganhos atuariais	-	57.401	57.401	-	132.705	132.705	-	156.703	156.703
Passivo atuarial registrado	**25.939**	**409.452**	**435.391**	**25.478**	**491.657**	**517.135**	**21.642**	**478.503**	**500.145**

O passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial está parcialmente coberto por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre as mesmas incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
2012	14.836	2.073	16.909
2013	15.748	2.198	17.946
2014	16.715	1.784	18.499
2015	2.771	1.610	4.381
2016	2.937	1.707	4.644
2017 a 2029	36.902	12.700	49.602
	89.909	**22.072**	**111.981**

[25] SB-40 – Conversão de aposentadoria especial em aposentadoria.

A movimentação dos benefícios pós-emprego está resumida a seguir:

	Plano BD	Plano CD	GC	Total
Passivo em 01.01.2009	**473.769**	**24.639**	**1.737**	**500.145**
Despesas do exercício de 2009	45.739	2.321	201	48.261
Contribuições	(28.860)	(1.880)	-	(30.740)
Benefícios pagos	-	-	(531)	(531)
Passivo em 31.12.2009	**490.648**	**25.080**	**1.407**	**517.135**
Despesas do exercício de 2010	22.910	1.904	308	25.122
Contribuições	(30.951)	(491)	-	(31.442)
Benefícios pagos	-	-	(120)	(120)
Ganho atuarial	(74.609)	(615)	(80)	(75.304)
Passivo em 31.12.2010	**407.998**	**25.878**	**1.515**	**435.391**

O ganho líquido a ser reconhecido mensalmente no resultado ao longo do ano de 2011, relativamente ao plano de Benefícios Definidos e Gratificação de Confidencialidade, são os seguintes:

	Plano BD	Plano CD	GC	Total
Custo dos juros	(120.651)	(3.852)	(191)	(124.694)
Custo do serviço corrente	(79)	-	(67)	(146)
Rendimento esperado dos ativos do plano	103.844	2.685	-	106.529
Amortização dos ganhos atuariais	80.998	924	(40)	81.882
Ganho líquido	**64.112**	**(243)**	**(298)**	**63.571**

Os ativos do plano estão aplicados, substancialmente, em renda fixa (85,8%) e variável (10,6%). Outras modalidades de investimentos representam 3,6% dos ativos. A Receita financeira em 2010 correspondeu a 30,2% dos ativos financeiros dos Planos. Os ativos de renda fixa são compostos predominantemente por Títulos Públicos Federais. O rendimento dos ativos previstos para o ano de 2011 é de 10,6%.

a.3) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de Benefício Definido (BD), a PREVIG administra o plano tipo Contribuição Definida (CD). Neste plano, o custeio do plano de benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição básica da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no exercício de 2010 foram de R$ 2.474 (R$ 2.196 em 2009).

a.4) Benefício de Gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração ao empregado da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

27 – PASSIVO FISCAL DIFERIDO

	Controladora					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total	Total
Provisão para venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535	36.535
Valor justo do ativo imobilizado	1.125.206	281.302	101.269	382.571	412.792	442.544
Valor justo da concessão a pagar	52.372	11.026	4.713	15.739	-	-
	1.285.034	**319.192**	**115.653**	**434.845**	**449.327**	**479.079**

	Consolidado					
	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total	Total
Provisão de venda de energia	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535	36.535
Valor justo do ativo imobilizado	1.125.206	281.302	101.269	382.571	412.792	442.544
Valor justo da concessão a pagar	52.372	11.026	4.713	15.739	9.011	-
Depreciação acelerada incentivada	31.900	7.975	2.871	10.846	-	-
Outros	-	-	-	-	1.600	1.600
	1.316.934	**327.167**	**118.524**	**445.691**	**459.938**	**480.679**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre as seguintes transações:

A provisão de venda de energia é decorrente das transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. Considerando que o valor da receita está sendo contestado judicialmente por agentes que discordam da interpretação adotada pelo MAE na aplicação de determinadas regras de contabilização, segundo o disposto em Despacho da Aneel, eventual êxito dos agentes impetrantes caracterizará a inexistência da receita e do respectivo ativo. Por essa razão, a receita está sendo tratada como provisão e considerada diferença temporária para fins fiscais. A Companhia constituiu ainda provisão para perda no recebimento de contas a receber relativo a esta receita e, consequentemente, reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esta provisão.

O ajuste ao valor justo do ativo imobilizado corresponde à diferença entre o valor de livros e o de avaliação, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Ativo imobilizado), em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10. Vide mais informações sobre o referido ajuste na Nota 2.

O ajuste ao valor justo da concessão a pagar decorre da aplicação do CPC 15 - Combinação de negócios na aquisição de controlada.

A depreciação acelerada incentivada corresponde a aceleração da depreciação de determinados custos de construção e aquisição de ativos de certas usinas da Companhia, conforme previsto na legislação fiscal.

A realização do passivo fiscal diferido foi estimada conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
2011	30.557	30.557
2012	32.223	32.223
2013	28.646	28.646
2014	22.418	22.418
2015	20.713	20.713
2016 a 2018	95.272	95.272
2019 em diante	205.016	215.862
	434.845	**445.691**

28 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. A Companhia não possui ações em tesouraria.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2010, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.12.2010, é de R$ 7,77 (R$ 6,82 e R$ 5,98 por ação em 31.12.2009 e 01.01.2009, respectivamente).

O quadro societário da Companhia em 31.12.2010 e 31.12.2009 está assim constituído:

Acionistas	% do Capital
GSELA	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

A quantidade de ações da Companhia em circulação está demonstrada no quadro abaixo:

	Ações da Companhia	Ações do Controlador e Administradores	Ações em circulação
Saldo em 01.01.2009	**652.742.192**	**448.808.713**	**203.933.479**
Resgate de aluguel de ações de Administradores	-	69.050	(69.050)
Aquisição de novas ações por Administradores	-	10.000	(10.000)
Saldo em 31.12.2009	**652.742.192**	**448.887.763**	**203.854.429**
Aluguel de ações de Administradores	-	(241.650)	241.650
Aquisição de novas ações por Administradores	-	6.000	(6.000)
Ações de Conselheiros eleito em 23.04.2010	-	100	(100)
Saldo em 31.12.2010	**652.742.192**	**448.652.213**	**204.089.979**

c) Reserva de Capital

Refere-se à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante o período de 01.01.1986 a 31.12.1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Esta reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, e para incorporação ao capital social.

d) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. A referida reserva somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. A reserva legal constituída no exercício de 2009 não foi alterada em decorrência dos ajustes relativos à primeira adoção dos CPC.

e) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia, com base em orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária, está propondo a constituição de reserva de retenção de lucros e de créditos nos lucros acumulados no valor total de R$ 543.756, sem prejuízo à distribuição de dividendos. Este orçamento de capital prevê investimentos principalmente na implantação da Usina Estreito, na manutenção do parque produtivo, e na aquisição de participação na Usina Jirau. A reserva de retenção de lucros reconhecida no ano de 2009 também não foi modificada em razão da primeira adoção dos CPC.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (01.01.2009). A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

29 – DIVIDENDOS

	31.12.2010	31.12.2009 (após ajustes CPC)	31.12.2009 (antes dos ajustes CPC)
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios			
Lucro líquido do exercício	1.211.649	1.090.867	1.134.398
Constituição da reserva legal (5%)	(60.582)	(54.543)	(56.720)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	**1.151.067**	**1.036.324**	**1.077.678**
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**345.320**	**310.897**	**323.303**
b) Base de cálculo dos dividendos ajustada			
Lucro líquido do exercício	1.211.649	1.090.867	1.134.398
Constituição da reserva legal (5%)	(60.582)	(54.543)	(56.720)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	56.879	55.970	-
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**1.207.946**	**1.092.294**	**1.077.678**
c) Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos			
Dividendos intercalares pagos	286.100	348.006	348.006
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	188.011	166.019	166.019
Dividendos adicionais propostos	158.270	81.913	81.913
Subtotal	632.381	595.938	595.938
IRRF dos juros sobre o capital próprio	31.989	27.981	27.981
Total	**664.370**	**623.919**	**623.919**
Dividendos/juros sobre o capital próprio, antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária **(em R$ 1,00)**:	1,0178134249	0,9558426155	0,9558426155

A política de dividendos da Tractebel Energia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76 e, além disso, estabelece a intenção de pagar em cada ano calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

Em 05.11.2010 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 220.000, correspondentes a R$ 0,3370396501 por ação, com base na posição acionária de 18.11.2009 e com data de pagamento a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia.Os valores acima mencionados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, estão sendo imputados aos dividendos referentes ao exercício de 2010.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados em despesas financeiras e revertidos nessa mesma rubrica, não sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício, em virtude dos mesmos não produzirem efeitos no lucro operacional, mas tão-somente nas linhas do imposto de renda e da contribuição social.

Em 04.02.2011 o Conselho de Administração aprovou a proposta de pagamento de dividendos adicionais, no valor de R$ 158.270 (R$ 0,2424687839 por ação), referentes ao exercício de 2010. De acordo com as novas práticas contábeis estabelecidas na Interpretação Técnica ICPC 08 (Contabilização da proposta de pagamento de dividendos) o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral, devem ser apresentados e destacados no patrimônio líquido. Estes dividendos excedem o mínino obrigatório e, portanto, foram apresentados em conta do patrimônio líquido denominada ”Dividendos adicionais propostos”.

30 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora					
	31.12.2010					31.12.2009
	Custos		Despesas			
	Energia vendida	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	123.535	12.383	9.323	44.132	189.373	167.730
Administradores	-	-	-	15.288	15.288	12.059
Material	20.468	369	53	1.249	22.139	21.453
Serviço de terceiro	70.082	4.141	3.796	36.747	114.766	97.420
Combustível para geração	50.263	-	-	-	50.263	32.547
Royalties [26]	111.268	-	-	-	111.268	77.276
Depreciação e amortização	307.529	-	-	6.665	314.194	304.675
Seguros	7.198	458	-	367	8.023	8.302
Taxa de fiscalização	9.379	-	-	-	9.379	8.654
Contribuições e doações	1.196	-	-	12.037	13.233	10.381
Contribuições setoriais	-	-	-	3.240	3.240	2.640
Aluguéis	4.919	290	215	4.072	9.496	10.236
Outros	4.007	72	3	17.926	22.008	19.287
	709.844	**17.713**	**13.390**	**141.723**	**882.670**	**772.660**

	Consolidado					
	31.12.2010					31.12.2009
	Custos		Despesas			
	Energia vendida	Serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	124.301	12.383	9.323	45.159	191.166	170.056
Administradores	-	-	-	16.001	16.001	12.636
Material	24.093	369	53	1.276	25.791	23.300
Serviço de terceiro	95.592	4.141	4.028	39.359	143.120	119.222
Combustível para geração	61.062	-	-	-	61.062	37.582
Royalties	133.548	-	-	-	133.548	91.900
Depreciação e amortização	447.213	-	-	14.112	461.325	424.714
Seguros	9.460	458	-	367	10.285	9.754
Taxa de fiscalização	11.250	-	-	-	11.250	9.892
Contribuições e doações	2.098	-	-	12.074	14.172	10.703
Contribuições setoriais	-	-	732	2.925	3.657	3.803
Aluguéis	7.244	290	222	4.226	11.982	11.686
Outros	5.284	72	5	24.436	29.797	21.541
	921.145	**17.713**	**14.363**	**159.935**	**1.113.156**	**946.789**

[26] Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (Royalties)

31 – GANHO EM AÇÕES JUDICIAIS

Conforme mencionado na Nota 24, no ano de 2010 a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 45.803, em razão do trânsito em julgado de ação judicial que pleiteou o direito de incidir o PIS e Cofins pelo regime cumulativo sobre as receitas decorrentes de contratos assinados anteriormente à alteração da legislação para o regime não cumulativo. Já no exercício de 2009, a Companhia registrou ganho não recorrente de R$ 8.392 em conseqüência de acordo judicial decorrente da rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João.

32– REVERSÃO (CONSTITUIÇÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Benefícios pós-emprego	77.901	4.943	77.901	4.943
Riscos tributários	(1.652)	11.938	(3.967)	11.938
Riscos cíveis	28	(20.926)	(11.812)	(29.027)
Riscos trabalhistas	2.476	5.343	2.476	5.343
Outras	1.921	504	1.921	(93)
	80.674	**1.802**	**66.519**	**(6.896)**

O ganho na rubrica "Benefícios pós-emprego"em 2010 corresponde ao reconhecimento do ganho atuarial de acordo com as regras estabelecidas no CPC 33 (Benefícios pós-emprego), conforme explicado de forma mais ampla na Nota 2.

33 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	66.024	38.057	92.056	53.587
Juros sobre valores a receber	8.682	9.285	10.768	10.646
Variação monetária sobre depósitos judiciais	13.364	15.180	13.364	15.190
Variação monetária sobre outros valores a receber	13.079	7.246	14.439	7.460
	101.149	**69.768**	**130.627**	**86.883**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	180.674	163.962	282.352	243.760
Remuneração de garantias depositadas (STN)	(3.947)	9.794	(3.947)	9.794
Encargos sobre concessões a pagar	31.414	28.258	92.220	64.728
Encargos sobre passivo atuarial	24.623	47.797	24.623	47.797
Encargos sobre tributos	20.656	6.279	21.082	6.588
Variação monetária sobre dívidas	39.381	14.132	42.729	13.454
Variação monetária sobre concessões a pagar	34.884	(4.760)	87.669	(3.738)
Variação monetária outras	12.023	4.364	12.023	4.372
Variação cambial sobre dívidas	(15.330)	(77.682)	(15.330)	(77.682)
Outras despesas financeiras	13.397	13.454	16.048	17.599
	337.775	**205.598**	**559.469**	**326.672**
Despesas financeiras, líquidas	**236.626**	**135.830**	**428.842**	**239.789**

34 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Categoria de instrumentos financeiros

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativos financeiros:						
Recebíveis e empréstimos:						
Caixa e depósitos bancários a vista	1.710	7.501	8.761	8.882	42.522	25.389
Contas a receber de clientes	446.165	354.676	371.041	531.106	435.292	387.579
Dividendos de controladas	6.525	12.347	9.000	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	69.665	31.491	-	132.797	97.249	26.576
Alienação de ativos	86.886	86.886	85.917	86.886	86.886	85.917
Depósitos judiciais	131.315	193.482	189.043	133.464	217.309	207.933
Créditos com controladas	6.765	35.654	6.300	-	-	-
Ativo mantido para venda	23.856	-	-	23.057	-	-
	772.887	**722.037**	**670.062**	**916.192**	**879.258**	**733.394**
Valor justo por meio do resultado:						
Mantido para negociação:						
Equivalentes de caixa	794.407	1.086.338	309.859	1.073.698	1.212.118	394.616
Passivos financeiros:						
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado::						
Fornecedores	174.086	171.019	149.029	268.851	246.117	212.367
Empréstimos, financiamentos e	1.924.136	2.039.283	1.598.977	4.443.920	3.414.642	2.978.573
Concessões a pagar	721.025	309.289	287.655	1.134.947	957.474	559.026
	2.819.247	**2.519.591**	**2.035.661**	**5.847.718**	**4.618.233**	**3.749.966**

O equivalente de caixa corresponde substancialmente às aplicações financeiras mantidas no Fundo de investimento Exclusivo. O valor justo deste instrumento está avaliado pelos preços cotados dos títulos públicos que compõem o Fundo em mercado ativo (nível 1).

b) Gestão de risco

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco abaixo descritos. Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Tractebel Energia criou o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe promover internamente a conscientização do tratamento do risco, definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento, promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação, classificá-los e definir os procedimentos de seu controle.

- Risco de mercado

O Comitê é composto por um representante das áreas responsáveis pelo planejamento financeiro, regulação e mercado, planejamento da oferta de energia, finanças, comercialização, auditoria, implantação de projetos e produção de energia. A coordenação geral do Comitê é atribuição do Diretor de Planejamento e Controle.

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia e suas controladas, têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Não houve mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administra e mensura esses riscos no exercício social atual.

Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes:

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota uma política conservadora de aplicação dos recursos, formalizada e informada ao mercado pelo *site* da Companhia no documento "Política de Investimentos e Derivativos", atualizada em 18.10.2010 para adequação às condições atuais do mercado financeiro. As aplicações financeiras da Companhia e das suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais (na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas) e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados (aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de Leasing controladas por bancos elegíveis).

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard &Poors (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos atendem aos dois seguintes critérios: possuir Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão e possuir *Rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's) em escala nacional.

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos, e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação deste tipo. No momento, a Companhia não tem operações contratadas com derivativos.

- Risco cambial

A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa, no montante de R$ 213.580, em 31.12.2010, corresponde a 4,7% da dívida da Companhia, dos quais 2,6% estão denominados em dólar e 2,1% em euro. Os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024. Tendo em vista que o efeito decorrente do vencimento do endividamento é mínimo no curto e médio prazo e, devido à impossibilidade de fazer um *hedge* eficiente de balanço em função da inexistência de uma curva *forward* de longo prazo, a Companhia não detinha em 31.12.2010 nenhum instrumento de derivativos para proteção do seu passivo. Maiores detalhes sobre a composição da dívida em moeda externa podem ser observados na Nota 19.

- Risco de taxa de juros e índices flutuantes

Este risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da *Libor*, *Euribor*, TJLP, taxa DI, IGP-M e IPCA. A composição da dívida por taxa de juros e índice, e os percentuais em relação ao total dessas dívidas é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Empréstimos, financiamentos e debêntures	%	Concessões a pagar	%
Libor Dólar	10.474	0,25	-	-
Euribor	91.833	2,16	-	-
TJLP	2.504.856	58,87	-	-
CDI	1.023.034	24,04	-	-
IPCA	438.356	10,30	379.736	33,46
IGP-M	186.181	4,38	755.211	66,54
	4.254.734	**100,00**	**1.134.947**	**100,00**

A Companhia, em 31.12.2010, não tem contratado derivativos para fazer *hedge* contra estes índices, entretanto os riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem as estratégias a serem adotadas.

- Análise de sensibilidade

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preço, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre suas dívidas demonstrando os eventuais impactos no seu resultado de 2011, com base em premissas disponíveis no mercado. As variações consideradas para o cálculo do impacto no resultado de 2011 foram as seguintes: dólar (+4%), euro (- 3%), TJLP (+6%), CDI (+11%), IPCA (+ 5%) e IGP-M (+7%).

	Impactos no resultado
Variação na moeda estrangeira	1.818
Variação na taxa de juros	483
Variação nos índices de preços	
Debêntures	25.170
Concessões a pagar	165.471

A dívida indexada em IGP-M (R$ 159.962) e parte ajustada pelo CDI (R$ 617.663) referem-se a séries de debêntures que vencerão em 02.05.2011 e 30.04.2011, respectivamente. Em consequência, para estas dívidas, a variação considerada está *pro-rata* a estes vencimentos.

A Companhia possui seu disponível alocado em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual possui em sua política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2010 o Fundo possuía cem por cento de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos de liquidez diária e pós-fixados, atrelados a variação da Selic. Estes recursos serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

Especificamente quanto ao risco de aceleração inflacionária, vale ressaltar que a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor tem clausula de reajuste inflacionário – IGP-M ou IPCA o que representa um *hedge* natural de longo prazo para dívidas e obrigações ajustadas pela inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária – no caso do CDI.

Quanto ao risco de taxas de juros flutuantes, vale ressaltar que a maior parte de suas dívidas estão vinculadas à TJLP, com tendência a se tornar ainda mais importante, e que esta taxa, apesar de ser considerada uma taxa "flutuante" vem sendo mantida no patamar de 6% há vários anos, prestando a esta taxa, caráter *quasi*-fixo.

- Risco de liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e reais. A Companhia, no intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, utiliza a política de caixa mínimo, revisado anualmente com base nas projeções de caixa e monitorado mensalmente nas reuniões do comitê. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. O caráter gerador de caixa da Companhia e de sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

	Controladora					
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Instrumentos à taxa de juros:						
-pós-fixadas						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.395	2.494	918.556	881.534	(1.818)	1.802.161
- pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	2.982	6.122	14.197	18.336	83.984	125.621
Concessões a pagar	209	416	1.897	12.400	3.075.416	3.090.338
	4.586	**9.032**	**934.650**	**912.270**	**3.157.582**	**5.018.120**

	Consolidado					
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Instrumentos à taxa de juros:						
-pós-fixadas						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	13.433	19.696	1.031.081	1.696.527	1.500.822	4.261.559
- pré-fixadas						
Empréstimos e financiamentos e debêntures	3.457	7.531	20.218	58.385	99.760	189.351
Concessões a pagar	3.423	7.144	33.873	185.252	4.003.003	4.232.695
	20.313	**34.371**	**1.085.172**	**1.940.164**	**5.603.585**	**8.683.605**

- Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures, detalhados nas notas 19 e 20, deduzidos do caixa e do equivalente de caixa) e pelo patrimônio líquido, que incluí o capital, as reservas e os lucros acumulados.

A empresa detém dívidas que estipulam limites máximos de endividamento bruto, calculado com base no EBITDA, sendo a mais restritiva hoje em vigor a que limita em 2,5x o EBITDA. Dada a nova realidade de liquidez do mercado e a melhor percepção de risco do setor, em geral, e da Companhia, em específico, para os novos contratos de dívidas recentemente firmados, estes limitadores tem sido negociados no patamar de 3,5x o EBITDA. A Administração da Companhia, através da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, acompanha o nível de endividamento da Companhia que deve se situar em torno de 2x o EBITDA, podendo, porém, variar para mais ou para menos dada a política de aquisição de novas usinas da Companhia.

- Risco de crédito

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Para minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras, e geradoras, assim como para os antigos contratos bilaterais com distribuidoras, a Companhia exige como garantia padrão, fiança bancária. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, procede com uma análise de crédito e estabelece, de acordo com sua política de crédito, as garantias a serem exigidas destas. Adicionalmente, a companhia avalia periodicamente sua exposição aos diversos setores da economia, buscando diversificar sua carteira e diminuir sua exposição ao risco específico setorial.

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, entretanto, também possui política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras, os quais são revisados periodicamente pelo seu Comitê Financeiro, com base em critérios internos e em *ratings* divulgados pelas agências classificadoras de risco.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia mantém aplicações financeiras em Fundo de Investimentos Exclusivo. O montante das aplicações por instituição financeira está dentro dos limites definidos pela Companhia, através de sua política de investimentos e derivativos para instituições financeiras.

A Companhia é avalista em diversos contratos com suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos (vide Nota 35) e não detém nenhuma garantia, nem outra garantia de crédito, para proteger esse risco de crédito.

- Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) era gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo as UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. A geração hidrelétrica representava aproximadamente 79% da capacidade instalada total das usinas da Companhia, o que equivale a 5.124 MW. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os seus resultados financeiros futuros.

- Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de substanciais custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso para a Companhia. A Política de Meio Ambiente da Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

c) Valor justo dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente nos empréstimos, financiamentos e debêntures foram identificadas diferenças significativas entre os valores justos e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos possuírem prazos de liquidação bastante alongados e custos diferenciados em relação às taxas praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, a administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	213.580	211.784	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	49.414	49.135	98.313	99.078	577.284	579.271
Debêntures	1.661.142	1.557.388	1.694.553	1.624.791	683.095	572.924
Concessões a pagar	721.025	1.024.567	309.289	460.011	287.655	368.573
	2.645.161	**2.842.874**	**2.348.572**	**2.433.976**	**1.886.632**	**1.879.047**

	Consolidado					
	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	213.580	211.784	246.417	250.096	338.598	358.279
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	2.542.979	2.546.069	1.440.035	1.443.770	1.913.640	1.921.091
Debêntures	1.687.361	1.583.608	1.728.190	1.658.428	726.335	616.164
Concessões a pagar	1.134.947	1.558.491	957.474	1.264.775	559.026	1.032.273
	5.578.867	**5.899.952**	**4.372.116**	**4.617.069**	**3.537.599**	**3.927.807**

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

- Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme ICVM nº 475/08

A Companhia apresenta abaixo as informações suplementares sobre os seus instrumentos financeiros que são requeridos pela Instrução CVM nº 475/08, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em decorrência do histórico de volatilidade do real diante das moedas estrangeiras, dos índices de preço e das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos no seu resultado de curto prazo. Esta análise considerou um cenário básico projetado para o ano de 2011 e outros dois levando-se em conta uma variação em relação às premissas básicas de 25% e 50%. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera as seguintes variações no ano de 2011: dólar - 4%, euro – (3%), TJLP - 6%, CDI - 11% , IPCA - 5% e IGP-M - 7%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação destes cenários no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2011 seriam os seguintes:

	Saldo 31.12.2010	Cenário base	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Variações na moeda estrangeira	213.580	1.818	55.668	109.517
Variações nas taxas de juros	3.527.890	483	37.914	75.770
Variações nos índices de preços				
Debêntures	598.318	25.170	114.071	233.220
Concessões a pagar	1.134.947	165.471	180.553	195.363

A dívida indexada ao IGP-M (R$ 159.962) e parte da dívida ajustada pelo CDI (R$ 617.663) referem-se a séries de debêntures que vencerão em 02.05.2011 e 30.04.2011, respectivamente. Em consequência, para estas dívidas, o cenário base foi projetado para 30.04.2011 e não 31.12.2011, como nos demais índices.

35 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem contratos de compra e venda de energia, prestação de serviços administrativos e de operação e manutenção de usinas, além de garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir especificados.

a) Compra e venda de energia

Controlada	Volume (MW médios)	Vigência	Índice de atualização anual	Saldo em 31.12.2010
Compra:				
Itasa	167	16.10.2030	IGP-M	2.142.060
Itasa	61	16.10.2030	Variação do dólar norte americano + Inflação norte americana	462.329
Venda:				
TBLC	150	01.03.2015	IPCA	383.670
TBLC	190	31.12.2016	IPCA	699.716

A energia contratada com a Itasa corresponde à energia gerada pela controlada que é vendida pela Tractebel Energia. As vendas para consumidores livres são preponderantemente realizadas pela controlada integral TBLC. A venda de energia para a TBLC é realizada para suprir a controlada de energia suficiente para o atendimento de seus compromissos contratuais, principalmente com clientes industriais.

b) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Saldo em 31.12.2010
Itasa	16.10.2030	IGP-M	198.827
Ceste	28.04.2025	Mix dos índices IPCA e INPC	197.191
CESS	15.10.2023	IGP-M	12.107
Lages	31.03.2012	Índice de reajuste do Acordo Coletivo de Trabalho da Tractebel Energia	2.279

A estratégia da Companhia é centralizar as atividades de operação e manutenção na Tractebel Energia, que presta este tipo de serviço para as suas controladas que não tem estes serviços contratados com terceiros.

c) Serviços administrativos

Controlada	Vigência	Índice de atualização anual	Valor anual
Lages	Indeterminado	INPC	190
TBLC	Indeterminado	INPC	379
CESS	Indeterminado	INPC	209
Areia Branca	Indeterminado	INPC	78
Hidropower	Indeterminado	INPC	81
Beberibe	Indeterminado	INPC	111
Pedra do Sal	Indeterminado	INPC	84
Tupan	Indeterminado	INPC	96
Ibitiúva	Indeterminado	INPC	253

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas são prestados pela Tractebel Energia.

Garantias

A Companhia é interveniente em diversos contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES e outros agentes financeiros, cedendo para cada contrato um tipo de garantia, conforme divulgado na tabela abaixo:

Controlada	Tipo de garantia	Financiador	Valor da dívida
Itasa	Caução da totalidade das ações de emissão da Itasa de sua propriedade.	BNDES e Bancos (Repassadores BNDES)	101.277
Lages	Caução das quotas de participação de sua propriedade.	BRDE	11.431
CESS	Caução da totalidade das ações de emissão da CESS de sua propriedade.	BNDES e Bancos (Repassadores BNDES)	622.482
Beberibe	Caução da totalidade das ações de emissão da Beberibe de propriedade de sua controlada integral TBLP.	BNDES	99.822
Pedra do Sal	Caução da totalidade das ações de emissão da Pedra do Sal de propriedade de sua controlada integral TBLP.	BNDES	68.599
Areia Branca	Caução da totalidade das ações de emissão da Areia Branca de propriedade de sua controlada integral TBLP.	BNDES	64.086
Tupan	Caução da totalidade das ações de emissão da Tupan de propriedade de sua controlada integral TBLP.	CEF	52.089
Hidropower	Caução da totalidade das ações de emissão da Hidropower de propriedade de sua controlada integral TBLP.	Banco do Brasil	27.245
Ibitiúva	Caução da totalidade das ações de emissão da Ibitiúva de propriedade de sua controlada integral TBLP.	BNDES	65.055
SER	Caução da totalidade das ações de emissão da SER de sua propriedade.	BNDES e Bancos (Repassadores BNDES)	1.407.698

d) Avais e fianças

A Companhia é avalista das controladas CESS e TBLC nas seguintes operações de compra de energia:

Controlada	Beneficiários	Vencimento	Valor
CESS	Banco Bradesco S.A.	06.02.2011	23.100
CESS	ONS	26.07.2011	2.438
TBLC	Arcelormittal Brasil S.A.	03.01.2012	18.354
TBLC	Banco Bradesco S.A.	01.01.2011	6.010
TBLC	ECOM Energia Ltda.	28.02.2011	2.633
TBLC	Tradener S.A.	12.12.2011	8.811
TBLC	Vale Energia S.A.	02.03.2012	5.919

A Companhia também é fiadora da controlada TBLC em operações de compra de energia que vencem em 31.12.2011 e cujo valor total em 31.12.2010 é de R$ 23.001.

e) Consultoria

SUEZ-Tractebel S.A. (Controladora Indireta)

A Companhia celebrou contrato com a SUEZ-Tractebel S.A., sua controladora indireta, com sede em Bruxelas, Bélgica, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria nas áreas gerencial, operacional, financeira, contábil, jurídica, de marketing e de desenvolvimento de projetos conforme a necessidade da Companhia. A renovação da contratação foi aprovada por unanimidade pelos acionistas minoritários da Companhia, em AGE realizada em 23.04.2010, tendo o acionista controlador renunciado ao seu direito de voto. O prazo do contrato é de 3 (três) anos, renováveis a cada ano. O valor dos honorários durante a vigência do contrato está limitado ao montante anual não cumulativo de 1.500.000,00 Euros, devendo os serviços executados e respectivos honorários serem submetidos ao conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia, no qual tem assento um membro eleito pelos acionistas minoritários. O montante remanescente em 31.12.2010 é de R$ 10.026.

f) Outras transações

GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)

A Companhia possui saldo a pagar de R$ 129.186 referentes aos juros sobre o capital próprio deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada do dia 07.11.2009.

SUEZ Energy South America BidCo Ltda.

O saldo de R$ 221.306 em 01.01.2009 apresentado no quadro abaixo corresponde principalmente ao saldo a pagar decorrente da aquisição das eólicas Beberibe e Pedra do Sal e da PCH Areia Branca.

g) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado:

	Ativo				Passivo				
31.12.2010	Contas a receber	Dividendos	Mútuo	Total	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos e JCP	Outros	Total
Itasa	2.017	4.897	-	6.914	5.741	-	-	31	5.772
Lages	606	-	-	606	-	-	-	-	-
TBLC	79.228	-	-	79.228	3.468	-	-	-	3.468
SER	-	-	505	505	-	-	-	-	-
CESS	4.588	1.628	-	6.216	-	-	-	-	-
Ibitiúva	2	-	6.260	6.262	-	-	-	-	-
Areia Branca	201	-	-	201	-	-	-	-	-
SUEZ Tractebel S.A.	-	-	-	-	2.211	-	-	-	2.211
GSELA	44	-	-	44	-	-	129.186	-	129.186
Ceste	286	-	-	286	-	-	-	-	-
Outras	195	-	-	195	299	-	-	-	299
TOTAL	**87.167**	**6.525**	**6.765**	**100.457**	**11.719**	**-**	**129.186**	**31**	**140.936**
31.12.2009	**70.127**	**10.719**	**35.654**	**116.500**	**6.421**	**-**	**169.590**	**918**	**176.929**
01.01.2009	**102.517**	**9.000**	**9.966**	**121.483**	**11.535**	**221.306**	**102.793**	**661**	**336.295**

	Resultado									
	Receita operacional				Custo de energia elétrica		Despesas			
		Receita de serviços								
31.12.2010	Suprimento de energia	Operação e manutenção	Administração	Total	Compra energia	Combustíveis	Gerais e administrativas	Financeiras	Total	Resultado de participações societárias
Itasa	-	12.107	-	12.107	123.716	-	-	-	123.716	22.727
Lages	5.523	1.758	186	7.467	-	-	-	-	-	7.137
TBLC	318.733	-	371	319.104	-	12.439	-	-	12.439	(6.646)
EAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.811)
CESS	-	2.870	204	3.074	-	-	-	-	-	(24.568)
PPESA	3.996	-	200	4.196	-	-	-	-	-	-
TBLP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.010)
SUEZ Tractebel S.A.	-	-	-	-	-	-	3.488	-	3.488	-
Ibitiúva	-	-	247	247	-	-	-	-	-	-
Ceste	-	2.514	-	2.514	-	-	57	-	57	-
GSELA	-	-	-	-	-	-	-	6.322	6.322	-
Outras	-	-	442	442	-	-	1.131	-	1.131	(312)
TOTAL	**328.252**	**19.249**	**1.650**	**349.151**	**123.716**	**12.439**	**4.676**	**6.322**	**147.153**	**(22.483)**
31.12.2009	**590.387**	**12.839**	**1.190**	**604.416**	**125.421**	**10.474**	**5.821**	**-**	**141.716**	**106.340**
01.01.2009	**413.177**	**12.882**	**685**	**426.744**	**166.379**	**10.654**	**5.389**	**-**	**182.422**	**54.698**

Remuneração das pessoas chaves da Administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da Administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido é o de aposentadoria (pós-emprego).

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Honorários e benefícios de curto prazo	7.752	6.751	5.911	8.346	7.233	6.595
Encargos sociais	2.110	1.920	1.731	2.229	2.015	1.870
Bônus dos Administradores e encargos	4.824	2.718	2.284	4.824	2.718	2.284
Benefícios pós-emprego	602	670	587	602	670	587
	15.288	**12.059**	**10.513**	**16.001**	**12.636**	**11.336**

Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

36– SEGUROS

A Tractebel Energia possui, em 31.12.2010, apólices de seguros abrangentes de riscos operacionais com valor declarado para danos materiais de US$ 4.867.212 (R$ 8.105.855) e para lucro cessante no valor declarado de US$ 378.352 (R$ 630.107). O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de US$ 250.000, equivalentes a R$ 416.350, por evento.

As controladas têm contratos de seguros com as seguintes principais características e valores de cobertura em 31.12.2010:

	Riscos operacionais		Lucro cessante	
	US$	R$	US$	R$
Lages	40.032	66.669	8.027	13.368
CESS	231.575	385.665	19.605	32.650
Ponte de Pedra[27]	196.600	327.418	11.278	18.782
Tupan	24.074	40.093	3.410	5.679
Hidropower	24.074	40.093	3.628	6.042
Pedra do Sal	24.882	41.438	10.766	17.930
Beberibe	49.565	82.546	14.194	23.639
Ibitiúva	52.052	86.687	18.856	31.403

Além destas coberturas, a Companhia possui apólices de responsabilidade civil com cobertura no valor de R$ 87.215. Estas apólices incluem a usinas hidrelétricas Itá e Machadinho, exploradas em consórcio, a Unidade de Co-geração Lages, a usinas hidrelétricas Ponte de Pedra, São Salvador, as PCH Rondonópolis (Tupan), Engenheiro José Gelazio da Rocha (Hidropower), Areia Branca, a termelétrica Ibitiúva e as eólicas Pedra do Sal e Beberibe.

[27]A Ponte de Pedra foi incorporada pela Companhia em 31.12.2010 e, com isso, passará de co-segurada para uma unidade segurada da Companhia.

Desde o ciclo 2009/2010 a Companhia decidiu aderir à apólice de seguro global de danos a propriedade e interrupção de negócios (*PropertyDamageand Business Interruption – PDBI*) coordenada pelo Grupo Controlador por entender que as condições comerciais e de cobertura se mostravam mais favoráveis que as disponíveis no mercado local e possíveis de contratação pela Companhia.

Em 31.05.2010 esta apólice de seguro foi renovada para o ciclo 2010/2011 com redução da taxa de seguro de cerca de 9%, em bases comparativas com a do ciclo anterior. Em função das condições favoráveis disponibilizadas nesta apólice global, o Consórcio Estreito Energia, que tem como consorciados a SUEZ Energia Renovável S.A. (40,07%), a Vale (30%), a Alcoa (25,49%) e a Camargo Corrêa Geração de Energia (4,44%), solicitou a inclusão da Usina Estreito na referida apólice corporativa, o que efetivamente ocorrerá a partir da entrada em operação dessa Usina.

Atualmente o Consórcio Estreito Energia possui seguro de risco de engenharia com valor declarado para danos materiais de R$ 2.404.630 e perda de lucros esperados com valor declarado de R$ 612.233.

A Companhia possui também seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos as suas controladas, bem como, seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

37 – CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes principais compromissos de longo prazo:

a) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Eletrosul e Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia. Para a Usina Ponte de Pedra, a Companhia possui contrato com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte).

Em relação às controladas, os contratos de uso de conexão são os seguintes:

- Eólica Beberibe S.A.: Companhia Energética do Ceará (Coelce).
- Eólica Pedra do Sal S.A.: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).

Em 31.12.2010 o saldo remanescente dos contratos de conexão é de R$ 249.324 (R$ 237.124 em 31.12.2009).

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia e suas controladas CESS e Itasa mantém contratos com o ONS. Para as Usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, as empresas mantêm contratos de uso da distribuição, conforme abaixo mencionado:

- UTE Willian Arjona: Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. (Enersul).
- UTE Alegrete: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (AES Sul).
- UTE Jorge Lacerda A: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc).
- Tupan e Hidropower: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat).
- Beberibe: Companhia Energética do Ceará (Coelce).
- Pedra do Sal: Companhia Energética do Piauí (Cepisa).
- Hidrelétrica Areia Branca S.A.: Cemig Distribuição S.A. (Cemig).
- UTE Ibitiúva Bioenergética: Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista).

Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia. Em 31.12.2010 o saldo remanescente dos contratos é de R$ 5.802.137 (R$ 6.104.882 em 31.12.2009).

c) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação:

	MW médios[28]				
Ano	Recursos próprios	Compras para revenda	Disponibilidade total	Disponibilidade contratada	% Contratados
2011	3.467	399	3.866	3.798	98,24%
2012	3.617	426	4.043	3.990	98,69%
2013	3.617	370	3.987	3.903	97,90%
2014	3.617	254	3.871	3.598	92,95%
2015	3.617	201	3.818	3.248	85,07%
2016	3.617	201	3.818	2.633	68,96%

A receita operacional bruta da Companhia, em 31.12.2010, composta por natureza de clientes, é a seguinte:

	31.12.2010		31.12.2009	
	Valor	%	Valor	%
Distribuidoras	2.633.951	57,43	2.272.501	58,47
Consumidores livres	1.008.848	22,00	878.846	22,62
Comercializadoras	604.941	13,19	555.841	14,30
CCEE	289.402	6,31	65.075	1,67
Exportação de energia	30.074	0,66	60.661	1,56
Outras	18.917	0,41	53.395	1,38
	4.586.133	**100,00**	**3.886.319**	**100,00**

Os clientes que em 31.12.2010 participavam em percentual superior a 5% na receita líquida da Companhia são os seguintes: Celesc, Rio Grande Energia S.A. (RGE), CPFL Comercialização Brasil S.A. e Companhia Paulista de Força e Luz.

[28] As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

d) Compra de energia elétrica da Argentina

Em maio de 1998 a Tractebel Energia e a Cien firmaram Contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer à Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, em 21.06.2000.

No ano de 2006 constatou-se que a Cien não tinha possibilidade de disponibilizar a quantidade de energia contratada, levando a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo para "zero" os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para "zero" valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.

Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde longa data, sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada. No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Por oportuno, todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, já foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

A ação está em fase inicial, tendo a Tractebel Energia se manifestado sobre a tréplica apresentada pela Cien em 26.05.2010.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), com vigência de cinco anos, a partir de 2001, início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), renováveis por mais cinco anos.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que a renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

A Petrobras interpôs recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde, em Medida Cautelar, obteve efeito suspensivo que lhe autorizou, a partir de novembro de 2007, a suspensão do fornecimento. Em razão desta decisão, a Companhia vinha comprando energia na CCEE para suprir o lastro da energia vendida da UTWA. Quando conveniente e necessário, a usina tem operado com óleo diesel como combustível, uma vez que a mesma possui essa flexibilidade.

Como consequência do ajuizamento da Medida Cautelar Preparatória, a Companhia ajuizou Ação Ordinária, que foi julgada procedente para o fim de determinar que os contratos de compra e venda de gás natural firmados entre a Companhia e MSGÁS e entre esta e Petrobras, e seus respectivos aditivos, sejam renovados pelo período de 5 (cinco) anos, iniciando-se em 23.05.2006. O período em que houve a interrupção do fornecimento de gás em decorrência deste litígio, até novembro de 2009, deverá ser acrescido ao final do contrato, que terá o seu encerramento proporcionalmente prorrogado. O preço e a quantidade de gás deverão ser aqueles contratados e reajustados conforme os parâmetros estabelecidos no Programa Prioritário de Termelétricas (PPT).

Recentemente, o STJ extinguiu a Medida Cautelar e o Recurso Especial da Petrobras por perda do objeto. Em consequência, na Medida Cautelar Preparatória foi proferido despacho determinado à MSGÁS e à Petrobras continuarem fornecendo gás para a usina Arjona, a partir de 26.11.2009.

A Petrobras interpôs Recurso de Aplicação em face da sentença prolatada nos autos da ação ordinária, sendo que esse recurso não prejudicou o fornecimento de gás, que permanece regular. Em recente decisão o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul negou provimento a apelação da Petrobras e manteve a sentença de 1º grau.

f) Contratos de arrendamentos

Os contratos de arrendamento abaixo foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem da opção de compra do ativo, além de não satisfazer as demais condições descritas no CPC 06 (Operações de Arrendamento Mercantil) para classificação como arrendamento mercantil financeiro.

A Eólica Beberibe possui quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. O vencimento dos contratos ocorrerá entre maio de 2027 a setembro 2032 e os valores são compostos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta da controlada. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGP-M, pela variação do dólar e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), dependendo de cada contrato.

A Eólica Pedra do Sal possui um contrato de arrendamento do terreno onde está localizado o seu parque gerador, com prazo de vencimento em 2029. O valor mensal pago corresponde a um percentual sobre a receita operacional bruta.

Em 2010 o total da despesa com arrendamento foi de R$ 1.176 (R$ 983 em 31.12.2009).

O total dos pagamentos mínimos futuros previstos são os seguintes:

Ano	Valor
2011	614
2012 a 2016	3.068
2017 em diante	15.335
	19.017

Projetos de geração de energia eólica adquiridos em 2009: as empresas adquiridas pela controlada Tractebel Energia Participações (TBLP) possuem oito contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os vencimentos dos contratos ocorrerão entre 2032 e 2042 e os pagamentos são compostos por parcelas fixas e variáveis, estas últimas serão devidas a partir da entrada em operação de cada um dos projetos. Em 2010 o total da despesa foi de R$ 433.

O total dos pagamentos mínimos futuros estimados são como segue:

Ano	Valor
2011	383
2012 a 2016	1.917
2017 em diante	7.918
	10.218

g) Contratos para construção em andamento

g.1) Usina Ibitiúva Bioenergética

A Controlada indireta Ibitiúva, assinou contrato com a Areva Koblitz S.A. para a prestação de serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, cujo montante remanescente em 31.12.2010 era de R$ 3.373 (R$ 38.142 em 31.12.2009). A vigência do contrato é de até 31.12.2011.

g.2) Usina Hidrelétrica São Salvador

A controlada CESS possui contrato com o Consórcio São Salvador para a prestação de serviços de engenharia, aquisição de equipamentos e construção da Usina Hidrelétrica São Salvador. O montante a realizar em 31.12.2010 era de R$ 10.581 (R$ 19.740 em 31.12.2009).

g.3) Usina Hidrelétrica Estreito

O Consórcio Estreito, do qual a controlada SUEZ Energia Renovável participa com 40,01 %, possui contratos vinculados à implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, cujo montante remanescente em 31.12.2010 é de R$ 410.285 (capital próprio e de terceiros), dos quais R$ 164.401 corresponde à participação de responsabilidade da SER.

38 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controlada		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica	2.867.270	2.746.652	3.238.743	2.828.342
Fornecimento de energia elétrica	284.774	232.785	1.011.021	878.846
Transações no âmbito da CCEE	279.550	58.696	287.415	65.075
Exportação de energia elétrica	30.074	60.661	30.074	60.661
Outras receitas	25.991	21.147	18.880	53.395
	3.487.659	**3.119.941**	**4.586.133**	**3.886.319**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(263.558)	(230.570)	(358.410)	(294.039)
ICMS	(52.484)	(39.870)	(92.962)	(66.491)
ISS	(653)	(395)	(661)	(464)
Pesquisa e desenvolvimento	(29.796)	(25.812)	(33.719)	(28.648)
	(346.491)	**(296.647)**	**(485.752)**	**(389.642)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.141.168**	**2.823.294**	**4.100.381**	**3.496.677**

39 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa e os pagamentos feitos no exercício são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
Pagamentos efetuados no exercício				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	174.308	177.771	270.643	255.644
Imposto de renda e contribuição social	467.783	422.486	484.515	468.486
Transações que não envolveram o caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	-	-	6.535	2.035
Fornecedores de ativo imobilizado	-	-	32.061	18.798
Contabilização da concessão a pagar	-	-	34.186	352.097
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio creditados	378.270	275.913	378.270	275.913
Dividendos propostos a receber de controladas	4.897	7.418	-	-

40 – EFEITOS DA ADOÇÃO DOS IFRS E CPC NO RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRIMESTRES FINDOS EM 2010 E 2009 (NÃO AUDITADOS)

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) facultou às companhias abertas apresentarem suas informações trimestrais (ITR) durante o exercício de 2010 conforme as normas contábeis vigentes em 2009. Entretanto, exigiu das empresas que adotaram esta opção a reapresentação dos ITR de 2010, comparativamente com os de 2009, também ajustados às novas normas de 2010, pelo menos quando da apresentação do primeiro ITR de 2011. Foi exigido ainda das companhias que se utilizaram desta faculdade a apresentação de uma nota evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrente da plena adoção das normas contábeis de 2010.

"Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da companhia de acordo com os requerimentos da CVM para informações trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria"

Conciliação referente aos trimestres findos em 31.03.2010 e 31.03.2009:

	Controladora				Consolidado			
	31.03.2010		31.03.2009		31.03.2010		31.03.2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**3.929.969**	**248.702**	**3.404.676**	**233.888**	**3.929.969**	**248.702**	**3.404.676**	**233.888**
Ajustes e reclassificações:								
Ativos fiscais diferidos	46.918	-	62.173	-	65.353	-	81.528	-
Investimento	(35.785)	-	(37.572)	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.191.870	-	1.279.724	-	1.137.650	-	1.222.797	-
Dividendos adicionais propostos	81.913	-	-	-	81.913	-	-	-
Benefício pós-emprego	(113.879)	-	(150.704)	-	(113.879)	-	(150.704)	-
Passivo fiscal diferido	(405.238)	-	(435.107)	-	(405.238)	-	(435.107)	-
Depreciação	-	(22.222)	-	(21.877)	-	(21.546)	-	(21.200)
Reversão de provisões operacionais	-	18.826	-	5.999	-	18.826	-	5.999
Equivalência patrimonial	-	446	-	447	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	968	-	4.547	-	738		4.317
	765.799	(1.982)	718.514	(10.884)	765.799	(1.982)	718.514	(10.884)
Saldo após a adoção das novas práticas	**4.695.768**	**246.720**	**4.123.190**	**223.004**	**4.695.768**	**246.720**	**4.123.190**	**223.004**

Conciliação referente aos trimestres findos em 30.06.2010 e 30.06.2009

	Controladora				Consolidado			
	30.06.2010		30.06.2009		30.06.2010		30.06.2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**4.201.450**	**520.183**	**3.667.939**	**497.151**	**4.201.450**	**520.183**	**3.667.939**	**497.151**
Ajustes e reclassificações:								
Ativos fiscais diferidos	40.329	-	59.283	-	58.535	-	78.408	-
Investimento	(35.338)	-	(37.125)	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.169.649	-	1.257.847	-	1.116.105	-	1.201.597	-
Benefício pós-emprego	(95.053)	-	(144.704)	-	(95.053)	-	(144.704)	-
Passivo fiscal diferido	(397.681)	-	(427.668)	-	(397.681)	-	(427.668)	-
Depreciação	-	(44.443)	-	(43.754)	-	(43.090)	-	(42.401)
Reversão de provisões operacionais	-	37.652	-	11.999	-	37.652	-	11.999
Equivalência patrimonial	-	893	-	893	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	1.936	-	9.096	-	1.476	-	8.636
	681.906	(3.962)	707.633	(21.766)	681.906	(3.962)	707.633	(21.766)
Saldo após a adoção das novas práticas	**4.883.356**	**516.221**	**4.375.572**	**475.385**	**4.883.356**	**516.221**	**4.375.572**	**475.385**

Conciliação referente aos trimestres findos em 30.09.2010 e 30.09.2009

	Controladora				Consolidado			
	30.09.2010		30.09.2009		30.09.2010		30.09.2009	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo anterior à adoção das novas práticas	**4.239.413**	**844.246**	**3.605.664**	**782.882**	**4.239.413**	**844.246**	**3.605.664**	**782.882**
Ajustes e reclassificações:								
Ativos fiscais diferidos	33.742	-	56.393	-	51.717	-	75.288	-
Investimento	(34.892)	-	(36.678)	-	-	-	-	-
Imobilizado	1.147.428	-	1.235.969	-	1.094.561	-	1.180.396	-
Benefício pós-emprego	(76.227)	-	(138.704)	-	(76.227)	-	(138.704)	-
Passivo fiscal diferido	(390.126)	-	(420.229)	-	(390.126)	-	(420.229)	-
Depreciação	-	(66.664)	-	(65.632)	-	(64.635)	-	(63.602)
Reversão de provisões operacionais	-	56.478	-	17.999	-	56.478	-	17.999
Equivalência patrimonial	-	1.339	-	1.340	-	-	-	-
IR e CS diferidos	-	2.904	-	13.645	-	2.214	-	12.955
	679.925	(5.943)	696.751	(32.648)	679.925	(5.943)	696.751	(32.648)
Saldo após a adoção das novas práticas	**4.919.338**	**838.303**	**4.302.415**	**750.234**	**4.919.338**	**838.303**	**4.302.415**	**750.234**

41 – EVENTO SUBSEQUENTE

Em 04.02.2011 a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral, através de Fato Relevante, que os Conselhos de Administração da GDF SUEZ S.A. da qual a Tractebel Energia é subsidiária indireta, e da International Power PLC (IP) anunciaram que a combinação entre certos ativos da GDF SUEZ, relacionados às atividades internacionais de energia da GDF SUEZ (fora da Europa) e certos ativos no Reino Unido e na Turquia, incluindo a participação indireta da GDF SUEZ na Tractebel Energia (coletivamente "Ativos Internacionais de Energia da GDF SUEZ"), de um lado, e a IP, de outro lado ("Combinação"), foi consumada.

No contexto da Combinação, a GDF SUEZ, por meio de sua subsidiária Electrabel e certas outras de suas subsidiárias, subscreveu novas ações de emissão da IP, representativas de 70% do capital votante e total da IP (a qual assim se tornou uma subsidiária indireta da GDF SUEZ), para subsequentemente integralizá-las por meio da contribuição dos Ativos Internacionais de Energia da GDF SUEZ à IP.

A Combinação tem como objetivo, entre outros, melhorar substancialmente a posição estratégica tanto da IP quanto da GDF SUEZ, por meio da criação da líder mundial em geração independente de energia.

Não obstante, a Combinação não deverá modificar ou afetar, de nenhuma forma, a estrutura do mercado de eletricidade brasileiro – considerando que a IP não desempenhava nenhuma atividade de geração, transmissão ou distribuição de eletricidade ou qualquer outra atividade no Brasil ou em qualquer outra jurisdição na América Latina. A Combinação não constituiu alienação de controle em relação à Tractebel Energia, a qual continua sendo uma subsidiária indireta da GDF SUEZ.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização de Energia

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2011

(A Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2010 encontra-se na próxima página)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2010, da Tractebel Energia S.A.)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Alain François Marie Luoise Janssens
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização de Energia

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Tractebel Energia
GDF SUEZ

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Pres. Wilson, 231
22º, 25º e 26º andares
20030-905 - Rio de Janeiro -
Brasil

Tel.: +55 (21) 3981-0500
Fax: +55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tractebel Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB,* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da
Deloitte Touche Tohma

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" SC

Paulo Roberto Marques Garrucho
Contador
CRC 1RJ 052.813/O-1 "S" SC

Tractebel Energia
GDF SUEZ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a proposta da Administração sobre os Planos de Investimentos e Distribuição de Dividendos, relativos ao exercício de 2010, com base no relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tahmatsu, emitido em 04/02/11, sobre essas demonstrações contábeis, declaram que os mesmos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2011.

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Identificação das projeções

a. Objeto da projeção

Investimentos na manutenção , revitalização e ampliação do parque gerador

Cabe considerar que no passado, especificamente nos exercícios de 2007 e 2008, a Companhia fornecia projeções de investimentos com detalhamento dos projetos em execução e investimentos em manutenção, modelo que foi descontinuado ao final de 2008.

A partir do 1º trimestre de 2009, a Companhia passou a informar os montantes de investimentos divididos em duas parcelas:

(i) investimentos financiados com dívidas, incluindo dívidas assumidas nas aquisições; e
(ii) investimentos financiados com capital próprio, incluindo aquisições.

Ambos os modelos de projeção estão contemplados no item 11.1.d..

As projeções realizadas são meras estimativas que normalmente depende de eventos futuros; portanto não podem ser consideradas como promessa de desempenho por parte da Companhia e de seus administradores.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Tractebel Energia divulga trimestralmente ao mercado suas projeções de investimentos para o ano corrente e os dois anos subsequentes, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- diagnósticos de equipamentos;
- obrigações regulatórias; e
- iniciativas estratégicas.

Os valores informados, projeção e realizado, não consideram juros sobre a construção.

A Administração pode influenciar todas as premissas, exceto as obrigações regulatórias que escapam ao seu controle.

Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções podem ser revisadas.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Os montantes projetados e realizados referentes aos últimos três exercícios sociais encontram-se nas tabelas abaixo apresentados em milhões de reais.:

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Ano de 2007:

	Previsão para o ano, informada durante o:			
	1º trimestre 2007	2º trimestre 2007	3º trimestre 2007	Realizado 2007
Descrição				
Manutenção	96	96	96	74
Usina Hidrelétrica São Salvador	304	304	304	597
Usina Hidrelétrica Estreito	116	-	-	-
Lagoa Formosa	-	10	-	-
Machadinho – Participação	-	-	-	27
Seival	-	-	-	20
Total 2007	**516**	**410**	**400**	**718**
Total 2008	**184**	**313**	**273**	**-**
Total 2009	**165**	**201**	**187**	**-**
Total 2010	**122**	**159**	**159**	**-**

Análise das variações entre o previsto e o realizado no ano de 2007:

. Manutenção: parte do investimento previsto para 2007 foi realizada em 2008;

. Usina Hidrelétrica São Salvador: os valores previstos não consideravam os investimentos com capital de terceiros;

. Usina Hidrelétrica Estreito: prevista a compra da participação para 2007. A aprovação da compra ocorreu no final de 2009 e será efetivada em 2010. Os valores previstos não consideravam os investimentos com capital de terceiros;

. As decisões de investimento em Machadinho (compra de participação adicional) e Seival ocorreram no 4º trimestre de 2007;

Alteração nas projeções para 2007 em relação ao trimestre anterior:

. Usina Hidrelétrica Estreito: alterada a previsão de compra da participação para 2008

. Lagoa Formosa - biomassa: houve troca de controle do parceiro do projeto e a Companhia deixou de participar da sua implantação, recebendo uma indenização pela rescisão do contrato.

Alteração das projeções de 2008 a 2010 nos trimestres

As alterações devem-se substancialmente às alterações dos anos previstos para a compra investimentos e novas inclusões nos planos de investimentos da Companhia.

Ano de 2008:

	Previsão para o ano, informada durante o:				
	4º trimestre 2007	1º trimestre 2008	2º trimestre 2008	3º trimestre 2008	Realizado 2008
Descrição					
Manutenção	100	100	100	100	72
Usina Hidrelétrica São Salvador	230	230	230	230	220
Usina Hidrelétrica Estreito	385	385	385	-	-
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	592	592	635	635	645
PCHs José Gelazio e Rondonópolis	-	-	204	204	241
Econergy	-	-	-	-	234
Usina Destilaria Andrade	-	-	-	-	10
Total 2008	**1.307**	**1.307**	**1.554**	**1.169**	**1.422**
Total 2009	**562**	**562**	**562**	**947**	
Total 2010	**331**	**331**	**331**	**331**	

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Análise das variações entre o previsto e o realizado no ano de 2008:

. Manutenção: parte dos gastos, principalmente relativos à implantação do dessulfurizador na Usina Charqueadas, previstos para 2008 foi realizada em 2009;

. Usina Hidrelétrica Estreito: prevista a compra para 2008, a qual foi aprovada no final de 2009 e será efetivada em 2010. Os valores previstos não consideravam os investimentos com capital de terceiros;

. Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra: a diferença entre o realizado e previsto decorre de variação do capital de giro e atualização entre data-base da aquisição e data do pagamento.

. PCHs José Gelázio e Rondonópolis: a diferença entre o realizado e previsto decorre de variação do capital de giro e atualização entre data-base da aquisição e data do pagamento.

Destilaria Andrade e Econergy: as decisões de investimento ocorreram no último trimestre do ano de 2008

Alteração nas projeções para o 2008 nos trimestres:

. Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra: ajuste na estimativa de valor da aquisição para considerar variação do capital de giro e atualização;

. PCHs José Gelázio e Rondonópolis: incluída a previsão de compra das PCHs no 3º trimestre de 2008.

Alteração das projeções de 2009 e 2010 nos trimestres

A alteração da projeção para o ano de 2009, feita no 3º trimestre de 2008, ocorreu devido ao adiamento da previsão de compra da participação na Usina Hidrelétrica Estreito para o ano de 2009.

Ano de 2009:

	Previsão para o ano, informada durante o:			
	1º trimestre 2009	2º trimestre 2009	3º trimestre 2009	Realizado 2009
Descrição				
Financiado com dívida	929	929	908	18
Financiado com capital próprio	684	684	692	251
Total 2009	**1.613**	**1.613**	**1.600**	**269**
Total 2010	**376**	**376**	**408**	
Total 2011	**168**	**168**	**173**	

Análise das variações entre o previsto e o realizado no ano de 2009:

A partir de 2009 os investimentos deixaram de ser informados por projeto, passando a ser aberto apenas em capital próprio e financiados com dívida.

A diferença entre o previsto e realizado em 2009 decorre principalmente da não efetivação da compra de Estreito no exercício.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Alteração nas projeções de 2009 a 2011 nos trimestres:

As alterações devem-se principalmente a revisão das estimativas de gastos com a aquisição e implantação de projetos da Companhia.

Ano de 2010:

	Previsão para o ano, informada durante o:				
	4º trimestre 2009	1º trimestre 2010	2º trimestre 2010	3º trimestre 2010	4º trimestre 2010
Descrição					
Financiado com dívida	1.171	1.194	1.194	1.407	1.378
Financiado com capital próprio	1.041	1.042	1.042	796	830
Total 2010	**2.212**	**2.236**	**2.236**	**2.203**	**2.208**
Total 2011	**178**	**174**	**174**	**286**	**222**
Total 2012	**113**	**113**	**113**	**140**	**153**

O acréscimo no valor dos investimentos previstos para 2010 decorre da transferência da efetivação da compra da Usina Hidrelétrica Estreito de 2009 para 2010, com ajuste no valor dos investimentos, amplamente informado no final de 2009, quando da aprovação da compra. O aumento no valor dos investimentos financiados com dívida em 2010 (e a conseqüente redução dos montantes financiados com capital próprio) está relacionado com a obtenção de empréstimo adicional junto ao BNDES referente à usina de Estreito. A atual revisão nos montantes previstos para 2011 e 2012 está relacionada com a antecipação para 2010 de parte dos investimentos com o projeto Estreito previstos para 2011 e redistribuição do programa de manutenção das usinas da Companhia no período de 2010 a 2012.

Nota: As projeções de investimentos informadas acima desconsideram os efeitos dos juros incorridos sobre as construções, que são incluídos nos valores contábeis. Os investimentos contábeis, incluindo os valores de dívidas assumidas na aquisição, nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 foram de R$ 379,4 milhões, R$ 1.488,9 milhões, R$ 323,6 milhões e 2.291,9 milhões, respectivamente.

Proposta de Orçamento de Capital

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

ORÇAMENTO DE CAPITAL
(Em milhares de reais)

Fontes	Valor
- Retenção de lucros do exercício (Artigo 196 da Lei das S/A)	486.697
- Retenção de créditos em lucros acumulados	56.879
- Constituição da reserva legal	60.582
- Captação de recursos – Financiamento de projetos	129.000
Total das fontes	**733.158**

Aplicações	Valor
- Obras da UHE Estreito	81.352
- Manutenção do Parque Produtivo	122.495
- Obras da UHE São Salvador	18.515
- Reserva para aquisição de participação na UHE Jirau	510.796
Total das aplicações	**733.158**

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tractebel Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo Interntonal Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus

aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” SC

Paulo Roberto Marques Garrucho
Contador
CRC 1RJ 052.813/O-1 “S” SC

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a proposta da Administração sobre os Planos de Investimentos e Distribuição de Dividendos, relativos ao exercício de 2010, com base no relatório dos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu, emitido em 04/02/11, sobre essas demonstrações contábeis, declaram que os mesmos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2011

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização de Energia

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2011

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu referenciadas no relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Comercialização de Energia

Miroel Makiolke Wolowski
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antonio Amaral Sureck
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2011

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Reapresentação para manter a consistência da publicação do quadro " a) Composição - Consolidado" da nota do imobilizado com as demonstrações contábeis publicadas em 24.02.2011.